

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília, maio/2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA
DIRETORIA DE CONTROLADORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLES INTERNOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações da CGU, contidas na Portaria nº 133, de 18.1.2013.

Brasília, maio/2014

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB:	Avaliações Gerenciais Bimestrais
ANBIMA:	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BB:	Banco do Brasil S.A.
BB-DTVM:	BB Gestão de Recursos – DTVM S.A.
BSC:	<i>Balanced Scorecard</i>
CAIXA:	Caixa Econômica Federal
CCC:	Projeto Clube da Caminhada e da Corrida da EMGEA
CCSS:	Comissão para Coleta Seletiva Solidária
CGU:	Controladoria Geral da União
CLT:	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN:	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNJ:	Conselho Nacional de Justiça
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFI:	Danos Físicos do Imóvel
DOU:	Diário Oficial da União
FAHBRE:	Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda
FCVS:	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDC:	Fundação Dom Cabral
FDS:	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPE:	Fundo de Participação dos Estados
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
ICMS:	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDkA:	Índice de Duração Constante ANBIMA
IFRS:	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IMA:	Índice de Mercado ANBIMA
IPCA-E:	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IRPJ:	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF:	Imposto de Renda Retido na Fonte
LFT:	Letras Financeiras do Tesouro
LTN:	Letras do Tesouro Nacional
MNPO:	Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS
NTN:	Notas do Tesouro Nacional
OCI:	Órgão de Controle Interno
PAEX:	Programa Parceiros para a Excelência da Fundação Dom Cabral
PAINT:	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDC:	Programa de Desenvolvimento de Competências
PDD:	Programa de Desenvolvimento de Dirigentes
PDG:	Programa de Dispêndios Globais
PDTI:	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PPA:	Plano Plurianual
PQVT:	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
RAINT:	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCV:	Relação de Contratos Validados
RFB:	Receita Federal do Brasil
SFC:	Secretaria Federal de Controle Interno

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SFH:	Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI:	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICOM:	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal
SIOP:	Acompanhamento da Execução das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIORG:	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISNOR:	Sistema de Normativos da EMGEA
SISAUD	Sistema de Auditoria
STN:	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU:	Tribunal de Contas da União
TMS:	Taxa Média Selic
TRF:	Tribunais Federais Regionais
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	13
Quadro 2 – Dados do Macroprocesso Finalístico 1 – Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas.....	25
Quadro 3 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 1	25
Quadro 4 – Dados da Ação 2 –Macroprocesso Finalístico 1	26
Quadro 5 - Contratos com fluxo financeiro restabelecido	26
Quadro 6 - Dados da Ação 3 –Macroprocesso Finalístico 1	26
Quadro 7 – Recolhimento de Prêmios de Seguro – 2013	27
Quadro 8 – Indenizações Securitárias Ingressadas – 2013	28
Quadro 9 – Dados do Macroprocesso Finalístico 2 - Realização dos Créditos da EMGEA perante o FCVS.....	29
Quadro 10 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 2	29
Quadro 11 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 2	29
Quadro 12 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 2	30
Quadro 13 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 2	31
Quadro 14 – Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 2	31
Quadro 15 – Créditos Homologados pelo FCVS – 2013.....	32
Quadro 16 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 2	32
Quadro 17 – Dados do Macroprocesso Finalístico 3 – Gerenciamento dos Imóveis não de Uso	33
Quadro 18 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 3	33
Quadro 19 – Despesas com Manutenção de Imóveis não de Uso – 2013.....	35
Quadro 20 – Dados do Macroprocesso Finalístico 4 – Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas.....	35
Quadro 21 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 4.....	36
Quadro 22 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 4	36
Quadro 23 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 4	37
Quadro 24 - Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 4.....	37
Quadro 25 - Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 4.....	39
Quadro 26 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 4	39
Quadro 27 – Dados do Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA	40
Quadro 28 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 5	40
Quadro 29 – Remuneração Paga à CAIXA – 2013.....	41
Quadro 30 – Dados do Macroprocesso de Apoio 1 - Gestão Financeira	41
Quadro 31 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso de Apoio 1	41
Quadro 32 – Movimentação Financeira – 2012 e 2013	44
Quadro 33 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso de Apoio 1 - Gestão Financeira	45

LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 34 – Rentabilidade das Aplicações Financeiras – 2012 e 2013	46
Quadro 35 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1	46
Quadro 36 – Dívidas Assumidas - Valores Pagos em 2013.....	46
Quadro 37 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1	47
Quadro 38 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso de Apoio 1	47
Quadro 39 – Dados do Macroprocesso de Apoio 2 - Gestão Orçamentária	48
Quadro 40 - Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico – Realizado – 2013.....	49
Quadro 41 - Programa de Dispêndios Globais - Resultado Primário – Anual – 2013.....	50
Quadro 42 – Mapa Estratégico da EMGEA - 2013	52
Quadro 43 - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2013”	53
Quadro 44 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Superada”	54
Quadro 45 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Metas Fiscais Superadas”	55
Quadro 46 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Imagem da Empresa Divulgada e Consolidada”	56
Quadro 47 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Controles Internos Aprimorados”	57
Quadro 48 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Informações Contábeis, Orçamentárias e Fiscais Aprimorados”	58
Quadro 49 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Governança de Tecnologia da Informação Aprimorada”	58
Quadro 50 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Arquitetura de processos e de modelo de negócios da EMGEA definidos e aprovados”	59
Quadro 51 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processo de Logística Otimizado”	59
Quadro 52 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolvimento de Competências com Conhecimento Preservado na Empresa”	60
Quadro 53 - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”	60
Quadro 54 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Superada”	61
Quadro 55 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da EMGEA – Exercício de 2013.....	65
Quadro 56 - Remuneração Mensal Individual Recebida pelos Membros do Conselho de Administração – 2013	69
Quadro 57 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2013.....	69
Quadro 58 – Síntese da Remuneração Paga aos Administradores.....	70
Quadro 59 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração	70
Quadro 60 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal	71
Quadro 61 - Despesas por Modalidade de Contratação - 2013 e 2012	72
Quadro 62 – Força de Trabalho da EMGEA – 2013.....	73
Quadro 63 - Força de Trabalho por Faixa Etária	73

LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 64 - Força de Trabalho por Nível de Escolaridade.....	73
Quadro 65 - Custos com Pessoal - 2013, 2012 e 2011.....	74
Quadro 66 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2013, 2012 e 2011	74
Quadro 67 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT - Função Comissionada - 2013, 2012 e 2011	74
Quadro 68 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado - 2013.....	75
Quadro 69 – Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados - 2013, 2012 e 2011.....	77
Quadro 70 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene	77
Quadro 71 - Veículos contratados - Dados do contrato vigente	79
Quadro 72 - Veículos contratados - Dados do contrato anterior.....	79
Quadro 73 - Gestão da Tecnologia da Informação	81
Quadro 74 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - 2013	84
Quadro 75 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água - 2013, 2012 e 2011	86
Quadro 76 – Destaques dos Itens Patrimoniais e de Resultado	89
Quadro 77 – Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda – 2013.....	91

APRESENTAÇÃO	11
I. CONTEÚDO GERAL	13
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	13
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	13
1.2. Finalidade e competências institucionais da EMGEA.....	14
1.3. Organograma Funcional.....	15
1.4. Macroprocessos Finalísticos	25
1.5. Macroprocessos de Apoio	41
1.6. Principais Parceiros.....	51
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	52
2.1 Planejamento da Unidade.....	52
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	53
2.2.1 PPA - Programa nº 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio.....	53
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	54
2.3.1 Indicadores Estratégicos	54
2.3.2 Indicadores Operacionais	61
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	64
3.1. Estrutura de Governança.....	64
3.2. Avaliação do funcionamento do sistema de controles internos	65
3.3. Remuneração paga aos Administradores	67
3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal	67
3.3.2. Demonstrativo de Remuneração Individual Mensal de Membros dos Conselhos.....	69
3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Membros de Diretoria e dos Conselhos.....	70
3.4. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	71
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	71
4.1. Realização das Despesas	71
4.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação	71
4.1.1. Análise crítica	72
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	72
5.1. Estrutura de pessoal da EMGEA	72
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho	72
5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	73
5.1.3. Custos com Pessoal da EMGEA.....	74
5.1.4. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	75

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	75
5.1.5. Análise Crítica da Gestão de Pessoas	76
5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	77
5.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene	77
5.2.2. Análise Crítica.....	78
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	79
6.1. Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	79
6.2. Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.....	80
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	81
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	81
7.1.1. Análise Crítica.....	82
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	84
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	84
8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	86
8.3. Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água.....	86
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	87
9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	87
9.2. Tratamento de Recomendações do OCI.....	87
9.3. Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna	87
9.4. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/1993	87
9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/1993	87
9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações	87
9.5. Medidas adotadas em caso de danos ao Erário	87
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	88
10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	88
10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade	88
10.3. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade	88
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	89
11.1. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	89
11.2. Composição acionária	90
11.2.1. Composição acionária do Capital Social como investida	90
11.2.2. Composição acionária da EMGEA como investidora	90

II.	CONTEÚDO ESPECÍFICO	91
12.	DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	91
ANEXO		
1.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
2.	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	52
3.	PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	54
4.	PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	55

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações da CGU, contidas na Portaria nº 133, de 18.1.2013, com o objetivo de prestar contas dos resultados do exercício de 2013.

Este Relatório está assim estruturado:

I. CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS;
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

II. CONTEÚDO ESPECÍFICO

12. DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

ANEXO

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
2. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL
4. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes itens e subitens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 127/2013:

Item/ Subitem	Título
2.2.1:	Programa Temático
2.2.2:	Objetivo
2.2.3:	Ações
3.3.4:	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores
3.4:	Sistema de Correição
3.5:	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU
4.1.1:	Programação
4.1.2:	Movimentação de Créditos Interna e Externa
4.1.3.2:	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados

Item/ Subitem	Título
	Diretamente pela UJ
4.1.3.3:	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total
4.1.3.4:	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ
4.1.3.5:	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
4.1.3.6:	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
4.1.3.7:	Análise crítica da realização da despesa
4.4:	Transferências de Recursos
4.5:	Suprimento de Fundos
4.6:	Renúncias sob a Gestão da UJ
5.1.1.2:	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada
5.1.2.1:	Estrutura de Cargos e de Funções
5.1.4:	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
5.1.5:	Cadastramento no Sisac
5.2.1:	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
5.2.2:	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
5.2.4:	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
6.2:	Gestão do Patrimônio Imobiliário
11.1:	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
11.3:	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

Não se aplicam ainda à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada as informações solicitadas na Parte B da DN 127/2013, que trata das Unidades Jurisdicionadas com Relatório de Gestão Customizado.

Os itens e subitens do presente Relatório obedecem a sequência numérica com as informações da Empresa, podendo em algumas situações não coincidirem com a numeração apontada na Portaria TCU nº 175/2013.

I. CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 55962
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Empresa Gestora de Ativos		
Denominação abreviada: EMGEA		
Código SIORG: 55962	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UJ 179102
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal atividade: Empresa não financeira controlada		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefone: 61 3214-4909 e 61 3214-4910		Fax: 61 3214-4900
Endereço eletrônico: emgea@emgea.gov.br		
Página da Internet: http://www.emgea.gov.br		
Endereço postal: Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja – Edifício São Marcus – CEP 70070-902 - Brasília – DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: A EMGEA foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 22.6.2001 – atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001. O atual Estatuto Social da EMGEA foi aprovado na forma do Anexo ao Decreto nº 7.122 de 3.3.2010, publicado no DOU de 4.3.2010.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da Unidade Jurisdicionada: Regimento Interno da Empresa, aprovado em 25.10.2013.		
Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada: A Empresa dispõe de sistema corporativo de normativos, veiculado na intranet, onde estão publicadas as Políticas, Normas, Procedimentos e Planos de Continuidade de Negócios, relacionados aos seus processos, produtos e serviços.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica		

1.2. Finalidade e competências institucionais da EMGEA

A EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Foi criada pelo Decreto nº 3.848/2001, com base em autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3/2001, da qual destacamos os seguintes artigos:

“Art. 7º - § 1º - A EMGEA terá por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações.

(...)

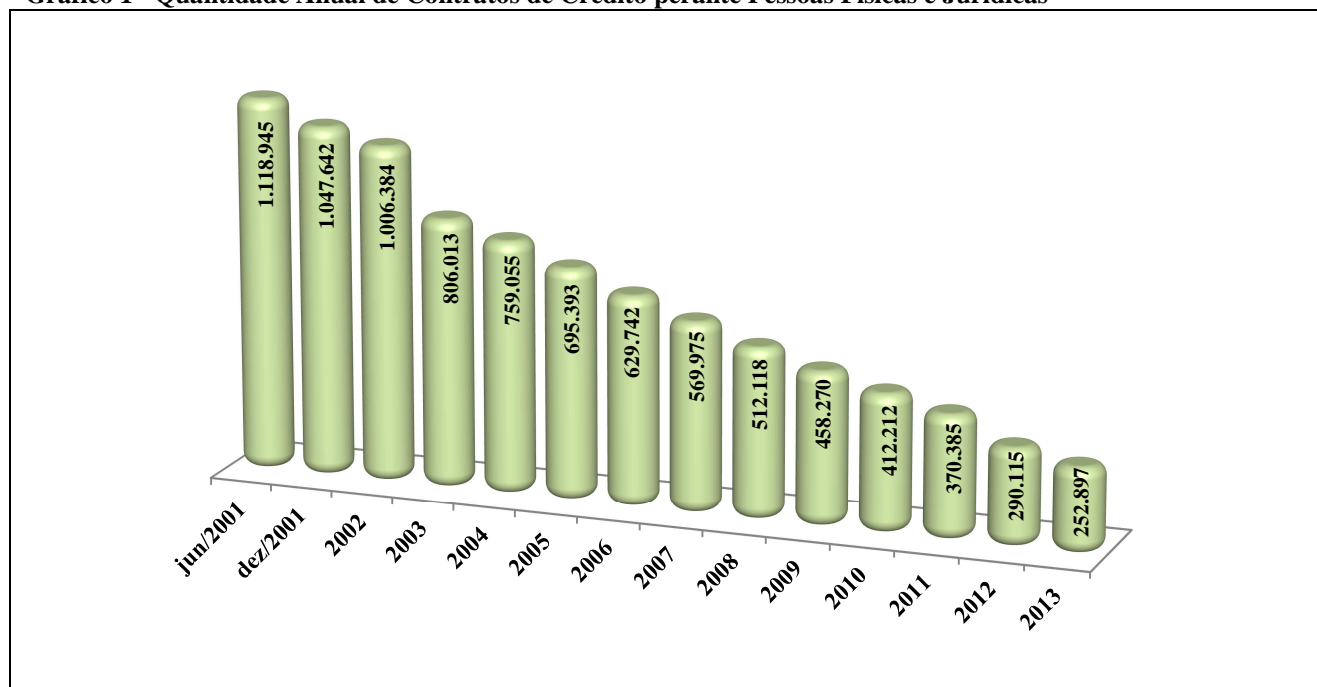
Art. 8º - Fica a União autorizada a transferir bens e direitos para a EMGEA, para constituição de seu patrimônio inicial ou aumentos de capital subsequentes”.

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de mais de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do SFH.

Desde então, a EMGEA tem atuado para assegurar solidez na retomada do fluxo financeiro da carteira de contratos. No decorrer desse período, as ações da Empresa orientaram-se, inicialmente, por ratificar e dar continuidade aos programas já praticados pela CAIXA.

Ao final de 2013, estavam registrados nos sistemas operacionais cerca de 252 mil contratos de financiamentos, redução equivalente a 77,39% da carteira existente em 2001.

Gráfico 1 - Quantidade Anual de Contratos de Crédito perante Pessoas Físicas e Jurídicas



Obs.: O quantitativo de contratos de cada ano abrange também aqueles formalizados com pessoas físicas, em decorrência da realização de garantias vinculadas a empreendimentos imobiliários de responsabilidade de empresas da construção civil, das quais a EMGEA é credora.

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOI

A EMGEA tem implantado medidas negociais para incentivar a liquidação e a reestruturação das dívidas, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também o ingresso de recursos e a redução dos custos com a tarifa de administração paga ao Prestador de

Serviços – CAIXA. Para milhares de mutuários, sobretudo os de baixa renda, foram conferidos incentivos para obter a regularização dos débitos e a solução definitiva para o problema da moradia.

A EMGEA ratificou sua responsabilidade instituída legalmente ao definir, como missão, “Gerir ativos públicos por meio de soluções inovadoras” e, como visão, “Ser referência na gestão de ativos públicos”.

1.3. Organograma Funcional

A EMGEA é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado na forma do Anexo ao Decreto nº 7.122/2010, pelo seu Regimento Interno, de 25.10.2013, e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

A estrutura organizacional da EMGEA constitui-se de:

- a) Conselho de Administração – COSAD:
 - i. Auditoria Interna – AUDIT.
- b) Conselho Fiscal – COFIS;
- c) Presidência – PRESI:
 - i. Gabinete da Presidência – GABIN;
 - ii. Consultoria Jurídica – COJUR:
 - Gerência de Consultivo Administrativo e Operacional – GECAD;
 - Gerência de Processos Jurídicos Estratégicos – GEPRE;
 - Gerência de Processos Jurídicos – GEJUT.
 - iii. Assessoria Especial da Presidência – ASSES;
 - iv. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.
- d) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF:
 - i. Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF:
 - Gerência de Administração de Recursos – GEARE;
 - Gerência de Obrigações Pecuniárias – GEROP;
 - Gerência de Portfólio – GEPOR;
 - Gerência de Controle e Conformidade – GECOT;
 - Gerência de Suporte a Canais – GESUC.
- e) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ:
 - i. Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ:
 - Gerência de Negócios de Créditos Prioritários – GEPRI;
 - Gerência de Recuperação de Ativos – GERAT;
 - Gerência de Apoio à Negociação – GERAP.
 - ii. Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS – SUREF:
 - Gerência de Realização de Créditos FCVS – GEREF;
 - Gerência de Operações com o Setor Público – GESEP.

- f) Diretoria de Pessoas e Logística – DILOG:
 - i. Superintendência Financeira – SUFIN:
 - Gerência de Planejamento e Administração Financeira – GEPAF.
 - ii. Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística – SUPEL:
 - Gerência de Licitação e Patrimônio – GELIC;
 - Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES.
 - iii. Superintendência de Tecnologia – SUTEC:
 - Gerência de Desenvolvimento de Sistemas – GEDES;
 - Gerência de Redes e Suporte – GERED.
- g) Diretoria de Controladoria – DICON:
 - i. Superintendência de Controles Internos – SUCOI:
 - Gerência de Conformidade – GECOF;
 - Gerência de Riscos Corporativos – GERIS.
 - ii. Superintendência de Contabilidade e Orçamento – SUCOR:
 - Gerência de Contabilidade – GECON;
 - Gerência de Tributos – GETRI.

A composição dos Conselhos de Administração e Fiscal está disciplinada no Estatuto Social da empresa.

A Auditoria Interna vincula-se e subordina-se administrativamente ao Conselho de Administração.

O Diretor-Presidente e os Diretores da EMGEA compõem a Diretoria Executiva, conforme dispõe o Estatuto Social da empresa.

As unidades que constituem a Presidência – GABIN, COJUR, ASSES e ASCOM – vinculam-se e subordinam-se administrativamente ao Diretor-Presidente.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

As competências dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva constam do Estatuto Social da empresa.

A Diretoria Executiva, quando necessário ao desempenho de suas atribuições estatutárias, disciplinará seu exercício por meio de normativos internos e de delegação de atividades e de alçadas decisórias.

Ao Diretor-Presidente, além das competências e atribuições próprias e de membro da Diretoria Executiva, constantes no Estatuto Social da empresa, compete coordenar e controlar as atividades do Gabinete da Presidência – GABIN, da Consultoria Jurídica – COJUR, da Assessoria Especial da Presidência – ASSES e da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.

Compete à Auditoria Interna – AUDIT, vinculada e subordinada administrativamente ao Conselho de Administração:

- a) avaliar a execução dos programas da EMGEA e o cumprimento das normas e parâmetros fixados para as áreas internas;
- b) elaborar o plano anual de atividades de auditoria interna, bem como o relatório anual de atividades da auditoria interna, a serem encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC da Controladoria-Geral da União – CGU;
- c) examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da EMGEA e a tomada de contas especial, quanto à sua composição, à forma de apresentação e à consistência dos dados informados em relação aos registros internos na empresa;
- d) coordenar a implementação das recomendações dos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União – TCU;
- e) comunicar, tempestivamente, aos órgãos superiores da EMGEA e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, provocados por ação de empregados da empresa, que causarem prejuízo ao Erário;
- f) elaborar, dentro dos padrões e normas técnicas estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, relatórios ou notas de auditoria a serem encaminhados ao Conselho de Administração da EMGEA e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC.

Compete ao Gabinete da Presidência – GABIN, vinculado e subordinado administrativamente ao Diretor-Presidente, o gerenciamento das atividades de assessoramento, tendo como atribuições:

- a) assessorar o Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva;
- b) coordenar e controlar as atividades constantes das agendas dos membros da Diretoria Executiva;
- c) manter contatos de interesse da EMGEA com autoridades e representantes dos setores Público e Privado, apoiando a Diretoria Executiva no atendimento de sua pauta de compromissos;
- d) coordenar e supervisionar os trabalhos de apoio técnico-administrativo aos Conselhos de Administração e Fiscal e à Diretoria Executiva, prestando-lhes o apoio logístico necessário ao seu funcionamento, inclusive a elaboração de atas de reunião e o controle de pendências;
- e) coordenar os trabalhos relacionados com a recepção da Diretoria Executiva;
- f) prestar apoio técnico-administrativo à ASCOM e à ASSES;
- g) acompanhar a tramitação de documentos ou o andamento de providências, nos órgãos governamentais, referentes aos documentos recebidos e expedidos pela Diretoria Executiva;
- h) coordenar, executar e controlar as atividades relativas à utilização da verba de representação e de reuniões e eventos da Diretoria Executiva.

Compete à Consultoria Jurídica – COJUR, vinculada e subordinada administrativamente ao Diretor-Presidente, exercer as atividades jurídicas de natureza consultiva e contenciosa, judicial ou extrajudicial, da EMGEA, bem como prestar assessoria jurídica à empresa e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

À Gerência de Consultivo Administrativo e Operacional – GECAD, subordinada à COJUR, compete:

- a) patrocinar, observadas as disposições do Estatuto Social da EMGEA, a defesa dos dirigentes, conselheiros e prepostos, presentes e passados, em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa;
- b) atuar no contencioso administrativo;
- c) patrocinar em juízo a defesa dos interesses da EMGEA, que envolvam matérias administrativas, tributárias, trabalhistas, e ações civis públicas.

À Gerência de Processos Jurídicos Estratégicos – GEPRE, subordinada à COJUR, compete:

- a) assessorar as unidades sobre assuntos relacionados a operações com pessoas jurídicas;
- b) patrocinar em juízo a defesa dos interesses da EMGEA, relativos a operações com pessoas jurídicas.

À Gerência de Processos Jurídicos – GEJUT, subordinada à COJUR, compete:

- a) assessorar as unidades sobre assuntos relacionados a operações com pessoas físicas;
- b) gerenciar os serviços terceirizados de advocacia;
- c) patrocinar em juízo a defesa dos interesses da EMGEA, relativos a operações com pessoas físicas;
- d) gerir os assuntos administrativos relacionados à unidade.

Compete à Assessoria Especial da Presidência – ASSES, vinculada e subordinada administrativamente ao Diretor-Presidente:

- a) assessorar o Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva no exercício de suas atribuições;
- b) coordenar planos e projetos cujo escopo envolva ou possa envolver a atuação de mais de uma unidade da EMGEA;
- c) analisar, em conjunto com a ASCOM e as áreas de negócios, a conveniência e oportunidade de atender aos pleitos de patrocínios apresentados à EMGEA;
- d) promover a articulação entre a EMGEA e a assessoria parlamentar dos órgãos públicos, nos assuntos de interesse da empresa.

Compete à Assessoria de Comunicação Social – ASCOM:

- a) promover o relacionamento entre a EMGEA e a Imprensa mediante o atendimento à demanda dos profissionais de comunicação;
- b) gerenciar as atividades inerentes à comunicação institucional e à identidade visual da EMGEA;
- c) gerenciar a divulgação interna de assuntos de interesse geral e das unidades, adequando-a ao Planejamento Estratégico e ao Plano de Comunicação da empresa;
- d) coordenar as atividades referentes ao sítio da EMGEA na internet;

- e) analisar, em conjunto com a ASSES e as áreas de negócios, a conveniência e oportunidade de atender aos pleitos de patrocínios apresentados à EMGEA.

Compete à Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF gerir e recuperar os créditos perante pessoas físicas.

Compete à Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF, subordinada à DIREF, gerir e recuperar os créditos imobiliários da EMGEA perante pessoas físicas.

À Gerência de Administração de Recursos – GEARE, subordinada à SUPEF, compete:

- a) propor à Superintendência políticas e implantar modelos de gestão das atividades sob a responsabilidade da Gerência;
- b) promover a gestão e o controle das arrecadações de recursos provenientes dos contratos de financiamento habitacional de pessoas físicas e de imóveis não de uso de propriedade da EMGEA;
- c) gerenciar, controlar e autorizar a realização de despesas oriundas dos contratos de financiamento habitacional de pessoas físicas e de imóveis não de uso de propriedade da EMGEA.

À Gerência de Obrigações Pecuniárias - GEROP, subordinada à SUPEF, compete:

- a) gerir e autorizar as remunerações da prestação de serviços, os ressarcimentos de despesas e demais obrigações decorrentes dos contratos de prestação de serviços.

À Gerência de Portfólio – GEPOR, subordinada à SUPEF, compete:

- a) realizar estudos e propor à Superintendência políticas de atuação, normas e medidas negociais a serem aplicadas na recuperação dos créditos e no processo de sua cobrança e de excussão das garantias;
- b) realizar estudos e propor à Superintendência modelos de negócio relacionados com a alienação dos imóveis não de uso de propriedade da EMGEA.

À Gerência de Controle e Conformidade – GECOT, subordinada à SUPEF, compete:

- a) gerenciar, atestar e controlar a execução dos contratos de prestação de serviços;
- b) gerenciar os processos de controles internos da Superintendência.

À Gerência de Suporte a Canais – GESUC, subordinada à SUPEF, compete:

- a) analisar demandas e propostas de negociação que envolvam os créditos perante pessoas físicas ou imóveis não de uso de propriedade da EMGEA;
- b) gerenciar as atividades relacionadas à alienação de imóveis não de uso;
- c) gerenciar as atividades relacionadas à recuperação e manutenção da carteira de contratos habitacionais firmados com pessoas físicas;
- d) propor à Superintendência e gerenciar a participação da EMGEA em projetos de conciliação mantidos com a Justiça Federal.

Compete à Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ gerir e recuperar créditos contra pessoas jurídicas, bem como realizar créditos perante o FCVS.

Compete à Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ, subordinada à DIREJ, gerir e recuperar créditos perante pessoas jurídicas do Setor Privado.

À Gerência de Negócios de Créditos Prioritários – GEPRI, subordinada à SUPEJ, compete:

- a) gerenciar e recuperar créditos vinculados a empresas liquidandas e repassadoras, empresas em regime falimentar e em recuperação judicial, mediante ações administrativas ou judiciais;
- b) propor à Superintendência normas para regulamentação da recuperação dos créditos sob sua gestão.

À Gerência de Recuperação de Ativos – GERAT, subordinada à SUPEJ, compete:

- a) gerenciar e recuperar créditos vinculados a pessoas jurídicas de direito privado, exceto liquidandas e repassadoras, empresas em regime falimentar e em recuperação judicial, mediante ações administrativas ou judiciais;
- b) propor à Superintendência normas para regulamentação da recuperação dos créditos sob sua gestão.

À Gerência de Apoio à Negociação – GERAP, subordinada à SUPEJ, compete:

- a) gerenciar as atividades de apoio aos negócios sob a responsabilidade da Superintendência;
- b) gerenciar os processos de controles internos da Superintendência.

Compete à Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS – SUREF, subordinada à DIREJ, realizar os créditos da EMGEA perante o FCVS e gerir e recuperar créditos decorrentes de contratos firmados com pessoas jurídicas vinculadas ao Setor Público e instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial.

À Gerência de Realização de Créditos FCVS – GREF, subordinada à SUREF, compete:

- a) propor à Superintendência normas e diretrizes para a realização de créditos perante o FCVS;
- b) conduzir o processo de realização dos créditos perante o FCVS nas fases de habilitação, validação e novação;
- c) analisar propostas de negociações que envolvam o ingresso ou a disponibilidade de créditos FCVS.

À Gerência de Operações com Setor Público – GESEP, subordinada à SUREF, compete:

- a) estruturar operações firmadas com pessoas jurídicas vinculadas ao Setor Público e instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial;
- b) administrar carteiras de créditos oriundos de entidades vinculadas ao Setor Público e de instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial.

Compete à Diretoria de Pessoas e Logística – DILOG promover a gestão do fluxo de caixa, propor e coordenar a execução das políticas e estratégias de gestão de pessoas e de recursos logísticos, bem como garantir o alinhamento do processo de suporte da Tecnologia da Informação.

Compete à Superintendência Financeira – SUFIN, subordinada à DILOG, promover a gestão do fluxo de caixa da EMGEA, buscando a maximização do retorno dos recursos disponíveis.

À Gerência de Planejamento e Administração Financeira – GEPAF, subordinada à SUFIN, compete:

- a) gerenciar o fluxo de caixa, as atividades de tesouraria e as aplicações financeiras da EMGEA;
- b) manifestar-se sobre a viabilidade financeira das propostas negociais;

- c) gerenciar as operações passivas da EMGEA perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, e oriundas do extinto Fundo de Apoio ao Desenvolvimento para a Habitação de Baixa Renda – FAHBRE;
- d) gerenciar os haveres da EMGEA, oriundos de integralização de capital.

Compete à Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística – SUPEL, subordinada à DILOG, analisar, orientar, propor e coordenar a execução das políticas e estratégias de gestão de pessoas e de recursos logísticos.

À Gerência de Licitação e Patrimônio – GELIC, subordinada à SUPEL, compete:

- a) gerenciar e executar os processos e as atividades de aquisição e guarda de bens móveis e de material de consumo, bem como de manutenção e guarda de material permanente;
- b) controlar e supervisionar os contratos de prestação de serviços terceirizados sob sua administração;
- c) gerenciar e executar as atividades referentes aos processos licitatórios da EMGEA;
- d) gerenciar as atividades relativas ao registro, trâmite e arquivamento de documentos;
- e) gerenciar a utilização do espaço físico da EMGEA.

À Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES, subordinada à SUPEL, compete:

- a) planejar, controlar, coordenar e executar processos e atividades relativas à gestão de pessoas.

Compete à Superintendência de Tecnologia – SUTEC, subordinada à DILOG, conduzir e garantir o alinhamento do processo de suporte “Tecnologia da Informação” às expectativas estratégicas da EMGEA, valendo-se das referências, modelos e padrões mercadológicos.

À Gerência de Desenvolvimento de Sistemas – GEDES, subordinada à SUTEC, compete:

- a) gerir o ciclo de vida de ferramentas de suporte ao negócio, inclusive aquelas fornecidas por terceiros, no que couber;
- b) gerir o processo de aquisição de ferramentas de suporte ao negócio;
- c) responder pela integridade, disponibilidade, universalidade, tempestividade, organização e fluxo dos dados que informam os processos negociais e de suporte da EMGEA;
- d) garantir a conformidade de seus processos aos instrumentos das Políticas de Governança e Segurança da Tecnologia da Informação da EMGEA.

À Gerência de Redes e Suporte – GERED, subordinada à SUTEC, compete:

- a) gerir o ciclo de vida dos ativos da infraestrutura da Tecnologia da Informação;
- b) responder pela disponibilidade e organização dos ativos de infraestrutura da Tecnologia da Informação;
- c) executar e responder pelo processo de segurança e recuperação da informação;
- d) executar e responder pelas políticas de continuidade de negócios;
- e) garantir a conformidade de seus processos aos instrumentos das Políticas de Governança e Segurança da Tecnologia da Informação da EMGEA.

Compete à Diretoria de Controladoria – DICON coordenar as atividades relativas aos controles internos e aos assuntos inerentes ao registro contábil, à tributação e ao Orçamento da EMGEA.

Compete à Superintendência de Controles Internos – SUCOI, subordinada à DICON, coordenar a execução das atividades relativas aos controles internos administrativos.

À Gerência de Conformidade – GECOF, subordinada à SUCOI, compete:

- a) estabelecer instrumentos e técnicas para assegurar a conformidade dos processos e dos negócios da empresa;
- b) estabelecer mecanismos para auxiliar o cumprimento, pela empresa, das normas internas e externas.

À Gerência de Riscos Corporativos – GERIS, subordinada à SUCOI, compete:

- a) instituir mecanismos para assegurar a gestão de riscos corporativos;
- b) definir padrões e coordenar a apuração das informações corporativas e dos indicadores empresariais estratégicos;
- c) coordenar a elaboração dos Relatórios da Administração e de Gestão.

Compete à Superintendência de Contabilidade e Orçamento – SUCOR, subordinada à DICON, gerenciar as atividades inerentes à escrituração contábil e fiscal, bem como coordenar a elaboração, o acompanhamento da execução e a reprogramação do Orçamento da EMGEA.

À Gerência de Contabilidade – GECON, subordinada à SUCOR, compete:

- a) manter atualizado o Plano de Contas da EMGEA;
- b) gerenciar as atividades relativas ao registro dos atos e dos fatos administrativos;
- c) elaborar e analisar as demonstrações contábeis previstas na legislação, bem como aquelas de caráter gerencial;
- d) manifestar-se quanto ao impacto contábil das medidas negociais propostas;
- e) coordenar as atividades desempenhadas pela auditoria contábil independente;
- f) gerenciar a elaboração, o acompanhamento da execução e a reprogramação do Orçamento e do Programa de Dispendios Globais – PDG da EMGEA.

À Gerência de Tributos – GETRI, subordinada à SUCOR, compete:

- a) gerenciar o controle e a manutenção da regularidade fiscal da EMGEA perante a Fazenda Pública;
- b) manifestar-se quanto ao impacto fiscal das medidas negociais propostas;
- c) coordenar as atividades desempenhadas por empresas de consultoria tributária.

COMPETÊNCIAS COMUNS

Compete também a cada Diretoria:

- a) participar da elaboração do Planejamento Estratégico e zelar pelo cumprimento dos objetivos, metas e planos de ação estabelecidos;
- b) propor e fazer cumprir normas, padrões e instruções de trabalho para as equipes sob sua responsabilidade, bem como acompanhar o cumprimento da legislação vigente;
- c) propor a atualização da estrutura organizacional sob sua responsabilidade;

- d) autorizar a realização de despesas de acordo com os limites e as condições fixadas;
- e) controlar as despesas sob sua responsabilidade, estabelecendo e fazendo cumprir os orçamentos e promovendo a redução possível de custos;
- f) determinar a participação e a realização, por comissionado ou empregado subordinado, de inspeções, auditorias, sindicâncias ou inquéritos, relacionados com as unidades sob sua responsabilidade;
- g) autorizar a movimentação interna de pessoal lotado na sua área de atuação e propor ao Diretor-Presidente sua transferência para outras áreas;
- h) autorizar o deslocamento de pessoal lotado em sua área de atuação, na forma do regulamento específico;
- i) executar outras atribuições que lhe forem designadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente.

Compete também a todas as Superintendências e demais unidades de mesmo nível hierárquico:

- a) cumprir e fazer cumprir as diretrizes da Diretoria Executiva;
- b) participar do Planejamento Estratégico da EMGEA, na forma determinada por sua respectiva Diretoria;
- c) participar da elaboração, acompanhamento e reprogramação do Orçamento da EMGEA, no tocante às estimativas de sua competência;
- d) elaborar plano de ação para consecução das metas de sua competência, fixadas no Planejamento Estratégico da EMGEA, e acompanhar e mensurar sua implementação, propondo os ajustes cabíveis;
- e) propor ao Diretor da área o programa anual de trabalho e a correspondente previsão orçamentária, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Superior Administração;
- f) gerenciar os riscos e garantir a conformidade dos processos e negócios sob sua condução;
- g) promover o aprimoramento das rotinas de serviço, utilizando metodologias específicas adotadas pela EMGEA;
- h) elaborar e manter atualizados os normativos relativos às atividades desenvolvidas na sua unidade;
- i) atender às solicitações de informações afetas à respectiva unidade, advindas das auditorias interna e externa, bem como promover a regularização de eventuais apontamentos dessas auditorias;
- j) atender às solicitações de informações e promover estudos sobre assuntos específicos solicitados pela Diretoria Executiva e por outros órgãos colegiados da EMGEA;
- k) subsidiar a elaboração dos relatórios da Administração;
- l) propor ao Diretor da área o estabelecimento de limites e alçadas de trabalho;
- m) executar outras atividades compatíveis com as atribuições e competências da unidade.

Compete também às Gerências:

- a) assessorar a sua Superintendência nas matérias afetas à unidade, assim como

- acompanhar a elaboração e coordenação de outras atividades, por designação superior;
- b) avaliar o comportamento dos ativos e passivos da EMGEA e os indicadores de desempenho, visando a subsidiar a tomada de decisões;
 - c) gerenciar a elaboração de plano de ação para a consecução de metas, fixadas em plano de trabalho;
 - d) acompanhar a consolidação e a análise de dados relativos aos indicadores de desempenho;
 - e) elaborar, periodicamente, relatórios analíticos sobre a sua atuação e o desenvolvimento dos assuntos sob sua responsabilidade;
 - f) elaborar estudos de viabilidade de propostas ou medidas apresentadas, submetendo-os à sua Superintendência;
 - g) implantar soluções otimizadas relacionadas a suas atividades;
 - h) responder pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação de suas atividades;
 - i) gerenciar o respectivo orçamento com vistas a subsidiar o Programa de Dispêndios Globais – PDG;
 - j) avaliar o desempenho de fornecedores com os quais a EMGEA tenha contratado o suprimento de materiais e serviços;
 - k) elaborar e acompanhar a confecção de documentos institucionais, tais como notas técnicas, ofícios, memorandos, pareceres e votos, para serem submetidos à respectiva Superintendência;
 - l) coletar e disponibilizar a documentação necessária para a elaboração do Relatório de Atividades e de Gestão da EMGEA, bem como fornecer dados sobre os assuntos afetos à unidade;
 - m) promover a gestão dos processos de controles internos (riscos, conformidade e informações corporativas);
 - n) especificar, acompanhar e homologar os serviços para atendimento de manutenções corretivas, adaptativas e de melhoria dos sistemas de Tecnologia de Informação;
 - o) gerir o desempenho dos colaboradores, orientando a sua atuação, tratando as competências individuais e da equipe, controlando a frequência e zelando pelo bom ambiente de trabalho.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos da EMGEA encontram-se relacionados adiante:

Macroprocesso Finalístico 1 – Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas

Quadro 2 – Dados do Macroprocesso Finalístico 1 – Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas

Objetivo geral	Desenvolver soluções e implementar medidas que resultem na retomada do fluxo financeiro e na melhoria da rentabilidade da carteira
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Vide Item 2.3.1 - Indicadores Estratégicos
Público-alvo	Pessoas físicas devedoras de financiamentos habitacionais

Para melhorar a performance da arrecadação, a EMGEA adota medidas visando regularizar os contratos habitacionais, mediante incentivo à liquidação e à reestruturação de dívidas, para eliminar o desequilíbrio financeiro, combater a inadimplência e realizar acordos nas esferas administrativa e judicial, contribuindo com o ingresso de recursos, a partir da retomada do fluxo de pagamento dos contratos.

A arrecadação alcançou o montante de R\$ 872,41 milhões, proveniente do recebimento de prestações mensais, amortizações extraordinárias, liquidações antecipadas, indenizações securitárias e de levantamento de depósitos judiciais, equivalentes a 96,93% da meta estipulada para 2013.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício foram desenvolvidas as ações a seguir descritas.

Principais Ações do Macroprocesso

As ações pautaram-se pelo acompanhamento e controle das medidas negociais adotadas em exercícios anteriores, bem como pela otimização e ajuste das medidas de incentivo à liquidação e à reestruturação dos contratos, de sorte a incrementar o ingresso de recursos mediante a retomada do fluxo de pagamentos.

Ação 1 – Arrecadação da carteira de crédito imobiliário Pessoa Física

Quadro 3 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 1

Finalidade	Liquidação e reestruturação de dívidas
Descrição	Incrementar a arrecadação da carteira por intermédio de incentivos à liquidação e reestruturação de dívidas dos contratos de crédito imobiliário

Essa ação tem o objetivo promover o ingresso de recursos mediante a retomada do fluxo de pagamentos dos contratos, pelo incentivo à realização de liquidações antecipadas e amortizações extraordinárias, ao recebimento de indenizações securitárias, à regularização do pagamento das prestações e à reestruturação das dívidas, para eliminar o desequilíbrio financeiro dessas operações.

A continuidade da campanha de adimplência dos contratos carta de crédito, iniciada no exercício anterior, resultou na regularização de 20.395 contratos, e a liquidação/renegociação de 8.137 contratos do Programa “Ô de casa”.

Em razão da progressiva redução das operações imobiliárias ativas, associada ao fato de o estoque remanescente ser composto de créditos com maior dificuldade de recuperação, verificou-se

que algumas medidas apresentaram sinais de perda de eficácia, sendo necessário o incremento do percentual de desconto para retomada da atratividade do incentivo.

Nessa situação inclui-se o incentivo a Empreendimentos de Baixa Renda, que foi substituído pela nova modalidade, denominada Habitação Popular.

Registre-se que no exercício foram liquidados 34.848 contratos, diminuindo a carteira de pessoa física em 20,46%.

Resultados e Conclusões – Arrecadados R\$ 872,41 milhões, equivalentes a 96,93% da meta de R\$ 900 milhões estipulada para o período.

Ação 2 – Recuperação e arrecadação de valores dos contratos inadimplentes

Quadro 4 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 1

Finalidade	Recuperar e restabelecer o fluxo financeiro dos créditos
Descrição	Conceder incentivos à regularização de dívida para os contratos com mais de 90 dias de atraso, caracterizados como inadimplentes

Foi mantida a estratégia adotada em 2012 de concentrar esforços na regularização dos contratos inadimplentes ou desequilibrados.

No início de 2013, existiam 106.320 contratos inadimplentes de crédito imobiliário perante pessoas físicas, cujo valor contábil, não deduzidas as respectivas provisões, alcançava o montante de R\$ 6,98 bilhões.

Resultados e Conclusões – Arrecadação de R\$ 469,64 milhões, superior em 4,36% à meta de R\$ 450,00 milhões, e restabelecimento do fluxo financeiro de 24.700 contratos, assim distribuídos:

Quadro 5 - Contratos com fluxo financeiro restabelecido

Tipo de regularização	Quantidade de contratos
Liquidações antecipadas	17.836
Parcelamentos	1.925
Reestruturações	4.719
Transferências	220

Ação 3 – Contratos *sub judice*

Quadro 6 - Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 1

Finalidade	Recuperar créditos
Descrição	Conceder incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas para os contratos <i>sub judice</i> , por meio de ações voltadas ao incentivo da conciliação nos tribunais

Com o incentivo da Justiça Federal, desde 2002, a prática da conciliação nas ações ajuizadas por mutuários do SFH, tem sido uma maneira ágil e definitiva de solucionar os conflitos entre as partes.

Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça - CNJ estabeleceu meta para a Justiça Federal de realização de 4.900 audiências de conciliação no segundo semestre, relativamente aos processos envolvendo contratos da EMGEA.

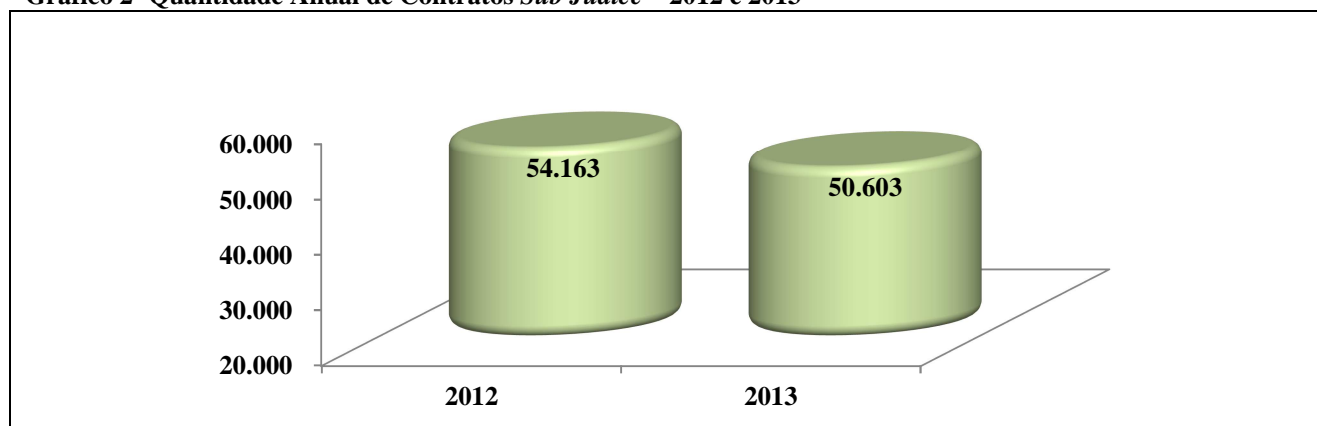
Foram agendadas 17.759 audiências e realizadas 10.522, ao longo do exercício de 2013, sendo 9.830 finalizadas e 707 remarcadas. Das audiências finalizadas em todo o País, foram firmados 5.875 acordos, gerando a recuperação de R\$ 299,08 milhões para a EMGEA.

O resultado é consequência das medidas de incentivo à liquidação, adotadas pela EMGEA.

Esse incentivo da Justiça Federal já propiciou, desde o início das conciliações, a finalização de 115.207 audiências, com 53,36% de acordos com êxito.

Resultados e Conclusões - Considerando os ajuizamentos de 3.246 novos contratos, as audiências de conciliação e os acordos administrativos fizeram com que a quantidade de contratos sub judice fosse reduzida em 3.559 unidades, passando de 54.163 em 2012 para 50.603 em 2013, representando uma redução de 6,57%.

Gráfico 2- Quantidade Anual de Contratos Sub Judice – 2012 e 2013



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Além das ações voltadas à arrecadação descritas anteriormente, o Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas abrange outras atividades, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas aos seguintes assuntos.

Seguro Habitacional

Consiste em assegurar o direito a indenizações securitárias pela ocorrência de sinistros, previstos nas apólices contratadas, mediante pagamento dos prêmios de seguros correspondentes.

Em 2013, a EMGEA pagou à seguradora contratada e ao FCVS, o montante líquido de R\$ 80,74 milhões, sendo R\$ 75,18 milhões da apólice do SFH e R\$ 5,55 milhões da apólice de mercado, a título de prêmios de seguro das operações de crédito imobiliário junto a pessoas físicas. Esse valor é 15,74% menor em relação ao ano de 2012 (R\$ 95,82 milhões), em razão da diminuição da carteira e da assinatura de novo contrato com Alliance Seguradora, cujos prêmios são 50,48% inferiores aos do contrato anterior.

O pagamento dos prêmios de seguro é realizado independentemente do ressarcimento por parte do mutuário, por meio da liquidação da prestação mensal. No exercício, do total recolhido à Seguradora, a EMGEA foi ressarcida no valor de R\$ 27,45 milhões.

Do total de prêmios emitidos, foram deduzidos cerca de R\$ 1,22 milhão, referente à remuneração recebida pela EMGEA na condição de estipulante de apólice, conforme quadro a seguir. Essa remuneração está instituída na apólice do SFH e corresponde a 1,6% dos prêmios emitidos.

Quadro 7 – Recolhimento de Prêmios de Seguro – 2013

<i>Valores em R\$ 1,00</i>		
Prêmios Emitidos	Remuneração do Estipulante	Prêmios Recolhidos
81.966.205,47	1.222.390,01	80.743.815,46

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Em dezembro de 2012 a carteira de créditos perante pessoas físicas da EMGEA somava 161.085 contratos averbados, reduzindo-se para 126.380 ao final de 2013, equivalente a uma queda de 21,54%.

As indenizações correspondem ao reconhecimento, pela Seguradora e pelo FCVS, dos sinistros assim definidos:

- De natureza pessoal (MIP – Morte ou Invalidez Permanente), o valor da indenização é repassado à EMGEA para amortizar, no caso de sinistro parcial, ou quitar, no caso de sinistro total, o saldo devedor; e
- De natureza material (DFI – Danos Físicos do Imóvel), a Seguradora e o FCVS promovem o ressarcimento aos mutuários dos custos com a recuperação do bem.

A EMGEA recebeu, em 2013, o montante de R\$ 30,57 milhões, equivalente a 37,87% do total de prêmios pagos. Esse valor é inferior em relação ao recebido durante o ano de 2012 (R\$ 36,25 milhões) em 15,65%.

Ao fim do exercício existiam solicitações de indenizações em tramitação na Seguradora e na Administradora do FCVS, cuja expectativa de recebimento era de aproximadamente R\$ 50,00 milhões.

Quadro 8 – Indenizações Securitárias Ingressadas – 2013

Valores em R\$ 1,00

Quantidade de Indenizações	Valor
6.834	30.578.377,21

Fonte: Cubo Arrecadação SUTEC

Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Outra medida utilizada para a regularização da inadimplência foi o incremento nas execuções judiciais e/ou extrajudiciais.

Para garantir a continuidade e conclusão dos procedimentos de execução de dívidas e demandas judiciais envolvendo os contratos de crédito imobiliário junto a pessoas físicas, a CAIXA, na condição de prestadora de serviços, efetua o pagamento de despesas relativas a esses procedimentos e é posteriormente ressarcida pela EMGEA, que atingiram o pagamento de R\$ 21,88 milhões, superior em 6,21% em relação ao montante de R\$ 20,60 milhões, observado em 2012.

Parte das despesas com procedimentos de execução judicial ou extrajudicial é recuperada em razão da prerrogativa do devedor de suspender ou encerrar a execução da dívida para resgatar os direitos contratuais relativos a seu crédito imobiliário, por meio do reembolso à EMGEA dos montantes por ela incorridos.

O montante de R\$ 7,00 milhões foi recuperado junto a pessoas físicas em 2013, as quais pagaram os débitos sob execução, caracterizando a purga de suas moras mediante o ressarcimento de despesas à EMGEA. O valor recuperado em 2013 foi inferior em 19,67% ao observado em 2012 da ordem de R\$ 8,72 milhões.

Depósitos Judiciais e/ou Recursais

Em determinados tipos de ações judiciais, ocorrendo decisões em seu desfavor, passíveis de recurso, a EMGEA deve efetuar depósitos à ordem do juízo. Esses depósitos (judiciais e/ou recursais) referentes a contratos com pessoas físicas alcançaram, em 2013, o montante de R\$ 5,38 milhões, 70,88% superior ao de 2012, quando perfizeram R\$ 3,15 milhões.

Os desembolsos com esses depósitos podem ser revertidos, dependendo das decisões nas ações judiciais. Em 2013, as decisões favoráveis à EMGEA fizeram com que ela recuperasse R\$ 980,93 mil, montante inferior em 55,44% ao ocorrido no ano anterior (R\$ 2,20 milhões).

Macroprocesso Finalístico 2 - Realização dos Créditos da EMGEA perante o FCVS

Quadro 9 – Dados do Macroprocesso Finalístico 2 - Realização dos Créditos da EMGEA perante o FCVS

Objetivo geral	Obter o reconhecimento da certeza e da liquidez dos créditos da EMGEA perante o FCVS
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
Público-alvo	Interno

A gestão dos créditos perante o FCVS tem como finalidade a obtenção da certeza e liquidez desses ativos, para possibilitar a novação, com a União, das dívidas do Fundo, mediante a emissão, em nome da Empresa, de títulos CVS pelo Tesouro Nacional, ou a utilização desses créditos como ativos negociáveis.

A carteira de créditos perante o FCVS encerrou o exercício de 2013 com saldo contábil, antes da constituição de provisões, de R\$ 15.898,91 milhões, sendo que R\$ 14.329,58 milhões desses créditos estavam habilitados junto ao Fundo. Dos contratos habilitados, R\$ 13.650,91 milhões encontravam-se homologados, e R\$ 678,67 milhões ainda não haviam sido homologados pelo FCVS.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir elencadas.

Principais Ações do Macroprocesso

Ação 1 - Novação de dívidas do FCVS pela União

Quadro 10 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Novar, com a União, dívidas do FCVS perante a EMGEA
Descrição	Converter créditos a receber do FCVS em títulos CVS

A novação consiste na contratação de nova dívida para extinguir a anterior. No caso das dívidas do FCVS, a União, mediante contrato, assume os débitos do Fundo com os Agentes Financeiros do SFH, sob novas condições de pagamento, remuneração e prazo, entregando ao credor, no ato da assinatura do contrato, títulos de emissão do Tesouro Nacional – títulos CVS.

Resultados e Conclusões - No exercício de 2013 não ocorreram novações de dívidas do FCVS pela União, as quais haviam sido suspensas para implementação de novos procedimentos.

Ação 2 - Habilitação de créditos perante o FCVS

Quadro 11 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Propiciar a apuração dos valores de responsabilidade do FCVS
Descrição	Consiste no encaminhamento ao FCVS das informações relativas aos contratos, para análise e homologação dos valores de responsabilidade do Fundo

O processo de habilitação consiste na apresentação de informações iniciais e da documentação básica e complementar do contrato de financiamento habitacional firmado com cobertura do FCVS, para fins de apuração dos valores de responsabilidade do Fundo.

A partir do estoque de créditos a habilitar existente em 31.12.2012, relativo a 35.928 contratos, no valor de R\$ 1.241,08 milhões, foi estabelecida meta de habilitação de R\$ 370 milhões.

Resultados e Conclusões - As ações desenvolvidas resultaram em 4.886 contratos habilitados, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 471,61 milhões, conforme detalhado adiante:

- habilitação de 3.408 contratos, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 407,75 milhões, atingindo 110,20% da meta estabelecida;
- dos contratos com cobertura do FCVS que tiveram eventos no exercício de 2013, foi habilitado o total de 1.478, com expectativa de recebimento de R\$ 63,86 milhões.

Ação 3 – Reversão de negativa de cobertura pelo FCVS

Quadro 12 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Recuperar créditos com negativa de cobertura procedida pelo FCVS
Descrição	Análise na descaracterização da negativa de cobertura procedida pelo FCVS, para reversão dos valores do crédito à EMGEA

A reversão consiste na descaracterização das negativas de cobertura procedidas pelo FCVS para os contratos de financiamento habitacional da carteira imobiliária da EMGEA, de forma a recuperar créditos com potencial a ser revisto, por intermédio de fundamentação de análise e elaboração de recurso administrativo ao Fundo.

Do estoque de R\$ 3.423,05 milhões de créditos negativados pelo FCVS, existente em 31.12.2012, foi estabelecida meta de R\$ 450,00 milhões para reversão de negativa de cobertura.

Resultados e Conclusões – Foi alcançado o montante de R\$ 521,63 milhões (115,92% da meta), conforme detalhado a seguir:

- realização de reversão de negativa de cobertura para 209 contratos, no montante de R\$ 16,12 milhões;
- realização de validação documental de 892 contratos originários do Agente MINASCAIXA, no valor de R\$ 50,48 milhões;
- expectativa de reversão por recurso administrativo apresentado ao FCVS para 4.990 contratos, no montante de R\$ 407,98 milhões;
- conclusão de que não cabe recurso administrativo ao FCVS para 992 contratos, que totalizam R\$ 47,04 milhões.

Foram ainda objeto de ações para reversão de negativa, os créditos no montante de R\$ 24,45 milhões, correspondentes a 1.263 contratos, para os quais foram apresentados recursos administrativos ao FCVS, obtendo-se reversão da negativa para parte deles e concluindo-se que não cabe recurso para os remanescentes.

Ação 4 – Validação de créditos homologados pelo FCVS

Quadro 13 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Aceitar o valor homologado pelo FCVS, dando condições de novação aos créditos
Descrição	Consiste na informação analítica dos contratos com saldos anuídos por meio da emissão da RCV

A validação de créditos homologados consiste na análise e confirmação do valor atribuído pelo FCVS, mediante emissão da Relação de Contratos Validados - RCV ou, se for o caso, na definição operacional de que não cabe recurso àquele Fundo para melhoria de créditos com valor homologado diferente daquele apresentado pela EMGEA, como também para os não contemplados pelas medidas de validação estabelecidas pela Empresa.

A validação com RCV é um dos requisitos para a novação de que trata a Lei nº 10.150/2000. Os demais requisitos estão ligados à inexistência de impedimentos operacionais e negociais apropriados na cadeia de matrículas dos Agentes Cedentes dos créditos ou na matrícula do credor atual, se for o caso.

Resultados e Conclusões - As ações para validação dos créditos homologados pelo FCVS obtiveram um resultado de R\$ 1.056,76 milhões, correspondente a 18.588 contratos, para os quais houve a análise de que não cabe recurso ao Fundo ou ocorreu a concordância com o valor apresentado pelo Fundo, mediante a sua inclusão na RCV.

As ações para cumprimento da meta de validação dos créditos homologados pelo FCVS com base no estoque em 31.12.2012, de 21.648 contratos, no montante de R\$ 494,06 milhões, com valores divergentes daqueles apresentados pela EMGEA e não contemplados pelas medidas de validação da Empresa, resultaram na validação de 3.557 contratos, no montante de R\$ 242,24 milhões, atingindo 109,61% da meta estabelecida para o exercício de R\$ 221 milhões, sendo:

- na emissão de RCV para 377 contratos, com valor a receber do Fundo de R\$ 9,20 milhões;
- na análise 1.602 contratos, no montante de R\$ 140,75 milhões, para os quais foi concluído que não cabe recurso administrativo ao FCVS para melhoria do crédito; e
- na análise de 1.578 contratos, no montante de R\$ 92,27 milhões, com recurso administrativo apresentado ao FCVS;
- A ações para validação dos créditos com valores homologados no âmbito das medidas autorizadas pela Empresa, relativas ao estoque existente em 31.12.2012, resultaram na emissão de RCV para 10.925 créditos, no montante de R\$ 491,45 milhões, atingindo 94,51% da meta analítica estabelecida de R\$ 520,00 milhões.

Foram ainda objeto de ações de validação, os contratos homologados pelo FCVS no exercício de 2013, dos quais a quantidade de 4.106 contratos, no montante de R\$ 323,06 milhões, foi validada ou feita a análise de que não cabe recurso ao FCVS.

Ação 5 – Formalização de processos de novação de créditos perante o FCVS

Quadro 14 – Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Obter a certeza e a liquidez da dívida do FCVS para emissão de títulos CVS
Descrição	Consiste nos procedimentos operacionais para certificar o cumprimento de todos os requisitos necessários à novação, com a União, das dívidas do FCVS

A formalização de processos de novação das dívidas do FCVS consiste em preparar e apresentar, à Administradora do Fundo, os documentos requeridos pelas normas, dentre eles o

pedido de novação e a respectiva documentação do Credor, bem como os documentos dos Agentes Cedentes e aqueles que comprovam a cessão dos créditos FCVS à EMGEA.

Os créditos aptos para novar são aqueles com valores homologados e auditados pela Administradora do FCVS e validados pela EMGEA com a emissão de RCV, em que a cadeia de credores cumpriu todos os requisitos necessários à novação.

Resultados e Conclusões - Ao final do exercício de 2013, os créditos homologados pelo FCVS que estavam com processos de novação formalizados perfaziam o montante de R\$ 1.071,75 milhões. Os demais créditos homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 7.995,67 milhões, estavam aptos operacionalmente para serem novados ou em análise pela Administradora do FCVS (RCV Não Auditado) ou pela EMGEA (Créditos Não Validados).

Quadro 15 – Créditos Homologados pelo FCVS – 2013

<i>Valores em R\$ 1,00</i>	
Situação Operacional	Valor Homologado
Em Processo de Novação	1.071.756.729,10
Aptos à Novação - RCV Auditado	4.160.845.081,47
Em Análise	3.834.825.288,10
Totais	9.067.427.098,67

Ação 6 - Recolhimento das contribuições mensais devidas ao FCVS pelos mutuários da EMGEA

Quadro 16 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 2

Finalidade	Garantir o reconhecimento pelo FCVS dos saldos devedores residuais dos contratos habitacionais
Descrição	Consiste na contribuição ao FCVS da parcela mensal devida pelo mutuário, na ordem de 3% sobre o valor da prestação de amortização e juros do contrato de financiamento

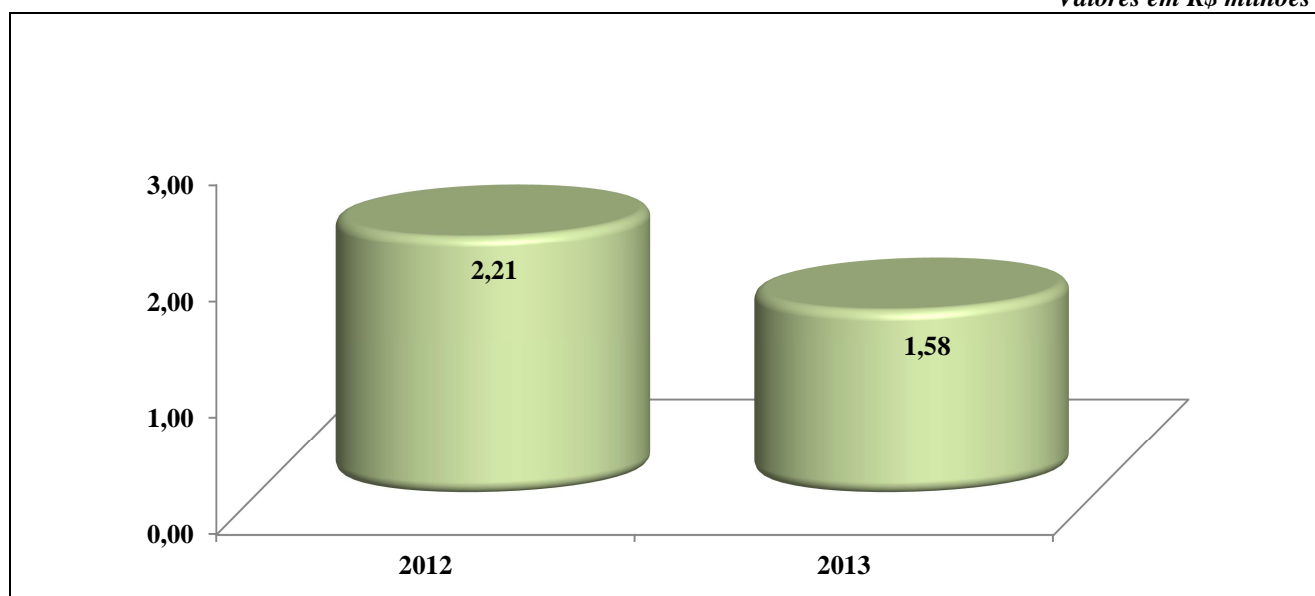
A contribuição mensal ao FCVS obedece às disposições legais contidas no MNPO e é calculada mensalmente, com base no somatório dos encargos mensais devidos pelos mutuários que contrataram financiamentos com cobertura do Fundo.

O gerenciamento dessa ação objetiva certificar que a contribuição está sendo calculada dentro dos parâmetros definidos na legislação pertinente e, sobretudo, garantir que o recolhimento alcance apenas os contratos com cobertura do FCVS.

Resultados e Conclusões - No exercício de 2013 a EMGEA recolheu o montante de R\$ 1,58 milhão. Essas contribuições foram 28,60% inferiores quando comparadas com as realizadas no ano de 2012, no montante de R\$ 2,21 milhões, em decorrência da redução de contratos de crédito que contam com cobertura do FCVS, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Recolhimento de Contribuições ao FCVS – 2012 e 2013

Valores em R\$ milhões



Fonte: SISCONP - Sistema de Controle de Pagamentos – SUPEF

Macroprocesso Finalístico 3 – Gerenciamento dos Imóveis não de Uso

Quadro 17 – Dados do Macroprocesso Finalístico 3 – Gerenciamento dos Imóveis não de Uso

Objetivo geral	Realizar as garantias mediante alienação de imóveis
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas - SUPEF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
Público-alvo	Interessados em aquisição de imóveis

Em razão de adjudicações, arrematações ou recebimentos em dação em pagamento no curso de execuções de natureza judicial ou extrajudicial, a EMGEA detém a propriedade de imóveis, denominados imóveis não de uso. A alienação desses imóveis é ainda um importante meio de recuperação do crédito.

Até o ano de 2013, a EMGEA arrecadou com a venda desses imóveis o valor de R\$ 1.314,63 milhões. No exercício foram arrecadados R\$ 157,52 milhões equivalentes a 104,82% da meta negociada para o período.

Considerando que a incorporação desses ativos, por vezes, ocorre acompanhada de obrigações que se vinculam à propriedade imobiliária e oneram a Empresa, e que parte dos imóveis é objeto de pendências que inibem ou até impedem sua venda, coube a EMGEA adotar política de concessão de descontos com vistas a acelerar a venda desses imóveis.

Ação 1 – Alienar Imóveis não de Uso

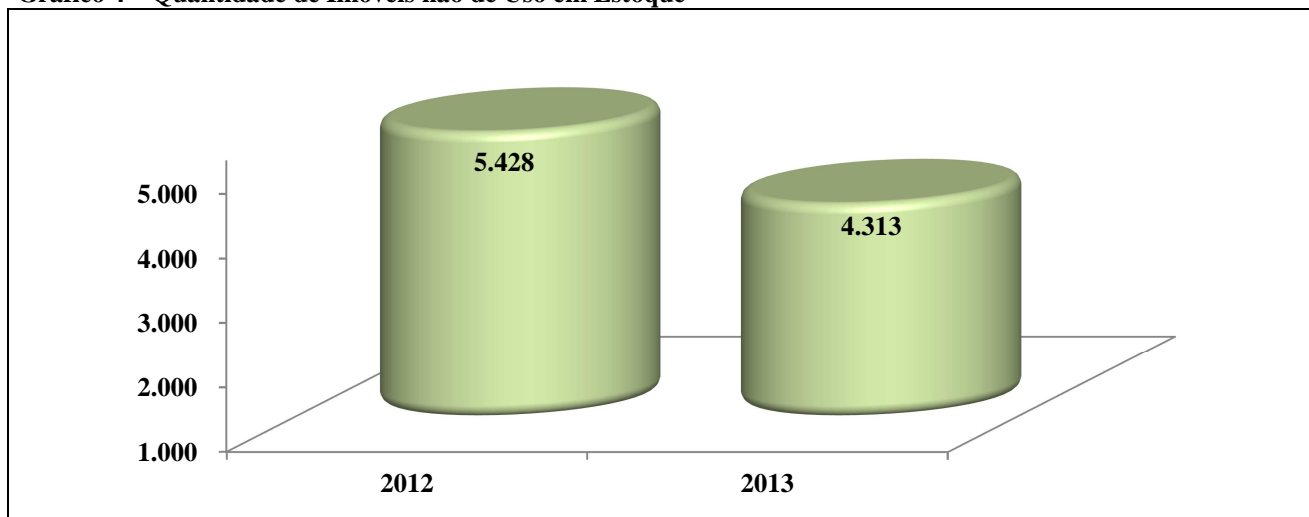
Quadro 18 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 3

Finalidade	Desmobilizar, via alienação, imóveis não de uso
Descrição	Conceder incentivos e promover a alienação de imóveis não de uso, em razão de adjudicações, arrematações ou recebimentos em dação em pagamento, por meio de licitação pública ou de venda direta

Resultados e Conclusões - Ao adotar a política de concessão de descontos, a EMGEA conseguiu aumentar a venda desses imóveis. O estoque, que chegou em 10.693 unidades em 2008,

perfazia 4.313 unidades no fim de 2013, ocorrendo no exercício uma redução de 1.115 unidades, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Quantidade de Imóveis não de Uso em Estoque

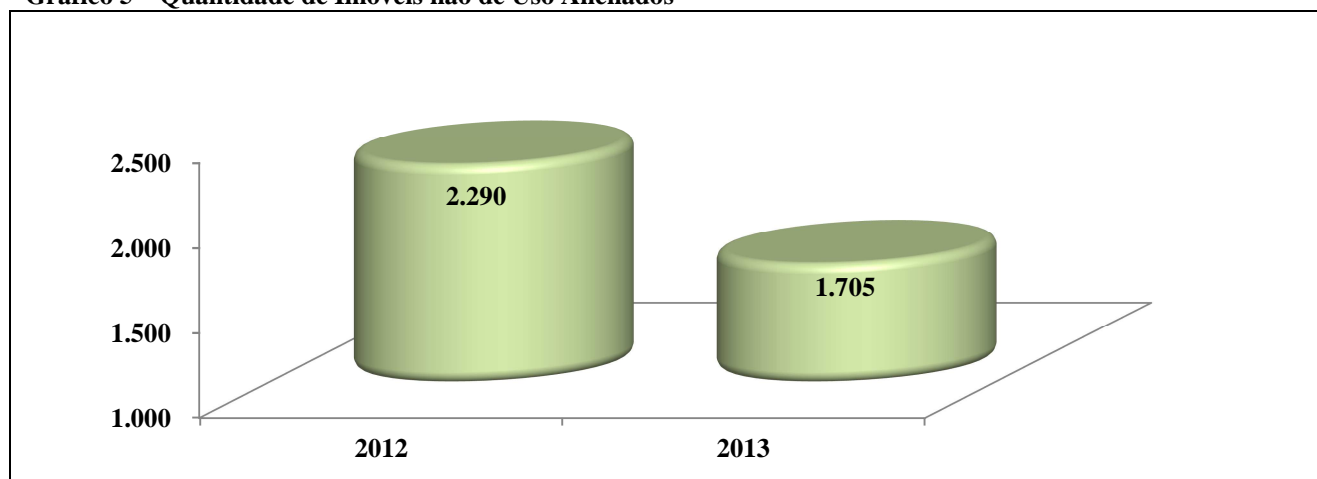


Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Foram alienados 1.705 imóveis em 2013, com uma redução de 25,55% em relação à quantidade de 2.290 unidades, observada em 2012. Essa redução é decorrente de fatores externos, como a oferta de novos financiamentos para imóveis destinados à população de baixa renda (MCMV) e também da característica da carteira remanescente na qual 53,65% dos imóveis encontram-se com pendências judiciais impeditivas à venda

Em função disso, em 2013 foram mantidos os esforços para solução das pendências impeditivas de venda, atingindo 702 unidades, com a redução do quantitativo de imóveis com pendência para 2.314, em contrapartida aos 3.016 existentes em 2012.

Gráfico 5 – Quantidade de Imóveis não de Uso Alienados

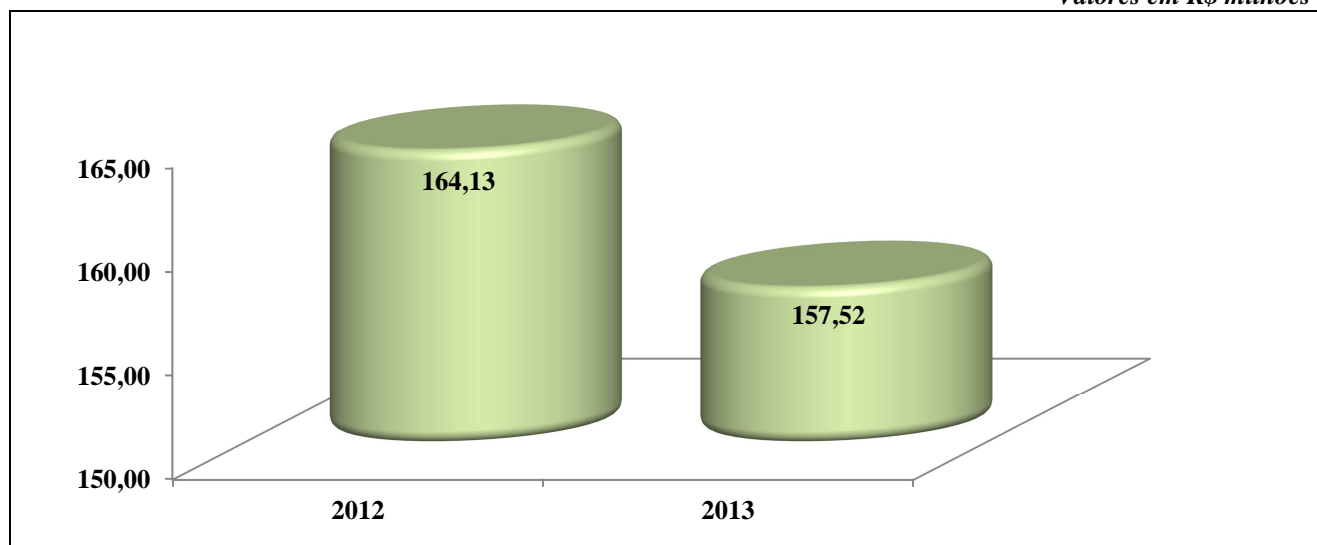


Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

A arrecadação proveniente da venda desses imóveis alcançou o montante de R\$ 157,23 milhões. Houve ainda a recuperação de R\$ 0,28 milhão com despesas de manutenção, totalizando a arrecadação de R\$ 157,52 milhões, nos quais está incluída a remuneração paga pela CAIXA em razão de repasse da arrecadação em prazo superior ao contratualmente previsto. Esse valor representa uma redução de 4,02% em relação ao realizado em 2012, da ordem de R\$ 164,13 milhões.

Gráfico 6 – Imóveis não de Uso – Arrecadação com a Venda – 2012 e 2013

Valores em R\$ milhões



Fonte: Cubo Arrecadação SUTEC

As despesas vinculadas à propriedade dos imóveis adicionadas das despesas decorrentes da administração e venda desses ativos equivaleram a 17,64% dos valores arrecadados (R\$ 157,52 milhões), conforme quadro a seguir.

Quadro 19 – Despesas com Manutenção de Imóveis não de Uso – 2013

Valores em R\$ 1,00

Tipo de Despesa	Valores
Obrigações e manutenção – condomínios, tributos, concessionárias de serviços públicos, reparos,	14.299.145,09
Despesas com laudos de avaliação	2.933.400,00
Remuneração paga à CAIXA pelos serviços de administração e venda dos imóveis	10.550.479,76
Total	27.783.024,85

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Macroprocesso Finalístico 4 - Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas

Quadro 20 – Dados do Macroprocesso Finalístico 4 – Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas

Objetivo geral	Buscar soluções que resultem na retomada do fluxo financeiro com conseqüente melhoria da rentabilidade da carteira
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
Público-alvo	Pessoas jurídicas de direito público e privado

A EMGEA detém créditos originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, vinculados à área habitacional e à área comercial, cujos devedores são pessoas jurídicas de direito privado e de direito público.

Os contratos com pessoas jurídicas de direito privado são originários de operações de crédito imobiliário, para incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais por construtoras e cooperativas, além de financiamento para aquisição de imóveis comerciais.

Relativamente às pessoas jurídicas de direito público, a Empresa possui créditos representados por operações imobiliárias e de financiamento junto a entes da Federação,

formalizadas no âmbito de programas públicos federais para recuperação de instituições financeiras e desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e infraestrutura).

Para alcançar os resultados projetados para o exercício deu-se continuidade às ações definidas em exercícios anteriores, a seguir descritas.

Principais Ações do Macroprocesso

PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO

Ação 1 – Priorizar negócios financeiramente viáveis com grandes devedoras, com perspectivas de negociação

Quadro 21 - Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 4

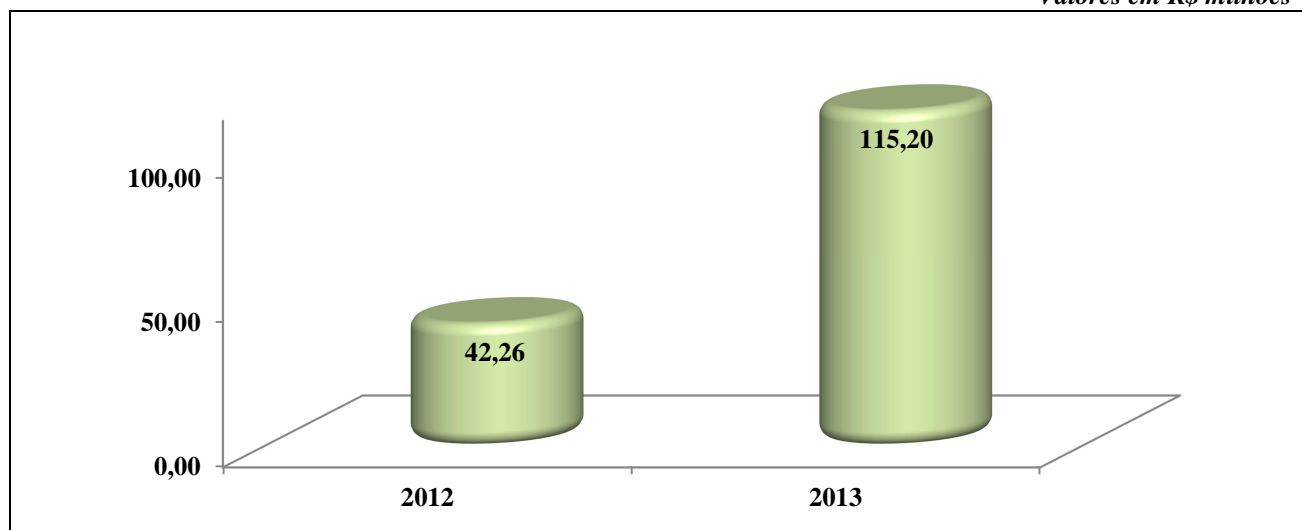
Finalidade	Viabilizar a recuperação dos créditos junto a entidades com contratos de maior retorno em arrecadação
Descrição	Negociar por via administrativa ou judicial

Essa ação objetiva buscar soluções negociadas para recuperar créditos que compõem a carteira da EMGEA, de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado.

Resultados e Conclusões - A arrecadação total no exercício de 2013 foi de R\$ 115,20 milhões, provenientes de acordos celebrados à vista ou parcelados. A meta de R\$ 170,55 milhões não foi totalmente atingida, tendo em vista que negociações aprovadas no montante de R\$ 63,45 milhões não tiveram a internalização total dos recursos viabilizados no exercício. Esses valores foram adicionados à meta para 2014.

Gráfico 7 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Privado - - Arrecadação 2012 e 2013

Valores em R\$ milhões



Observação: Inclui arrecadação de Liquidandas e Repassadoras

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEJ

Ação 2 – Negociar as operações vinculadas às empresas Liquidandas e Repassadoras

Quadro 22 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso Finalístico 4

Finalidade	Viabilizar a recuperação de créditos com medidas no campo judicial e administrativo
Descrição	Buscar soluções negociais para recuperação desses créditos

Resultados e Conclusões - No ano de 2013 ocorreu o recebimento de R\$ 6,94 milhões de dívidas renegociadas, bem como foram iniciadas tratativas negociais com 8 devedores da carteira.

Ação 3 – Desenvolver projeto objetivando a alienação de unidades habitacionais e comerciais, vinculadas como garantia hipotecária, situadas no Estado do Rio de Janeiro

Quadro 23 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso Finalístico 4

Finalidade	Reduzir e/ou zerar o estoque de unidades habitacionais e comerciais vinculadas a empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro
Descrição	Buscar acordos junto às devedoras visando à venda das unidades aos próprios ocupantes, pela via amigável, por meio de leilão judicial, ou ainda com a participação de possíveis investidores

Objetiva a regularização de unidades habitacionais e comerciais, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, e vinculadas a cooperativas, construtoras, incorporadoras e demais segmentos.

Resultados e Conclusões - As ações implementadas no ano de 2013 resultaram na aprovação de medidas para regularização de 1.088 imóveis e proporcionaram a arrecadação de R\$ 71,49 milhões.

Além das ações voltadas à arrecadação descritas anteriormente, o Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas de Direito Privado abrange outras atividades relativas, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas aos seguintes assuntos.

Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Com o objetivo de recuperar seus créditos, a EMGEA adota medidas judiciais e extrajudiciais em face de pessoas jurídicas inadimplentes, incorrendo em despesas relacionadas a esses procedimentos. Tais despesas atingiram o valor de R\$ 0,71 milhão no ano de 2013, enquanto em 2012 foram R\$ 4,06 milhões, representando redução de 82,39%.

Depósitos Judiciais e Recursais

Em face da existência de ações judiciais interpostas contra a EMGEA, podem ocorrer decisões que lhe sejam desfavoráveis. Nesses casos, há necessidade de se efetuar depósitos à ordem do juízo, permitindo a implementação de medidas para a reversão dessas decisões contrárias.

Em 2013, diante dessas ocorrências, a EMGEA desembolsou o montante de R\$ 29,16 mil com depósitos judiciais e/ou recursais, relativo a contratos mantidos com pessoas jurídicas do setor privado, ante R\$ 11,91 mil desembolsados em 2012.

Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à pesquisa de bens, à emissão de certidões, à avaliação de imóveis, à elaboração de laudos de vistoria, à utilização de serviços de cadastros restritivos, a custas judiciais e outras que se relacionem ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de crédito mantidos com pessoas jurídicas do setor privado. No exercício de 2013, essas despesas totalizaram R\$ 50,61 mil, apresentando uma economia de 34,38% em relação ao ano de 2012, que foi de R\$ 77,13 mil.

PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

Ação 4 - Arrecadação de recursos oriundos da carteira de financiamento a entes da Federação

Quadro 24 - Dados da Ação 4 – Macroprocesso Finalístico 4

Finalidade	Contribuir para o equilíbrio financeiro da EMGEA
Descrição	Recebimento de recursos provenientes de contratos firmados com entes da Federação

A EMGEA detém créditos junto a entes da Federação, decorrentes de 889 contratos oriundos de operações celebradas no âmbito de programas de governo, destinadas às áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

O saldo devedor das operações ao final do exercício alcançou o montante de R\$ 101,00 milhões, sendo R\$ 35,67 milhões relativos a 356 contratos firmados com 7 Estados e o Distrito Federal e R\$ 65,32 milhões referentes a 533 contratações assinadas com 326 Municípios. Essas operações contam com garantias de arrecadação do ICMS e, principalmente, de receitas originárias das quotas-parte do FPE ou do FPM.

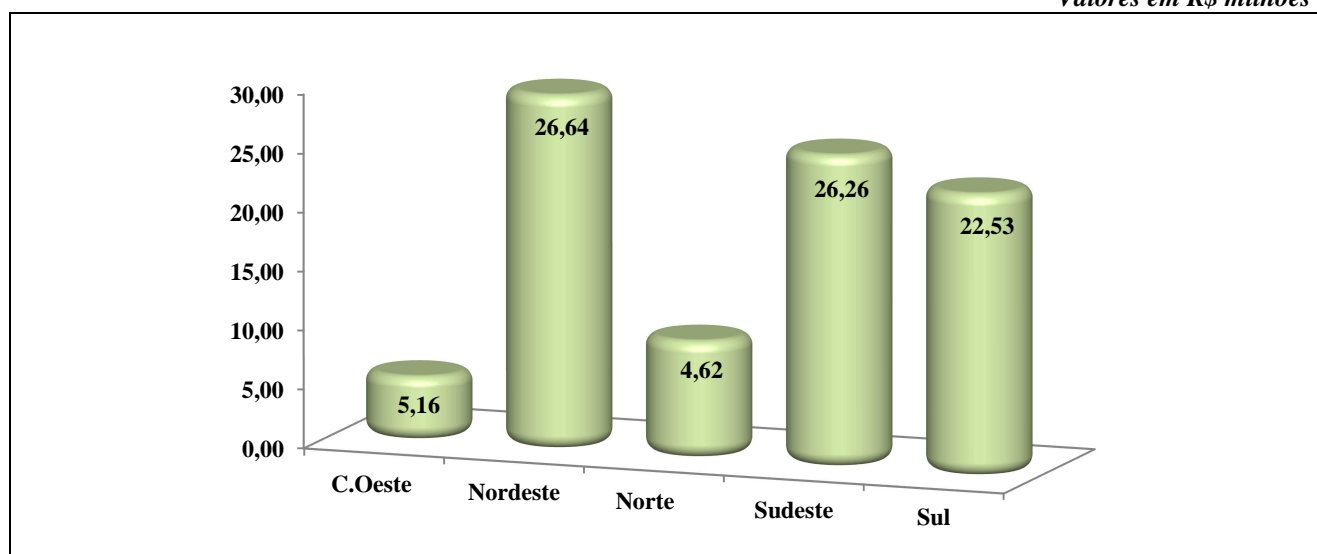
A EMGEA definiu para o exercício a meta de arrecadação da carteira de contratos firmados com entes da Federação no montante de R\$ 80,00 milhões. Para cumprimento dessa meta, foram implementadas medidas de acompanhamento sistêmico das operações, avaliação do desempenho dos pagamentos mensais e adoção de ações corretivas, com vistas a assegurar o nível de recebimento compatível com a meta estabelecida.

Resultados e Conclusões – Em 2013, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 85,23 milhões, equivalente a 106,53% da meta definida para o exercício, sendo que deste total, R\$ 32,94 milhões são decorrentes de ingressos provenientes de operações firmadas com Estados e o Distrito Federal e R\$ 52,28 milhões, derivados de operações firmadas com Municípios.

Relativamente à carteira de operações firmadas com Estados e o Distrito Federal, a região Nordeste apresentou o maior volume de arrecadação, atingindo 19,79% da totalidade de recursos recebidos no ano. Quanto à carteira de operações firmadas com os Municípios, a região Sudeste foi responsável pelo maior índice de arrecadação, correspondente a 29,13% do total ingressado na EMGEA. Considerando a arrecadação total das duas carteiras de operações firmadas com entes da Federação, as regiões Nordeste e Sudeste demonstraram os melhores desempenhos, registrando os ingressos de R\$ 26,64 milhões (31,26%) e de R\$ 26,26 milhões (30,82%), respectivamente.

Encontra-se a seguir a representação gráfica dos valores arrecadados junto a entes da Federação, por região geográfica.

Gráfico 8 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Público – Arrecadação 2013 por Região Geográfica
Valores em R\$ milhões



Fonte: SISCAR - Sistema de Controle de Arrecadação

Do período compreendido entre junho de 2001 (data da cessão dos créditos para a EMGEA) e dezembro de 2013, a carteira de operações firmadas com entes da Federação gerou o

ingresso de R\$ 1.305,38 milhões, sendo R\$ 586,66 milhões provenientes de operações firmadas com Estados e o Distrito Federal e R\$ 718,72 milhões oriundos de contratações formalizadas com Municípios.

Ação 5 - Negociação de carteiras imobiliárias adquiridas

Quadro 25 - Dados da Ação 5 – Macroprocesso Finalístico 4

Finalidade	Promover o ingresso de recursos financeiros
Descrição	Realizar acordos para quitação das obrigações consignadas contratualmente

A EMGEA detém 16 carteiras imobiliárias, firmadas originalmente pela CAIXA com governos estaduais e empresas em regime de liquidação extrajudicial, encontrando-se em processo de negociação para recebimento das dívidas de *pro solvendo* estabelecidas contratualmente.

A negociação dessas carteiras compreende:

- a obtenção do reconhecimento, por parte dos Agentes Cedentes, da dívida de *pro solvendo*, prevista nos contratos de aquisição;
- a renegociação de dívidas e obrigações pactuadas em instrumentos contratuais;
- a formalização de acordos visando ao recebimento das respectivas dívidas.

As aquisições das carteiras imobiliárias foram efetuadas na condição *pro solvendo*, ou seja, de forma provisória até definição do real valor dos ativos imobiliários integrante da carteira adquirida.

A apuração definitiva do montante devido pelo Agente Cedente é efetuada por meio do processo de depuração, que consiste na análise documental e financeira de cada crédito imobiliário. Dessa forma, a dívida de *pro solvendo* somente é confirmada após a finalização do processo de depuração das carteiras.

No início de 2013, as 16 carteiras apresentavam saldo estimado de R\$ 727,60 milhões. A meta de arrecadação estabelecida para o exercício foi de R\$ 90,00 milhões.

Resultados e Conclusões – Para alcance da meta foram selecionadas 2 operações, para as quais foram estabelecidos planos de negócios específicos, que contaram com a parceria da CAIXA e dos próprios Agentes Cedentes. Durante o processo de negociação foi identificada a necessidade de programar ações de qualificação das carteiras visando à confirmação do real valor das dívidas de *pro solvendo*, fato que demandou a reformulação dos respectivos planos de negócios, alterando-se por consequência a data de conclusão do processo de negociação para o exercício seguinte, impossibilitando o atingimento integral da meta estabelecida para o ano de 2013.

Ação 6 - Qualificação das carteiras imobiliárias adquiridas

Quadro 26 – Dados da Ação 6 – Macroprocesso Finalístico 4

Finalidade	Melhorar o resultado financeiro das carteiras
Descrição	Estabelecimento e acompanhamento de procedimentos operacionais destinados à regularização de pendências e melhoria da qualidade dos ativos adquiridos

Os contratos de aquisição de carteiras foram firmados com cláusula de *pro solvendo*, estabelecendo como condição para aceitação dos ativos, a realização de análise objetivando a homologação dos valores e a confirmação ou não do montante do crédito. Para esta finalidade foi desenvolvido o processo de validação das carteiras, envolvendo as seguintes etapas:

- depuração dos créditos para determinar os saldos de cessão e as diferenças dos valores negociados (apuração de dívida de *pro solvendo*);
- apresentação do resultado da validação ao Agente Cedente;

- manifestação do Agente Cedente quanto ao resultado da validação;
- elaboração de recursos pelo Agente Cedente, quando há discordância do resultado apresentado, com consequente análise de recursos pela CAIXA.

No processo de validação foram identificadas recorrentes manifestações de discordância por parte dos Agentes Cedentes com relação ao resultado da depuração apresentado, alegando que os valores apurados não condizem com a realidade financeira dos ativos cedidos.

Com o objetivo de corrigir tais ocorrências, que dificultavam a obtenção do reconhecimento das dívidas de *pro solvendo* de responsabilidade dos Agentes Cedentes, foi desenvolvido o processo de qualificação das carteiras, prevendo ações de revisão da depuração dos créditos inicialmente classificados na situação de rejeição total.

A meta definida para o exercício de 2013 foi a qualificação de 7.000 créditos imobiliários.

Resultados e Conclusões – Foram qualificados 7.063 créditos, correspondente a 100,90% da meta estabelecida para o exercício. Em janeiro de 2013, esses créditos alcançavam o montante de R\$ 276,87 milhões, e em dezembro daquele ano perfaziam R\$ 188,62 milhões, representando uma redução nas obrigações de *pro solvendo* de responsabilidade dos Agentes de cerca de R\$ 88,25 milhões. Esse efeito financeiro contribui como facilitador nas negociações, junto à devedora, para a validação dos valores dos créditos cedidos.

Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA

Quadro 27 – Dados do Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA

Objetivo geral	Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras decorrentes dos contratos de prestação de serviços firmados com a Caixa Econômica Federal
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
Público-alvo	Caixa Econômica Federal

Conforme autorização legislativa contida no Art. 11 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, é facultado à EMGEA “...contratar diretamente instituições financeiras federais para gerir seus bens, direitos e obrigações e representá-la judicialmente, nas questões a eles relativas.”

Assim, desde a sua criação, a Empresa terceiriza as atividades relacionadas à execução da gestão operacional desses itens, mediante contratação da CAIXA na condição de prestadora de serviços, tendo em vista que a quase totalidade dos bens, direitos e obrigações da EMGEA provém daquela Instituição, e ainda a sua reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e presença em todo o território nacional.

Ação 1 – Gerenciar os pagamentos das remunerações devidas à CAIXA

Quadro 28 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso Finalístico 5

Finalidade	Assegurar conformidade e cumprir os pagamentos das remunerações devidas à Prestadora de Serviços
Descrição	Atestar a pertinência das prestações de contas apresentadas pela CAIXA e propor os pagamentos correspondentes

Pela prestação de serviços jurídicos, de cobrança e de contabilização dos contratos de crédito imobiliário, a CAIXA é remunerada mediante o pagamento de tarifa fixa mensal, acrescida de taxa de performance calculada sobre os recursos que arrecadar e repassar à EMGEA.

No tocante aos imóveis não de uso, a CAIXA é remunerada mediante tarifa por imóvel, acrescida de comissão sobre o valor de venda.

A CAIXA presta ainda o serviço de emissão de boletos bancários, remunerado pela quantidade desses documentos pagos por mutuários.

Resultados e Conclusões - A remuneração bruta paga à CAIXA foi de R\$ 205,76 milhões, assim distribuída:

Quadro 29 – Remuneração Paga à CAIXA – 2013

Serviços Contratados	Valores em R\$ 1,00		
	Remuneração Bruta (A)	Tributos Retidos (B)	Remuneração Líquida (A) – (B)
Referentes aos Créditos Imobiliários	195.210.929,49	13.762.370,53	181.448.558,96
Referentes aos Imóveis não de Uso	10.550.479,76	743.808,82	9.806.670,94
Emissão de boletos bancários	966,12	0,00	966,12
Totais	205.762.375,37	14.506.179,35	191.256.196,02

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Comparando-se a remuneração paga no exercício anterior e no atual, ocorreu queda de 1,87%, pela diminuição da quantidade de imóveis não de uso e pela arrecadação total em 2013.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Macroprocesso de Apoio 1 - Gestão Financeira

Quadro 30 – Dados do Macroprocesso de Apoio 1 - Gestão Financeira

Objetivo geral	Assegurar a correta gestão dos recursos financeiros da Empresa, mediante a previsão dos ingressos e desembolsos, da verificação da exatidão dos recebimentos, do pagamento das obrigações em seus prazos e da aplicação das disponibilidades
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência Financeira – SUFIN
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Vide Item 2.3.1 Indicadores Estratégicos
Público-alvo	Interno e externo

Principais Ações do Macroprocesso

Ação 1 – Gestão do fluxo de caixa

Quadro 31 – Dados da Ação 1 – Macroprocesso de Apoio 1

Finalidade	Assegurar conformidade e movimentação adequada dos recursos da EMGEA
Descrição	Análise dos volumes de ingressos recursos e saídas de caixa e gerenciamento do saldo de disponibilidades

Em 2013, a EMGEA movimentou R\$ 2.537,15 milhões em ingressos de recursos e R\$ 2.770,08 milhões em saídas de caixa. Comparativamente ao volume de ingressos do ano anterior, houve aumento de 12,15% (R\$ 274,82 milhões), associada aos seguintes itens:

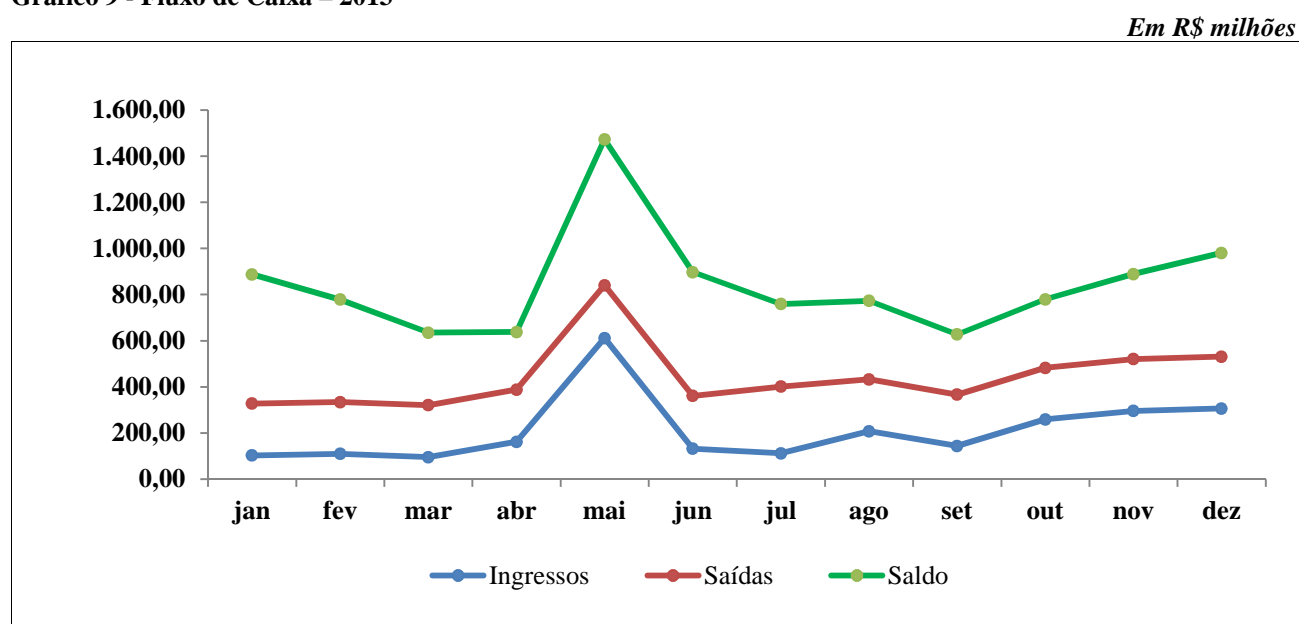
- Retorno Ativo Tesouro, no qual estão registrados os recebimentos de Itaipu Binacional/União, decorrentes do Contrato de Cessão de Créditos, no montante de R\$ 753,18 milhões; e
- Outros/Crédito Tributários, com o recebimento de R\$ 539,20 milhões de recuperação de crédito tributário junto à Receita Federal do Brasil.

Tendo em vista o lucro do exercício de 2012 e conseqüente recolhimento de dividendos ao Tesouro Nacional (R\$ 63,41 milhões), as saídas de caixa apresentaram discreta elevação de 1,45%, passando de R\$ 2.730,48 milhões, em 2012, para R\$ 2.770,07 milhões.

O saldo de disponibilidades verificado em 31.12.2013 alcançou o montante de R\$ 450,05 milhões, 34,11% (R\$ 232,93 milhões) inferior ao saldo final de 2012. Os recursos foram quase integralmente alocados em aplicações financeiras.

A dinâmica do fluxo de caixa observada ao longo de 2013 apresenta-se no gráfico a seguir.

Gráfico 9 - Fluxo de Caixa – 2013



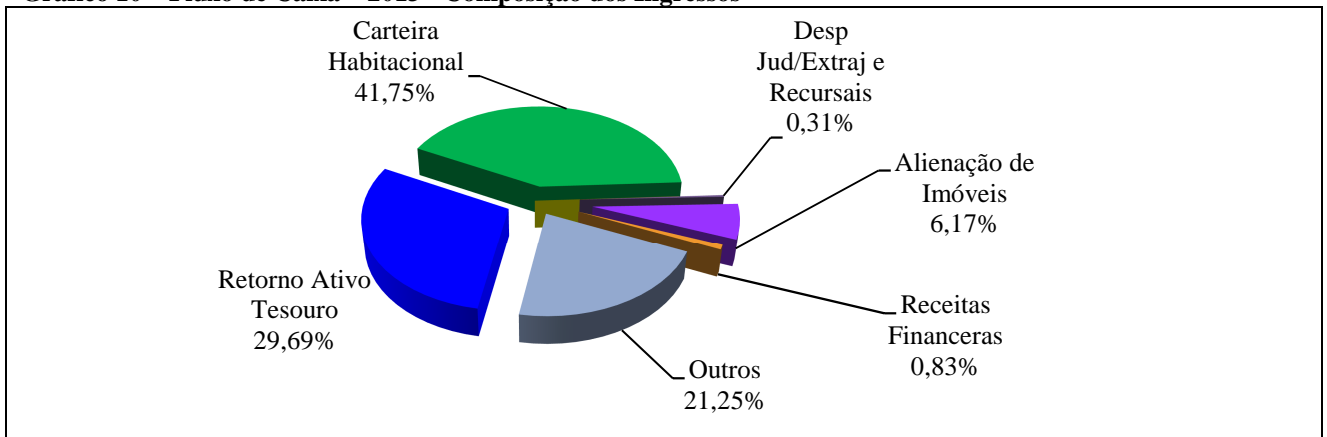
Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Resultados e Conclusões - As elevações do saldo de caixa observadas em maio e no período de outubro a dezembro refletem as entradas de recursos oriundos da recuperação de crédito tributário junto à Receita Federal do Brasil (R\$ 502,87 milhões) e dos pagamentos efetuados por Itaipu Binacional/União (R\$ 753,18 milhões).

A composição dos ingressos dos recursos, demonstrada no gráfico seguir, foi influenciada especialmente pela arrecadação da carteira habitacional (R\$ 1.059,18 milhões), recebimentos do contrato da Itaipu Binacional/União (R\$ 753,18 milhões), por créditos tributários/outras (R\$ 539,20 milhões) e ainda pelos seguintes itens:

- Retorno da Alienação de Imóveis não de Uso – R\$ 156,45 milhões;
- Receitas Financeiras – R\$ 21,19 milhões;
- Recuperação de Despesas Judiciais/Extrajudiciais (purga de mora e depósitos recursais) – R\$ 7,95 milhões.

Gráfico 10 – Fluxo de Caixa – 2013 - Composição dos Ingressos



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

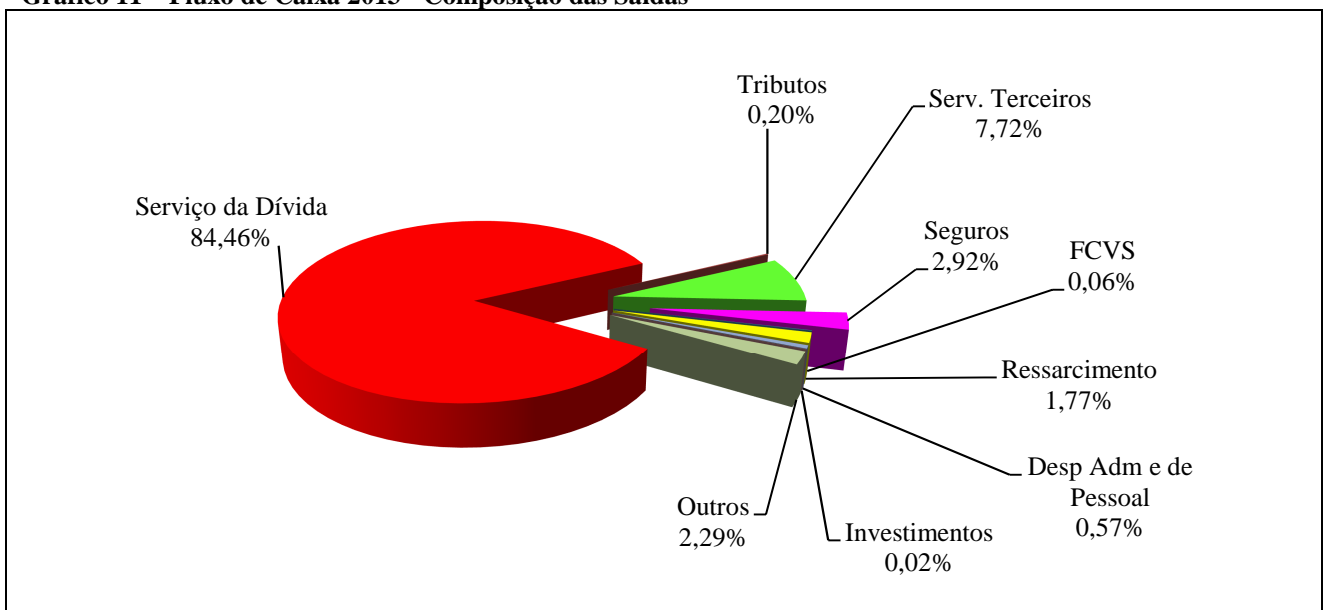
Na composição das saídas de caixa (dispêndios), apresentada no gráfico a seguir, observa-se maior participação relacionada aos pagamentos do Serviço da Dívida da EMGEA com o FGTS, que alcançaram o montante de R\$ 2.339,73 milhões (84,46% do total).

Merecem destaque os gastos com:

- Serviços de Terceiros – R\$ 213,82 milhões (7,72%);
- Seguro Habitacional – R\$ 80,75 milhões (2,92%);
- Adiantamentos/Outros – R\$ 63,41 milhões (2,29%);
- Outros Dispêndios Correntes – R\$ 49,02 milhões (1,77%).

Os desembolsos com Tributos e Encargos, Despesas Administrativas, Investimentos e FCVS representaram 0,84% do total de saídas (R\$ 23,34 milhões).

Gráfico 11 – Fluxo de Caixa 2013 - Composição das Saídas



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

O resumo da movimentação financeira da EMGEA está apresentado no quadro a seguir.

Quadro 32 – Movimentação Financeira – 2012 e 2013

Valores em R\$ 1,00

Item		2013	2012	Δ %
Saldo Inicial		68.297.397,38	115.112.745,10	-40,67
Ingressos		2.537.147.638,45	2.262.326.013,21	12,15
1. Retorno Ativo Tesouro		753.181.576,80	667.230.422,12	12,88
2. Carteira Habitacional		1.059.180.011,56	1.212.735.741,08	-12,66
3. Monetização de Títulos		0,00	94.612.681,42	-100,00
4. Rec. Desp. Judic. e Extraj. e Dep. Recursais		7.948.407,97	10.658.425,45	-25,43
5. Alienação Imóveis Não de Uso		156.445.206,94	162.802.139,66	-3,90
6. Receitas Financeiras		21.191.250,92	101.118.081,69	-79,04
7. Outros / Crédito Tributário		539.201.184,26	13.168.521,79	3994,62
Saídas		2.770.075.954,69	2.730.479.490,46	1,45
1. Serviço Dívida		2.339.732.206,90	2.337.255.557,05	0,11
2. Tributos / Encargos		5.414.741,85	14.428.380,27	-62,47
3. Serviços de Terceiros		213.824.081,12	212.537.132,97	0,61
4. Prêmios de Seguros		80.753.624,64	95.825.234,24	-15,73
5. FCVS		1.604.929,73	2.215.333,52	-27,55
6. Outros Disp. Correntes - Ressarcimentos		49.016.228,15	53.041.811,19	-7,59
7. Desp. Administrativas e de Pessoal		15.736.431,76	13.906.977,64	13,15
8. Investimentos		587.717,28	1.053.557,98	-44,22
9. Adiantamentos/Outros		63.405.993,26	215.505,60	29.321,97
Indicadores	Saldo final*	-164.630.918,86	-353.040.732,15	-53,37
	Resultado Financeiro (+2+4+5-Saídas)	-1.546.502.328,22	-1.344.283.184,27	15,04
	Resultado Financeiro (média mensal)	-128.875.194,02	-112.023.598,69	15,04
	Indicador de Gestão: Cobertura de Dispêndios Correntes - Nominal	862.638.331,07	1.008.669.816,63	-14,48
	Indicador de Gestão: Cobertura de Dispêndios Correntes - Percentual	339	367	-7,76

*Saldos brutos, incluídos os valores bloqueados judicialmente nos fundos de investimentos (R\$ 0,12 milhão).

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Ação 2 – Gestão das aplicações financeiras – Fundos Extramercado

Quadro 33 – Dados da Ação 2 – Macroprocesso de Apoio 1 - Gestão Financeira

Finalidade	Assegurar conformidade e rentabilidade para os recursos da Empresa
Descrição	Aplicação dos recursos disponíveis e acompanhamento da performance dos fundos de investimento

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.034/2011, alterando parte da Resolução CMN nº 3.284/2005, foi aberta a possibilidade de aplicação dos recursos próprios das empresas públicas em fundos de investimento extramercado administrados pela CAIXA, antes exclusividade do Banco do Brasil (BB DTVM).

A referida Resolução alterou ainda o § 4º do artigo 4º, quanto à política de investimento dos referidos fundos, que passou a ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice que tenha em sua composição títulos atrelados à taxa de juros de um dia (LFT).

Atualmente, a EMGEA mantém aplicações nos fundos de investimento BB Extramercado FAE 2 e CAIXA Extramercado Exclusivo XXI, todos eles com política de investimentos adequada à Resolução CMN nº 4.034/2011.

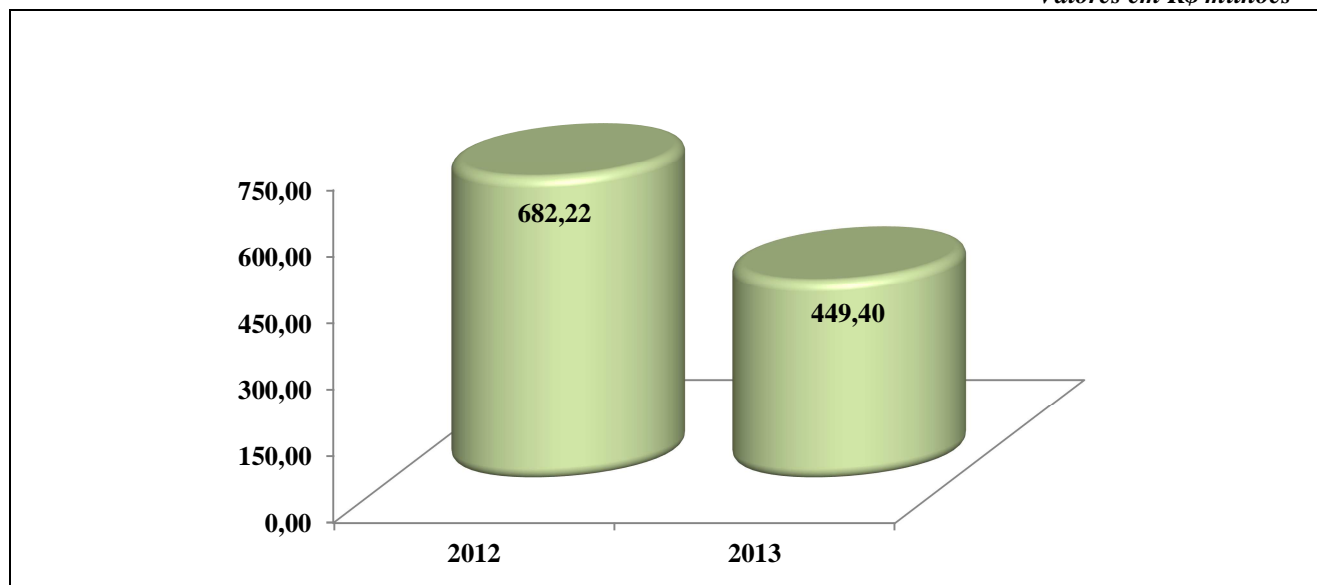
Por motivos operacionais, os recursos mantidos no Banco do Brasil, antes direcionados ao BB Extramercado FAE, passaram a ser aplicados no Fundo BB Extramercado FAE 2. Em janeiro 2013 ocorreu a incorporação do patrimônio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31 pelo Fundo Extramercado FAE 2, por melhor aderência de seu benchmark às condições de liquidez da Empresa.

Comparando-se os exercícios de 2012 e 2013, o saldo das aplicações reduziu-se em R\$ 232,82 milhões, correspondente a 34,13%, conforme gráfico a seguir.

Tal redução provém do fato de os ingressos de recursos originários das operações realizadas entre a EMGEA e o Tesouro Nacional (permutas de títulos, pagamentos de Itaipu Binacional/União e recuperação de crédito tributário) não terem sido suficientes para a cobertura dos déficits estruturais de caixa da Empresa em 2013, que alcançaram o montante de R\$ 1.546,50 milhões (Indicador - Resultado Financeiro do quadro anterior)

Gráfico 12 – Saldo das Aplicações Financeiras - 2012 e 2013

Valores em R\$ milhões



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Resultados e Conclusões - A partir de fevereiro de 2012, para adequação à mencionada Resolução nº 4.034/2011, quanto à política de investimento dos fundos extramercado, os referenciais de rentabilidade, antes atrelados à Taxa Média Selic - TMS, passaram a acompanhar a variação dos subíndices Anbima IRF-M e IRFM-1, cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais, prefixados (LTN e NTNs), de curto e longo prazos.

Assim, quanto à rentabilidade dos fundos de investimento, medida em termos nominais e em percentuais dos novos referenciais, observou-se o seguinte:

Quadro 34 – Rentabilidade das Aplicações Financeiras – 2012 e 2013

Em %

Ano	Rentabilidade acumulada nominal média	Rentabilidade acumulada média (em relação aos índices Anbima)*
2012	9,43	95,74
2013	9,21	123,33

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Em 2013, a performance média dos fundos apresentou-se acima do benchmark de rentabilidade estabelecido, associada basicamente ao comportamento dos títulos públicos prefixados que compunham as carteiras dos fundos.

Ação 3 – Administrar as dívidas de longo prazo

Quando de sua criação, a Empresa assumiu dívidas de longo prazo junto ao FGTS, FDS e instituições financeiras credoras do extinto FAHBRE.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foi definida a ação a seguir descrita.

Quadro 35 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1

Finalidade	Administrar as dívidas assumidas
Descrição	Gerir as dívidas assumidas pela Empresa, quando de sua criação, efetuando os pagamentos em seus vencimentos, acompanhando os saldos devedores e promovendo análises

Resultados e Conclusões - A EMGEA pagou aos respectivos credores o montante de R\$ 2.339,73 milhões, conforme a seguir.

Quadro 36 – Dívidas Assumidas - Valores Pagos em 2013

Valores em R\$ 1,00

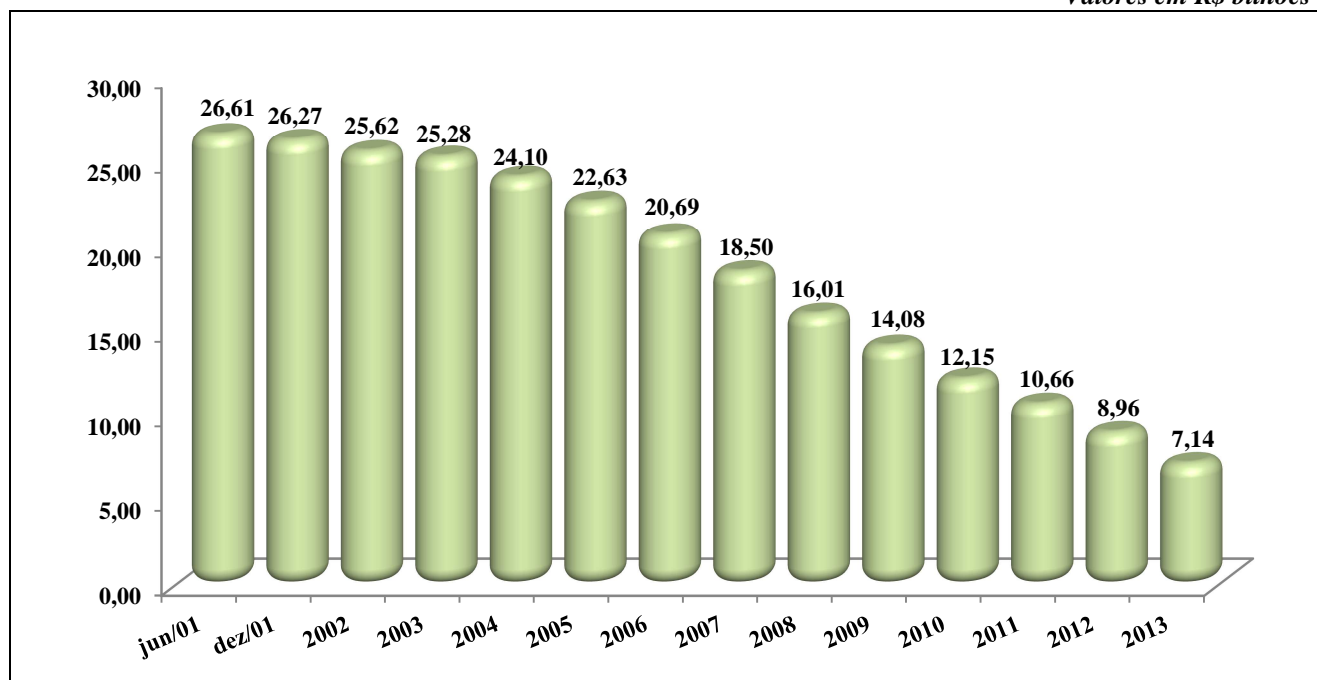
Tipo de Desembolso	FGTS	FDS	Total
Juros	505.880.698,11	51.993,33	505.932.691,44
Amortizações	1.830.099.223,62	3.700.291,84	1.833.799.515,46
Totais	2.335.979.921,73	3.752.285,17	2.339.732.206,90

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Em razão dos pagamentos realizados, as dívidas tiveram seus saldos reduzidos em 20,37%, caindo de R\$ 8.968,89 milhões ao final do exercício de 2012 para R\$ 7.142,31 milhões ao término de 2013. O gráfico a seguir demonstra a redução do saldo das dívidas assumidas pela EMGEA, desde a criação da Empresa até 31.12.2013.

Gráfico 13 – Redução do Saldo das Dívidas de Longo Prazo - 2001 a 2013

Valores em R\$ bilhões



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Ação 3 – Gestão dos créditos junto à União e à Itaipu Binacional

Quadro 37 – Dados da Ação 3 – Macroprocesso de Apoio 1

Finalidade	Realização dos créditos junto à Itaipu e União
Descrição	Acompanhamento, atualização e recebimento dos créditos a receber das referidas instituições

Em 2005 foi celebrado o Contrato de Cessão de Créditos nº 235, por meio do qual a União transferiu à EMGEA, para aumento de capital, parte dos direitos de crédito, junto à Itaipu Binacional, no montante de R\$ 6.450,28 milhões, equivalentes a US\$ 2.479,82 milhões.

O referido crédito é atualizado anualmente pela taxa de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação dessa taxa, a partir de janeiro de 2008, são de responsabilidade da União e são liquidados até agosto de cada ano, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Contrato.

Em junho de 2009, foi firmado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato, o qual possibilitou à EMGEA a utilização dos montantes recebidos no pagamento do fluxo das prestações mensais do passivo da Empresa junto ao FGTS, antes destinados exclusivamente para amortizações extraordinárias do estoque.

Resultados e Conclusões - Em 2013, foram recebidos da União e da Itaipu Binacional R\$ 753,18 milhões, equivalentes a US\$ 329,03 milhões.

Ação 4 – Gestão dos títulos CVS

Quadro 38 – Dados da Ação 4 – Macroprocesso de Apoio 1

Finalidade	Gerir os títulos CVS detidos pela Empresa
Descrição	Efetuar permutas desses títulos com a União

Os CVS são títulos públicos federais, emitidos em decorrência da novação de dívidas do FCVS pela União. O estoque de títulos CVS da EMGEA provém do recebimento desses ativos em negociações, mas principalmente, das novações de dívidas do referido Fundo. Desde julho de 2008, com base na Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a Empresa vem realizando permutas de títulos

CVS com a União por outros títulos públicos federais, os quais são integralizados ao patrimônio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31 e CAIXA Extramercado XXI RF.

Resultados e Conclusões – Em 2013, não houve realização de permuta e, ao final do exercício, a Empresa detinha em estoque o montante de R\$ 19,09 milhões em títulos CVS, oriundos da liberação de garantias pelo FGTS e negociações com devedores, passíveis de permuta com o Tesouro Nacional.

Macroprocesso de Apoio 2 - Gestão Orçamentária

Quadro 39 – Dados do Macroprocesso de Apoio 2 - Gestão Orçamentária

Objetivo geral	Elaborar e executar o Programa de Dispêndios Globais – PDG da Empresa
Responsável pelo macroprocesso no âmbito da UJ	Superintendência de Contabilidade e Orçamento - SUCOR
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do macroprocesso	Não se aplica
Público-alvo	Interno e externo

A gestão orçamentária da EMGEA é realizada por meio da execução do Programa de Dispêndios Globais – PDG, aprovado pelo Decreto nº 7.867/2012.

No decorrer do exercício foi efetuada a reprogramação do PDG 2013, visando a melhor adequação do orçamento frente a eventos não previstos quando da programação original. A referida reprogramação foi aprovada pelo Decreto nº 8.174/2013.

O resumo da execução orçamentária da EMGEA e a composição dos Ingressos (Receitas) e Saídas (Despesas) constam do seguinte quadro.

Quadro 40 - Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico – Realizado – 2013

Valores em R\$ 1,00

Itens	2013		% Realizado	% Realizado
	Aprovado (a)	Realizado (b)	Δ b/a-1	Vertical
RECEITAS	2.758.408.921,98	2.800.842.803,00	1,54	100,00
1. CARTEIRA HABITACIONAL e OUTROS	2.461.326.258,79	2.516.671.270,69	2,25	89,85
1.1. Carteira Habitacional	1.460.323.873,26	1.397.013.096,52	-4,34	49,88
1.2. Recebíveis de Itaipu/União	884.225.589,49	981.484.738,03	11,00	35,04
1.3. Créditos Tributários	116.776.796,04	138.173.436,14	18,32	4,93
2. ALIENAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
3. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.183.139,76	1.201.550,82	1,56	0,04
4. RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS	32.096.661,89	31.444.578,20	-2,03	1,12
5. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - DEMAIS	263.802.861,54	251.525.403,29	-4,65	8,98
DESPESAS	3.383.650.655,54	3.221.191.338,13	-4,80	100,00
1. SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL	2.367.331.110,76	2.355.123.164,31	-0,52	73,11
1.1. Amortização/Atualização (FGTS,FDS)	2.358.658.446,29	2.346.951.531,54	-0,50	72,86
1.2. Encargos Financeiros - Outros	8.672.664,47	8.171.632,77	-5,78	0,25
2. INVESTIMENTOS EM ATIVOS IMOBILIZADO	1.217.900,30	1.013.824,81	-16,76	0,03
3. OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	502.278.103,50	397.825.040,73	-20,80	12,35
4. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.770.541,89	14.644.518,45	-0,9	0,5
5. OUTROS CUSTEIOS	498.052.999,10	452.584.789,83	-9,1	14,1
5.1 Serviços de Terceiros	233.766.900,78	230.161.758,36	-1,54	7,15
5.2 Tributos e Encargos Parafiscais	35.412.718,69	14.353.282,34	-59,47	0,45
5.3 Outros Dispêndios Correntes	228.310.739,79	207.595.031,92	-9,07	6,44
5.4 Demais	562.639,84	474.717,21	-15,63	0,01

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOR

Resultados e Conclusões - Relativamente às Receitas, a execução das rubricas de Fontes/Ingressos apresentou realização de R\$ 2.800,84 milhões, 1,54% acima do PDG aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais relevantes foram:

- Receitas com os juros relacionados aos Créditos Tributários superiores ao previsto para o exercício em 18,32%;
- Receitas com recebíveis da Itaipu Binacional/União, superiores ao previsto para o exercício em 11,00%, justificadas pela desvalorização do real frente ao dólar (US\$);
- Carteira Habitacional e Receitas não Operacionais - Demais, com realizações de 4,34% e 4,65%, respectivamente, inferiores ao aprovado.

No que diz respeito às Despesas, a execução das rubricas de Usos/Dispêndios realizou o montante de R\$ 3.221,19 milhões, 4,80% abaixo do aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais significativas referem-se às despesas com Investimentos em Ativos Imobilizado e Outros Dispêndios de Capital, relativos a não realização da

reserva de retenção de lucros para aquisição de novos ativos no valor de R\$ 183,78 milhões apurada no exercício de 2012, e Outros Custeios, com tributos e encargos parafiscais e outros dispêndios correntes, com execução inferior respectivamente em 16,76%, 20,80%, 59,47% e 9,07% aos montantes aprovados para o exercício.

A contribuição de cada rubrica para o Resultado Primário apresenta-se no quadro a seguir.

Quadro 41 - Programa de Dispêndios Globais - Resultado Primário – Anual – 2013

Valores em R\$ 1,00

ITEM	Aprovado (a)	Realizado (b)	$\Delta\%$ b/a-1
Fontes			
RECEITAS	840.106.867,26	831.388.002,63	-1,04
Receitas Operacionais	1.205.491,87	1.222.390,01	1,40
Monetização de títulos (c)	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas não operacionais	838.901.375,39	830.165.612,62	-1,04
Total dos Recursos (d)	840.106.867,26	831.388.002,63	-1,04
Usos			
Dispêndios de Capital	148.507.532,89	147.730.144,76	-0,52
Investimentos em Ativos Imobilizados	1.415.626,11	606.492,66	-57,16
Demais Dispêndios de Capital	147.091.906,78	147.123.652,10	0,02
Dispêndios Correntes	321.601.679,69	324.723.835,20	0,97
Pessoal e Encargos Sociais	14.886.590,36	14.781.294,05	-0,71
Material e Produtos	54.224,63	33.499,63	-38,22
Serviços de Terceiros	230.286.372,21	229.055.702,97	-0,53
Utilidade e Serviços	468.253,84	394.734,57	-15,70
Tributos e Encargos Parafiscais	24.299.128,17	29.242.840,75	20,35
Demais Dispêndios Correntes	51.607.110,48	51.215.763,23	-0,76
Total dos Usos (e)	470.109.212,58	472.453.979,96	0,50
1. Resultado Primário - acima da linha f=(d - e - c)*	369.997.654,68	358.934.022,67	-2,99
Conceito Abaixo da Linha			
2.Novas Provisões	(51.121.349,12)	(32.121.349,12)	-37,17
3 Reversão de Provisões	1.922.468.317,84	930.289.597,20	-51,61
4 Descontos Concedidos	(1.790.674.401,25)	(751.099.739,05)	-58,05
5 Descontos Concedidos com Impacto das reversões = (3+4)	131.793.916,58	179.189.858,15	35,96
6.Impacto Total = (2+5)	80.672.567,46	147.068.509,03	82,30
7.Resultado Primário abaixo da linha = (1+6)	450.670.222,14	506.002.531,70	12,28

*Não considerados no cálculo do resultado primário os efeitos da monetização de títulos advindos das operações
Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOR

O resultado fiscal da Empresa, medido em termos de resultado primário (critério caixa) “Acima da Linha”, apresentou superávit de R\$ 358,93 milhões em 2013, 2,99% inferior ao montante aprovado para o exercício.

Essa redução pode ser atribuída, principalmente, à redução de 1,04% abaixo do previsto nas Receitas não Operacionais, decorrente da realização a menor da arrecadação oriunda de alienação dos imóveis não de uso em relação ao anteriormente previsto. Além disso, registrou-se queda de 0,52% nas Despesas Primárias, com Tributos e Encargos Parafiscais, notadamente pela queda na realização dos tributos vinculados ao resultado (IRPJ e CSLL) em função do resultado econômico da Empresa no exercício.

Pelo critério "Abaixo da Linha", que considera os efeitos das despesas econômicas (Novas Provisões, Descontos Concedidos e Reversão de Provisões), o superávit primário no exercício foi de R\$ 506,00 milhões, com realização de 12,28% acima do previsto para o ano devido, sobretudo, aos efeitos positivos da reversão das provisões dos contratos habitacionais liquidados e reestruturados em decorrência das medidas de incentivo implementadas. O resultado da EMGEA em 2013, por esse critério, foi o melhor da Empresa desde sua criação.

1.6. Principais Parceiros

Os principais parceiros que contribuem para consecução dos objetivos da EMGEA são:

- a Justiça Federal, conforme detalhado na Ação 3 do Macroprocesso Finalístico 1 – ; e
- a CAIXA, conforme descrito anteriormente no Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

Em 2013 a EMGEA manteve sua adesão ao Programa Parceiros para a Excelência – PAEX, instituído pela Fundação Dom Cabral – FDC. Nesse contexto, a Empresa elabora anualmente seu Mapa Estratégico, baseado na metodologia *Balanced Scorecard - BSC*, no qual são definidos os objetivos estratégicos e respectivas estratégias, planos de ação, metas e indicadores de desempenho. Em consequência, foi definido o Mapa Estratégico da Empresa, referente ao exercício de 2013, a seguir apresentado.

Quadro 42 – Mapa Estratégico da EMGEA - 2013

Perspectivas Empresariais	Objetivos Estratégicos	Estratégias
Financeira	Necessidade financeira superada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Arrecadar recursos no total de R\$ 2.593,50 milhões ✓ Novar FCVS no valor de R\$ 1.500,00 milhões
	Metas fiscais superadas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Priorizar medidas que afetem positivamente o resultado primário
Clientes	Imagem da Empresa divulgada e consolidada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Patrocinar eventos junto a públicos de interesse ✓ Divulgar características, posicionamento, números e ações da Empresa para os públicos de interesse ✓ Consolidar a estratégia de padronização de contato com a marca EMGEA
Processos Internos	Processos de controles internos aprimorados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar modelo de Controles Internos Administrativos ✓ Implementar modelo de Gestão de Riscos Corporativos
	Processos de informações contábeis, orçamentárias e fiscais aprimorados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar processo sistematizado da gestão orçamentária
	Governança de Tecnologia da Informação aprimorada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI ✓ Implementar o módulo do ERP – Sistema Integrado de Gestão ✓ Implementar a plataforma que permita aumentar a qualidade e a integração dos serviços de tecnologia
	Arquitetura de processos e de modelo de negócios da EMGEA definida e aprovada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aprovar a Arquitetura de Processos ✓ Aprovar o Modelo de Negócios
	Processo de Logística otimizado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer os índices para negociação do valor de novos contratos ✓ Estabelecer índices para renovação de contratos vigentes
Aprendizado e Conhecimento	Desenvolvimento de competências com conhecimento preservado na Empresa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Priorizar o desenvolvimento das competências estratégicas com maiores lacunas identificadas ✓ Transformar o conhecimento tácito em conhecimento explícito
Pessoas	Bom ambiente de trabalho preservado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manter e implementar novos projetos e ações que promovam o bem estar e a saúde dos colaboradores

Fonte: Relatórios Gerenciais da ASSES

No decorrer do exercício de 2013, foram realizadas reuniões bimestrais de acompanhamento de resultados – Avaliações Gerenciais Bimestrais - AGB, com o propósito de controlar, acompanhar e redirecionar, se necessário, o Contrato de Resultados, suas metas e indicadores de desempenho estabelecidos para cada Estratégia identificada.

Como resultado das AGB, destaca-se a revisão, definição e apuração dos indicadores de desempenho estratégico concernentes a 2013, as quais estão relacionadas no Quadro 42 anterior.

Foram adotados 6 indicadores de desempenho operacional, para acompanhamento das metas estabelecidas da arrecadação oriunda de contratos de pessoas físicas e jurídicas, venda de

imóveis não de uso e novação de dívidas do FCVS, todas vinculadas ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Superada”.

Os indicadores de desempenho mencionados são abordados em detalhes no Item 2.3 deste Relatório.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 PPA - Programa nº 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

Na forma da Lei nº 12.593/2012, que aprovou o PPA para o triênio 2012/2015, a estrutura orçamentária da EMGEA, registrada sob o nº 25.276 no Sistema SIOP, contempla somente Ações para o Programa nº 0807 – “Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio”.

A seguir, apresentamos demonstrativo da execução orçamentária de investimento em 2013, aprovada pela Lei nº 12.798/2013, segregado por Ação. Os referidos dados estão inseridos no Sistema SIOP.

Quadro 43 - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2013”

Valores em R\$ 1,00

Código	Ação	Aprovado	Realizado	%
4101	Manutenção de Bens Imóveis	51.250,00	0,00	0,00
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	297.250,00	182.110,00	61,26
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	869.400,00	831.715,00	95,66
Totais		1.217.900,00	1.013.825,00	83,24

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOR

A realização de 83,24% nas rubricas de Investimento, justifica-se sobretudo em razão de as compras terem sido efetuadas pela forma de pregão eletrônico, o que representou redução nos preços dos bens adquiridos, frente ao estimado.

A seguir temos as seguintes considerações:

Ação 4101 – Manutenção de Bens Imóveis: o montante aprovado para a atividade constitui dotação para gastos eventuais em imóvel de terceiros, visando realização de obras necessárias à segurança e à manutenção do prédio sede da Empresa, bem como as obras que fossem exigidas pelas autoridades públicas, fatos que não ocorreram.

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: realização de 61,26% do previsto, justificado pela modalidade de licitação na forma de pregão eletrônico para as aquisições dos bens, o que representou redução frente ao estimado.

Ação 4103 – Manutenção e adequação de Ativos de Informática, Informação de Teleprocessamento: realização de 95,66% do montante aprovado, principalmente pela modalidade de licitação na forma de pregão eletrônico para as aquisições de equipamentos de TI, o que permitiu que os fornecedores ofertassem preços abaixo dos valores cotados para os bens adquiridos para o exercício.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

2.3.1 Indicadores Estratégicos

Quadro 44 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Superada”

Indicador:		Resultado Financeiro Global
Finalidade:		Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	142,23%
	Realizada:	91,82%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		$\sum [\text{Realização das Arrecadações}] / \sum [\text{Realização dos Desembolsos}]$
Fonte(s):		PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS
Comentários:		O indicador representa o quanto dos ingressos de recursos financeiros foi absorvido pelos desembolsos realizados no período. Para 2013 foi estipulado o percentual de 142,23% e alcançado 91,82%, em decorrência de pior desempenho nos ingressos, que atingiu 63% do previsto, apesar da redução nos desembolsos, que atingiu 98% em relação ao esperado
Indicador:		Resultado Financeiro Estrutural
Finalidade:		Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa a partir dos ingressos operacionais, excluídos os recursos oriundos da novação de dívidas do FCVS
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	47,75%
	Realizada:	43,55%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		$(\sum [\text{Arrecadações PF}] + [\text{Arrecadações PJ}]) / \sum [\text{Realização dos Desembolsos}]$
Fonte(s):		PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS
Comentários:		O indicador representa o quanto dos ingressos de recursos financeiros operacionais, que neste caso não consideram os recursos das novações de dívidas do FCVS, da recuperação dos créditos tributários, dos ingressos de Itaipu e da União, e de receitas financeiras, foi absorvido pelos desembolsos realizados no período. Em 2013, esse indicador alcançou 43,55%, resultado inferior ao projetado de 47,75%, em função dos ingressos operacionais que atingiram 89% em relação ao esperado, apesar da realização de 98% do previsto para os desembolsos
Indicador:		Realização dos Desembolsos
Finalidade:		Medir o desempenho dos desembolsos da Empresa
Interpretação:		Quanto menor, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 2.874,52 milhões
	Realizada:	R\$ 2.817,77 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		$\sum \text{Realização dos Desembolsos}$
Fonte(s):		PDG e SISCAR
Comentários:		O indicador demonstra que os desembolsos realizados foram compatíveis com os previstos. O desembolso acumulado do ano foi R\$ 2.817,77 milhões, enquanto o previsto foi de R\$ 2.874,52 milhões, representando redução de 1,97% frente ao esperado
Indicador:		Realização das Arrecadações
Finalidade:		Medir o desempenho da arrecadação da Empresa
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 4.088,41 milhões
	Realizada:	R\$ 2.587,24 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Arrecadações PF + Arrecadações PJ + Novações FCVS + Créditos Tributários Restituídos + Receitas Financeiras + Recebimentos Itaipu/União e Outros
Fonte(s):		PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS

Comentários:	O indicador demonstra que os ingressos operacionais, que neste item estão acrescidos dos recursos das novações de dívidas do FCVS, da recuperação dos créditos tributários, ingressos de Itaipu e União, e receitas financeiras, ficaram distantes do previsto. Em 2013 esses ingressos atingiram R\$ 2.587,24 milhões, correspondentes a 63,28% da meta de R\$ 4.088,41 milhões, em razão principalmente de não ter havido novação de dívidas do FCVS, por motivos alheios à Administração da EMGEA
---------------------	--

Quadro 45 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Metas Fiscais Superadas”

Indicador:		Resultado Primário
Finalidade:		Demonstrar e acompanhar a realização do Resultado Primário da Empresa
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	Superávit de R\$ 38,30 milhões
	Realizada:	Superávit de R\$ 506,00 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Conforme Tabela PDG – Resultado Primário
Fonte(s):		Boletins Financeiros Mensais e Balancetes Mensais
Comentários:		Para 2013 foi estabelecida a meta de superávit de R\$ 38,30 milhões e o valor realizado foi de R\$ 506,00 milhões, em decorrência, principalmente, do ingresso de receita primária acima da linha de restituição de créditos tributários pela Receita Federal do Brasil, da ordem de R\$ 539,20 milhões. Pelo critério abaixo da linha, destaca-se o superávit de R\$ 147,07 milhões, contra um déficit previsto de R\$ 441,76 milhões, onde as receitas de reversão de provisão (R\$ 930,29 milhões) foram superiores às despesas econômicas de novas provisões e despesas com descontos concedidos nas liquidações e reestruturações de contratos habitacionais (R\$ 783,22 milhões)
Indicador:		Realização de Receitas
Finalidade:		Demonstrar e acompanhar a realização das receitas projetadas
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 3.578,08 milhões
	Realizada:	R\$ 2.800,84 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Conforme Tabela PDG – Fluxo Econômico Realizado
Fonte(s):		PDG e Balancetes Mensais
Comentários:		As receitas econômicas alcançaram o valor de R\$ 2.800,84 milhões, 78,28% da meta estabelecida. Destacam-se as receitas com realização superior ao previsto, provenientes da variação cambial sobre os recebíveis de Itaipu e União (R\$ 406,75 milhões), e dos juros sobre créditos tributários (R\$ 80,24 milhões), bem como as receitas com realização inferior ao previsto, relativas às alienações de valores mobiliários, decorrente principalmente da não ocorrência de novações de dívidas do FCVS (R\$ 1.500,00 milhões), carteira imobiliária (R\$ 232,25 milhões), e receitas de aplicações em fundos de investimentos (R\$ 28,24 milhões)
Indicador:		Realização de Despesas
Finalidade:		Demonstrar e acompanhar a realização das despesas projetadas
Interpretação:		Quanto menor, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 3.339,19 milhões
	Realizada:	R\$ 3.221,19 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Conforme Tabela PDG – Fluxo Econômico Realizado
Fonte(s):		PDG e Balancetes Mensais
Comentários:		A realização das despesas econômicas foi de R\$ 3.221,19 milhões, inferior em 3,53% em relação à meta estabelecida. Os itens que apresentaram reduções significativas sobre o previsto referem-se às despesas com variação cambial sobre os recebíveis de Itaipu e União (R\$ 165,72 milhões), Serviço da Dívida (R\$ 100,80 milhões), tributos e encargos parafiscais (R\$ 56,51 milhões), e tarifas pagas ao Prestador de Serviços (R\$ 40,52 milhões). Em contrapartida houve realização a maior de despesas em outros dispêndios de capital (R\$ 248,22 milhões), relativas a dividendos sobre o lucro e reservas de retenção de lucros

Indicador:	Arrecadação Pessoa Física – atraso maior que 360 dias	
Finalidade:	Demonstrar a arrecadação de contratos PF com atraso maior que 360 dias	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 450,00 milhões
	Realizada:	R\$ 469,64 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório das arrecadações Pessoa Física com atraso maior que 360 dias	
Fonte(s):	SIFOB e SISCAR	
Comentários:	O indicador demonstra o ingresso da arrecadação referente a contratos de crédito imobiliário – Pessoas Físicas com atraso superior a 360 dias, que atingiu o montante de R\$ 469,64 milhões ante uma previsão de R\$ 450,00 milhões. A meta foi superada em 4,36%	
Indicador:	Arrecadação Pessoa Jurídica – atraso maior que 360 dias	
Finalidade:	Demonstrar a arrecadação de contratos PJ com atraso maior que 360 dias	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 170,56 milhões
	Realizada:	R\$ 112,72 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório das arrecadações Pessoa Jurídica com atraso maior que 360 dias	
Fonte(s):	SISANE e SISCAR	
Comentários:	O indicador demonstra o ingresso de arrecadação proveniente dos contratos de crédito mantidos com pessoas jurídicas com atraso superior a 360 dias. Em 2013 esses ingressos atingiram R\$ 112,72 milhões, o que representou 66,09% do montante previsto de R\$ 170,56 milhões	
Indicador:	Compensação Restituição de tributos	
Finalidade:	Demonstrar a compensação e a restituição de tributos junto à Receita Federal do Brasil	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 730,00 milhões
	Realizada:	R\$ 580,55 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório dos Tributos Compensados e Restituídos	
Fonte(s):	Demonstrações Contábeis	
Comentários:	As compensações e restituições de tributos junto à Receita Federal do Brasil, alcançaram o montante de R\$ 580,55 milhões, ante uma previsão de R\$ 730,00 milhões (79,53% do total previsto). As compensações de crédito tributário realizadas no período, no valor de R\$ 41,35 milhões, superaram em 37,83% o previsto de R\$ 30,00 milhões, e as restituições, no valor de R\$ 539,20 milhões alcançaram 77,03% do previsto de R\$ 700,00 milhões	

Quadro 46 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Imagem da Empresa Divulgada e Consolidada”

Indicador:	Eventos Institucionais Cobertos	
Finalidade:	Apurar a quantidade de eventos institucionais de que a EMGEA participa	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	20
	Realizada:	22
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório dos eventos institucionais cobertos	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da ASCOM	
Comentários:	A Empresa esteve presente em 22 eventos institucionais (encontros da Comissão de Ética; da Comissão de Coleta Seletiva Solidária; reuniões com membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, além de outros grupos intervenientes), oportunidades em que foram distribuídos materiais informativos institucionais (folders e cartilhas), para sensibilização desses públicos. A meta estabelecida foi superada	

Indicador:		Eventos Patrocinados Cobertos
Finalidade:		Apurar a quantidade de eventos patrocinados pela EMGEA
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	5
	Realizada:	3
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Somatório dos eventos patrocinados cobertos
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da ASCOM
Comentários:		Em 2013 a Empresa patrocinou 3 eventos relativos ao seu público de interesse. Nesses eventos foram distribuídos materiais para sensibilização de formadores de opinião, jornalistas e magistrados. O público “Justiça Federal”, principal objetivo dos patrocínios institucionais teve seus quadros de dirigentes alterados no exercício, motivo da baixa procura pelos patrocínios. A meta estabelecida não foi alcançada
Indicador:		Mutirões de Conciliação Cobertos
Finalidade:		Apurar a quantidade de mutirões de conciliação de que a EMGEA participa
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	42
	Realizada:	45
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Somatório dos mutirões de conciliação cobertos
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da ASCOM
Comentários:		A Empresa esteve presente em 45 Mutirões de Audiências de Conciliação – eventos promovidos em todo o País, por meio de parcerias entre os TRF e o CNJ, em que foram distribuídos materiais informativos institucionais para sensibilização de formadores de opinião, jornalistas, magistrados e mutuários. A meta estabelecida foi superada
Indicador:		Releases Jornalísticos Enviados
Finalidade:		Apurar a quantidade de releases jornalísticos enviados por iniciativa da EMGEA
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	17
	Realizada:	21
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Somatório dos releases jornalísticos enviados
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da ASCOM
Comentários:		A área de Comunicação Social da EMGEA produziu e distribuiu 21 releases destinados às pessoas e organizações cadastradas. Estes releases foram inicialmente publicados no portal da Empresa. A meta estabelecida foi superada

Quadro 47 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Controles Internos Aprimorados”

Indicador:		Implementação do modelo de Controles Internos Administrativos
Finalidade:		Acompanhar a implementação do modelo de Controles Internos Administrativos
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da SUCOI
Comentários:		O modelo de Controles Internos Administrativos foi aprovado pelo Conselho de Administração em junho de 2013
Indicador:		Implementação do modelo de Gestão de Riscos Corporativos
Finalidade:		Acompanhar a implementação do modelo de Gestão de Riscos Corporativos
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da SUCOI
Comentários:		O modelo de Gestão de Riscos Corporativos foi aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2013

Quadro 48 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processos de Informações Contábeis, Orçamentárias e Fiscais Aprimorados”

Indicador:		Processo de Gestão Orçamentária
Finalidade:		Verificar periodicamente do percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da SUCOR
Comentários:		As ações previstas para o ano foram executadas integralmente com a implantação do Sistema de Orçamento - SISORC. Foi dada carga dos dados do PDG Legal 2014 no SISORC, de acordo com os novos conceitos adotados para o gerenciamento do processo orçamentário, tais como: produtos de negócio, centros de resultado, estrutura de rubricas desdobradas em itens orçamentários que buscam mensurar o orçamento estratégico da Empresa. Além disso, os Sistemas Integrados de Gestão Empresarial (ERP TOTVS RM) foram parametrizados para controlar a execução orçamentária, a partir de 1º de janeiro de 2014, observando os novos conceitos adotados

Quadro 49 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Governança de Tecnologia da Informação Aprimorada”

Indicador:		Elaboração do projeto básico do PDTI
Finalidade:		Verificar periodicamente o percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da SUTEC
Comentários:		O projeto básico do PDTI foi elaborado em julho de 2013
Indicador:		Elaboração do PDTI
Finalidade:		Acompanhar a evolução da elaboração do PDTI
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da SUTEC
Comentários:		O PDTI foi aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2013. As ações contidas no PDTI apresentam uma nova visão quanto à atuação da área de TIC, de forma a transformá-la num Centro de Excelência de prestação de serviços de tecnologia, que permita a continuidade dos negócios, com controles adequados, transparência e racionalização dos investimentos
Indicador:		Elaboração do projeto de integração
Finalidade:		Acompanhar a evolução da elaboração do projeto de integração
Interpretação:		Quanto maior melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais da SUTEC
Comentários:		O projeto de integração foi elaborado e aprovado em julho de 2013

Indicador:		Execução do projeto de integração
Finalidade:		Acompanhar a evolução da execução do projeto de integração
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais SUTEC
Comentários:		Foi concluída a primeira etapa da migração dos sistemas integrados de gestão (ERP TOTVS RM) visando automatização e integração de novas rotinas dos processos de suporte e a implantação do módulo de compras e faturamento, visando o controle da execução orçamentária a partir de 2014
Indicador:		Implantação da Plataforma MS Sharepoint
Finalidade:		Acompanhar a evolução da implantação da plataforma
Interpretação:		Quanto maior, melhor.
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais SUTEC
Comentários:		A preparação do ambiente tecnológico e a capacitação dos profissionais da EMGEA responsáveis pela Implantação do Sharepoint foram realizadas em 2013

Quadro 50 - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Arquitetura de processos e de modelo de negócios da EMGEA definidos e aprovados”

Indicador:		Aprovação da Arquitetura de Processos da EMGEA
Finalidade:		Acompanhar a evolução do projeto de aprovação da Arquitetura de Processos da EMGEA
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais SUTEC
Comentários:		A política de gestão dos processos de negócios foi aprovada pela Diretoria Executiva em dezembro de 2013. Nela consta a Arquitetura de Processos da EMGEA
Indicador:		Aprovação do Modelo de Negócios
Finalidade:		Acompanhar a evolução do projeto de aprovação do Modelo de Negócios da EMGEA
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais SUTEC
Comentários:		Em 2013 foi elaborado e aprovado o Quadro de Modelo de Negócios

Quadro 51 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processo de Logística Otimizado”

Indicador:		Negociação de valores de novos contratos
Finalidade:		Percentual de sucesso na negociação de redução, em patamar igual ou superior a 10%, nos valores de novos contratos, considerado o universo de novos contratos administrativos firmados
Interpretação:		Quanto maior melhor
Meta	Estabelecida:	70,00%
	Realizada:	79,50%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		\sum Contratos assinados com redução de no mínimo do valor estimado / \sum Contratos assinados no período
Fonte(s):		Relatórios Gerenciais SUPEL

Comentários:	Dos 76 novos contratos firmados em 2013, a EMGEA obteve redução de no mínimo 10% do valor estimado para contratação em 61 deles, equivalente a um desempenho acumulado de 114% em relação à meta estabelecida	
Indicador:	Renovação de contatos vigentes	
Finalidade:	Indicador de desempenho das negociações de valores realizadas nas renovações de contratos em vigor	
Interpretação:	Quanto maior melhor	
Meta	Estabelecida:	70%
	Realizada:	93,75%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Contratos renovados e não reajustados ou renovados com redução em relação ao valor estimado para reajuste / \sum Contratos renovados no período. (Não são considerados os contratos firmados por inexigibilidade de licitação)	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais SUPEL	
Comentários:	Dos 19 contratos renovados no ano, a EMGEA obteve redução de no mínimo 10% do valor estimado para reajuste ou não houve reajuste em 18 deles, equivalente a um desempenho acumulado de 134% em relação à meta estabelecida.	

Quadro 52 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolvimento de Competências com Conhecimento Preservado na Empresa”

Indicador:	Competências estratégicas desenvolvidas	
Finalidade:	Índice de desenvolvimento de competências estratégicas, aferido pela quantidade de competências desenvolvidas dividida pela quantidade de competências mapeadas	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	80% das 30 competências estabelecidas = 24
	Realizada:	93,33% das 30 competências estabelecidas = 28
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Competências Estratégicas desenvolvidas / \sum Competências Estratégicas com maiores lacunas mapeadas	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais SUPEL	
Comentários:	Das 30 competências específicas estabelecidas pela Empresa, estabeleceu-se como meta para 2013 o desenvolvimento de 24 competências específicas vinculadas aos objetivos estratégicos e consideradas essenciais ao alcance das metas empresariais (80%). Entretanto foram desenvolvidas 28 competências, equivalente a um desempenho acumulado de 116,66% em relação à meta estabelecida	
Indicador:	Colaboradores capacitados para o exercício de suas atribuições	
Finalidade:	Indicador de desempenho da quantidade de colaboradores capacitados num determinado período	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	80%
	Realizada:	175%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Colaboradores capacitados / \sum Colaboradores previstos para capacitação	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais SUPEL	
Comentários:	Dos 107 colaboradores a serem capacitados estabeleceu-se como meta para 2013 o desenvolvimento destes em pelo menos 300 ações de capacitação. Contudo, foram realizadas 524 ações, superando a meta estabelecida em 75%	

Quadro 53 - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”

Indicador:	Projetos e ações cumpridas	
Finalidade:	Indicador de desempenho da realização de novos projetos e ações que promovam o bem estar e a saúde dos colaboradores	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	90%
	Realizada:	125%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum das ações e projetos realizados / Quantidade de projetos e ações estabelecidos	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais SUPEL	

Comentários:	Inicialmente foi estabelecida a realização de 8 ações e projetos no ano. Porém, foram realizadas 2 ações além do previsto no PQVT, apresentando um cumprimento de 125% da meta estabelecida	
Indicador:	Nível de Satisfação - PQVT	
Finalidade:	Nível de satisfação dos colaboradores em relação aos projetos e ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT implantados, aferido mediante Pesquisa de Satisfação	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	80% das respostas classificadas como “Muito Bom” ou “Bom”
	Realizada:	99,33% das respostas classificadas como “Muito Bom” ou “Bom”
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Consolidação dos dados de formulários de pesquisa	
Fonte(s):	Formulários de Pesquisa de Satisfação aplicados em cada ação ou projeto do PQVT	
Comentários:	Foi estabelecido um indicador qualitativo que avaliasse a satisfação dos colaboradores da EMGEA com os projetos e ações do PQVT. Além da avaliação pelo método de reação em determinados eventos, foi aplicada uma pesquisa de satisfação individual, cujo resultado apontou um nível de satisfação de 99,33% entre “muito bom” e “bom”, equivalente a um desempenho acumulado de 124% em relação à meta estabelecida	

2.3.2 Indicadores Operacionais

Quadro 54 – Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Superada”

Indicador:	Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar no mínimo R\$ 900,00 milhões - Créditos Habitacionais de Pessoa Física"	
Finalidade:	Acompanhar a evolução da arrecadação de contratos de Pessoas Físicas frente à meta estabelecida	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 900,00 milhões
	Realizada:	R\$ 869,04 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório das arrecadações oriundas de contratos mantidos com pessoas físicas	
Fonte(s):	SISCAR	
Comentários:	Em razão da progressiva redução das operações imobiliárias ativas, associada ao fato de o estoque remanescente ser composto de créditos com maior dificuldade de recuperação, verificou-se que algumas medidas apresentaram sinais de perda de eficácia, sendo necessário o incremento do percentual de desconto para retomada da atratividade do incentivo. Verificou-se ainda que a reestruturação na CAIXA das áreas que nos atendem impactou na realização de negócios. Em que pese os dificultadores acima mencionados, no ano de 2013, a arrecadação alcançou o montante de R\$ 869,04 milhões, o equivalente a 96,56%.	
Indicador:	Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar no mínimo R\$ 450,00 milhões de contratos que se encontravam inadimplentes, desequilibrados ou decursados"	
Finalidade:	Acompanhar a evolução da arrecadação de contratos de Pessoas Físicas que se encontravam inadimplentes, desequilibrados ou decursados	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 450,00 milhões
	Realizada:	R\$ 469,64 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório das arrecadações oriundas de contratos mantidos com pessoas físicas, classificadas como inadimplentes, desequilibrados ou decursados	
Fonte(s):	SISCAR e SIFOB	
Comentários:	Com a redução das operações e o aumento do inadimplemento percentual, foi necessário estabelecer meta direcionada à regularização dos contratos inadimplentes, desequilibrados e decursados, como forma de concentrar o foco nos créditos com maior dificuldade de recuperação. A meta foi superada em 4,37%, em função de ações específicas como a realização de mutirões administrativos e judiciais. Salienta-se ainda a importância desse indicador para a reversão do provisionamento.	

Indicador:	Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar no mínimo R\$ 150,00 milhões - Venda de Imóveis"	
Finalidade:	Acompanhar a arrecadação com a venda de imóveis não de uso frente à meta estabelecida	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 150,00 milhões
	Realizada:	R\$ 157,52 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório das arrecadações oriundas da venda de imóveis não de uso	
Fonte(s):	SISCAR	
Comentários:	Em 2013 foram alienados 1.705 imóveis com arrecadação no montante de R\$ 157,52 milhões, representando uma superação de 3,18% da meta estabelecida. O resultado reflete principalmente o crescimento do mercado imobiliário, a valorização dos imóveis e a grande oferta de crédito imobiliário pelas instituições financeiras. Também foram mantidos os esforços para solução das pendências impeditivas de venda, atingindo 702 unidades, com a redução do quantitativo de imóveis com pendência para 2.314, em contrapartida aos 3.016 existentes em 2012	
Indicador:	Percentual de cumprimento da meta "Arrecadar o montante equivalente a R\$ 170,55 milhões - Carteira Pessoa Jurídica Setor Privado"	
Finalidade:	Acompanhar a realização da arrecadação dos contratos de Pessoas Jurídicas Setor Privado frente à meta estabelecida	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 170,55 milhões
	Realizada:	R\$ 112,70 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório das arrecadações oriundas de contratos mantidos com pessoas jurídicas do setor privado	
Fonte(s):	SISCAR e SISANE	
Comentários:	No ano 2013, as medidas negociais adotadas pela EMGEA permitiram o ingresso de R\$ 112,70 milhões provenientes da Carteira Pessoa Jurídica Setor Privado, sendo (i) R\$ 110,25 milhões, em espécie; (ii) R\$ 2,45 milhões em títulos CVS. A meta definida, de R\$ 170,55 milhões para o período, não foi alcançada em razão de desistência, pelos interessados, de uma negociação, apesar de já aprovada pela EMGEA	
Indicador:	Percentual de Cumprimento da Meta "Arrecadar o montante equivalente a R\$ 140 milhões - Carteira Pessoa Jurídica Setor Público"	
Finalidade:	Acompanhar a realização da arrecadação dos contratos de Pessoas Jurídicas Setor Público frente à meta estabelecida	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 140 milhões
	Realizada:	R\$ 85,20 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Somatório das arrecadações oriundas de contratos mantidos com pessoas jurídicas setor público	
Fonte(s):	SISCAR e SISANE	
Comentários:	Este indicador é dividido em duas partes: Recebimento de recursos provenientes de contratos firmados com entes da Federação e Recebimento de dívidas oriundas de aquisição de carteiras imobiliárias formalizadas na condição de <i>pro solvendo</i> . A arrecadação referente a créditos junto a entes da Federação alcançou o valor de R\$ 85,20 milhões, superior em 6,53% em relação à meta de R\$ 80 milhões definida para o exercício. Não houve recebimento de dívidas oriundas de aquisição de carteiras imobiliárias, cuja meta era de R\$ 60 milhões. Esse fato demandou a reformulação dos respectivos planos de negócios, alterando-se por consequência a data de conclusão do processo de negociação para o exercício seguinte. A arrecadação total representou 60,86% da meta estabelecida	
Indicador:	Percentual de Cumprimento da Meta "Novar FCVS no valor de R\$ 1.500,00 milhões"	
Finalidade:	Acompanhar a realização da novação de dívidas do FCVS, frente à meta estabelecida	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	

Meta	Estabelecida:	R\$ 1.500,00 milhões
	Realizada:	R\$ 0,00
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Somatório das dívidas do FCVS, novadas pela União
Fonte(s):		Relatórios gerenciais da SUTEC
Comentários:		Em 2013 não ocorreram novações de dívidas do FCVS, as quais foram suspensas pelos gestores do Fundo para que fossem implementados os procedimentos definidos pelas regulamentações emanadas do Ministério da Fazenda e do Conselho Curador do Fundo em 2012 e 2013, necessários para a realização das referidas novações

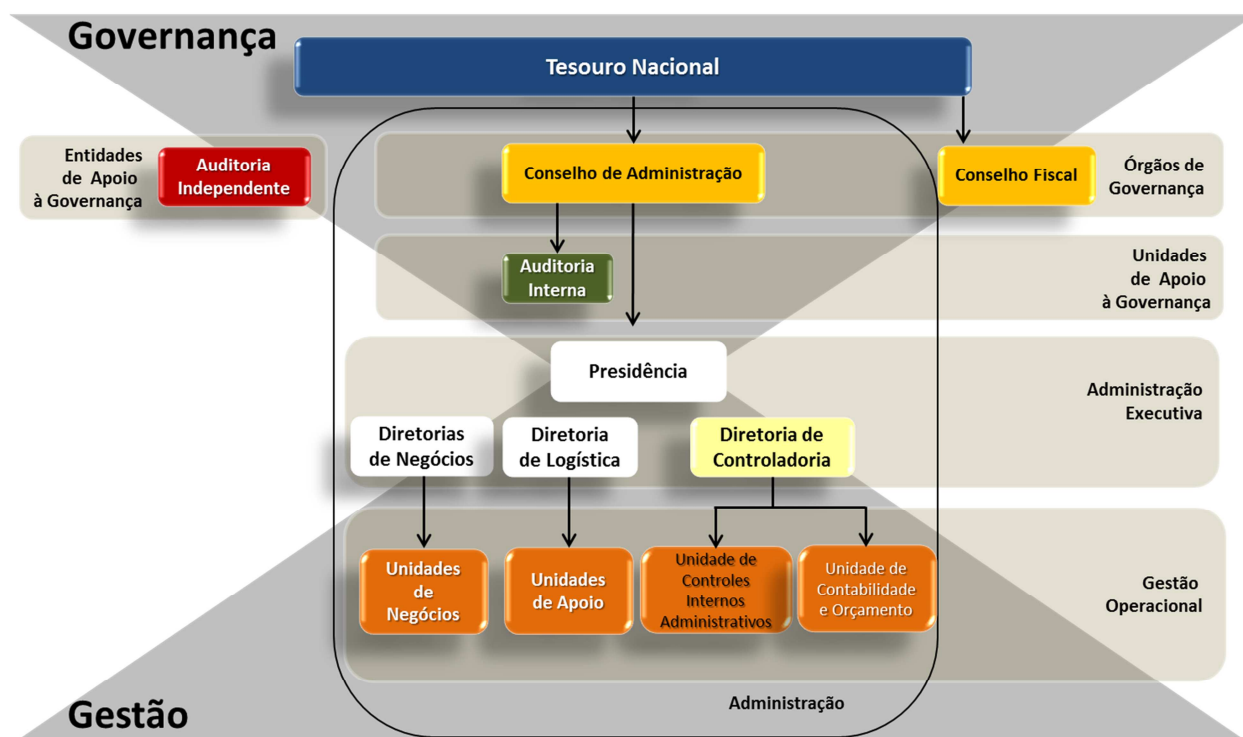
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

Da estrutura de governança corporativa da EMGEA fazem parte o Conselho de Administração, assessorado pela Auditoria Interna, a Diretoria Executiva, composta por um Diretor-Presidente e quatro Diretores, e o Conselho Fiscal. Adicionalmente, a Empresa submete-se a procedimentos anuais de avaliação por Auditores Independentes.

A figura a seguir sintetiza o Sistema de Governança Corporativa da EMGEA:

Figura 1 - Sistema de Governança Corporativa da EMGEA



As decisões da Empresa são tomadas de forma colegiada, com base em alçadas definidas e em regulamentos internos, envolvendo os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas dos negócios e das atividades, conferindo agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Para a manutenção da boa governança, a EMGEA dispõe de instrumentos de gestão como o Código de Ética, elaborado em consonância com os princípios de transparência, equidade e conformidade.

Além disso, a EMGEA conta com Sistema de Controles Internos, que consiste em um conjunto de elementos composto por políticas, normas, padrões de conduta e valores adotados pela administração e por todo o corpo funcional da Empresa, para o alcance de sua missão e objetivos, em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis, e a mitigação dos riscos inerentes às suas atividades.

O Sistema está estruturado em 8 componentes, com base nos princípios do Comitê das Organizações Patrocinadoras - Gerenciamento de Riscos Corporativos (*COSO GRC*), a seguir relacionados:

- Ambiente Interno;

- Fixação de Objetivos Estratégicos;
- Identificação de Eventos;
- Avaliação de Riscos;
- Resposta a Risco;
- Atividades de Controle;
- Informações e Comunicações;
- Monitoramento.

Conforme descrito no subitem 2.1 deste Relatório, a Empresa elabora anualmente seu Mapa Estratégico, baseado na metodologia *Balanced Scorecard* - BSC, no qual são definidos os objetivos estratégicos e respectivas estratégias, planos de ação, metas e indicadores de desempenho.

3.2. Avaliação do funcionamento do sistema de controles internos

Quadro 55 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da EMGEA – Exercício de 2013

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Na análise das assertivas foram considerados a atuação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e da Unidade de Controles Internos administrativos, bem como os relatórios e pareceres da Auditoria Interna, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Na avaliação foi considerada ainda a institucionalização na Empresa, em 2013, dos modelos de Controles Internos Administrativos e de Gerenciamento de Riscos Corporativos, baseados nos princípios do COSO II (COSO GRC - Gerenciamento de Riscos Corporativos), como também:

- formalização e divulgação da Política de Controles Internos Administrativos e a edição de normas e procedimentos complementares sobre o tema;
- formalização e divulgação da Política de Gerenciamento de Gerenciamento de Riscos Corporativos e a edição de normas e procedimentos complementares sobre o tema;
- Sistema Normativo da Empresa, para padronização, confecção, publicação e gerenciamento dos manuais normativos de Políticas, Normas, Procedimentos e Planos de Continuidade de Negócios, relacionados aos processos, produtos e serviços da EMGEA;
- normas para delegação de alçadas decisórias operacionais na gestão e recuperação dos créditos imobiliários perante pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- Código de Ética da EMGEA, aprovado e publicado;
- rotina sistematizada de monitoramento do ambiente regulatório, como segunda camada de controle, para auxiliar os gestores no cumprimento das leis, normas e regulamentos externos aos quais estão submetidos os seus processos, produtos e serviços;
- Matriz de Riscos Operacionais da Empresa, com o objetivo de permitir aos gestores e à alta administração identificar quais riscos, considerado seu potencial de perda, necessitam de melhoria de controle, quais possuem controles adequados e quais contam com controles em excesso;
- Matriz de Conformidade da Empresa, instituída em 2013, como mecanismo para acompanhamento/verificação do nível de conformidades das Unidades/EMGEA sob a ótica dos controles internos administrativos, em relação aos temas e itens estabelecidos;
- Relatório de Controles Internos Administrativos e Relatório de Gerenciamento de Riscos Corporativos, instituídos em 2013, como instrumentos auxiliares para o monitoramento dos controles internos administrativos e riscos corporativos.

As respostas finais refletem a percepção consolidada da Diretoria Executiva, a qual representa todas as Unidades da Empresa.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Informações Gerencias SUCOI

3.3. Remuneração paga aos Administradores

3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração da Diretoria Executiva da EMGEA não está sujeita ao teto constitucional para custeio de despesas com pessoal, por não receber repasses do Tesouro Nacional. Dessa forma, a remuneração e demais vantagens dos dirigentes da EMGEA não são fixados por Decreto do Poder

Executivo, e sim pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor e é composta dos seguintes elementos:

- gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativas com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.
- recebimento de Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não acumulado com eventual pagamento dessa vantagem pelo seu órgão de origem.

Relativamente à legislação, de acordo com o contido no artigo 21 do Estatuto Social da Empresa, aplicar-se-ão à EMGEA subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei nº 6.404/1976.

Ademais são observadas as disposições da Resolução nº 9/1996 do então Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, atual Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST que resolveu em seu Artigo 1º:

“Estabelecer que os dirigentes das empresas públicas, sociedade de economia mista e suas controladas e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, promovam alterações nos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários, ressalvados os direitos adquiridos na forma da legislação vigente, com vistas a:

I - limitar, ao mínimo legal estabelecido na Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e demais normativos vigentes, a concessão das seguintes vantagens:

- a) adicional de férias;
- b) remuneração da hora-extra;
- c) remuneração de Adicional de sobreaviso;
- d) remuneração de Adicional Noturno;
- e) remuneração de Adicional de Periculosidade;
- f) remuneração de Adicional de Insalubridade;
- g) remuneração de Aviso Prévio;
- h) antecipação da gratificação natalina.”

Posteriormente, com a aprovação do Estatuto da EMGEA, por intermédio do Decreto nº 7.122/2010 (Decreto nº 3.848/2001, revogado pelo Decreto nº 5.434/2005), fez-se constar a composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Fiscal e da Diretoria Executiva, ficando assim definido:

“(…) CAPÍTULO III- DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º

(…)

§ 5º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º

(…)

§ 3º - É assegurado aos membros da Diretoria Executiva gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o

pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

§ 4º - Os membros da Diretoria Executiva farão jus à Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem.

§ 5º - A remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria Executiva serão fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 12

(...)

§ 9º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da EMGEA, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. (...)"

3.3.2. Demonstrativo de Remuneração Individual Mensal de Membros dos Conselhos

Nos quadros adiante são apresentadas as remunerações mensais recebidas pelos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Quadro 56 - Remuneração Mensal Individual Recebida pelos Membros do Conselho de Administração – 2013

Valores em R\$ 1,00

Conselheiro	Bath, S. E. R.	Assis, J. M.	Munck, R. C. V.	Valleta, M	Vieira, A. P. L.
Início Mandato	4.9.2013	16.1.2012	14.6.2013	5.6.2013	26.4.2013
Fim Mandato	3.9.2016	15.1.2015	21.3.2014	2.6.2016	26.4.2016
Janeiro	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Fevereiro	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Março	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Abril	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Maió	4.488,49	4.488,49	4.488,49	4.488,49	4.488,49
Junho	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Julho	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Agosto	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Setembro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Outubro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Novembro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Dezembro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Totais	43.737,18	43.737,18	43.737,18	43.737,18	43.737,18

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação: Todos os Conselheiros listados são titulares

Quadro 57 - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2013

Valores em R\$ 1,00

Conselheiro	Almeida, V. S. (T)	Lima, K. A. Z. (T)	Rodrigues, L.A. (T)
Início Mandato	9.7.2013	9.7.2013	20.5.2013
Fim Mandato	8.7.2014	8.7.2014	19.5.2014
Janeiro	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Fevereiro	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Março	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Abril	3.138,53	3.138,53	3.138,53
Maió	4.488,49	4.488,49	4.488,49
Junho	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Julho	3.813,51	3.813,51	3.813,51

Valores em R\$ 1,00

Conselheiro	Almeida, V. S. (T)	Lima, K. A. Z. (T)	Rodrigues, L.A. (T)
Agosto	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Setembro	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Outubro	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Novembro	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Dezembro	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Totais	43.737,18	43.737,18	43.737,18

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Legenda: (T) = Titular (S) = Suplente

3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Membros de Diretoria e dos Conselhos

Nos quadros adiante são apresentadas as remunerações totais pagas nos últimos três exercícios, aos membros da Administração e Conselhos de Administração e Fiscal.

Quadro 58 – Síntese da Remuneração Paga aos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Item	2013	2012	2011
Número de membros:	5	5	5
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	1.202.189,32	966.536,37	878.458,44
a) Salário ou pró-labore	1.202.189,32	966.536,37	878.458,44
b) Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	174.244,04	0,00	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	174.244,04	0,00	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	1.376.433,36	966.536,37	878.458,44
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação: O valor pago da participação nos resultados refere-se ao PLR-Diretores do exercício de 2012.

Quadro 59 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração

Valores em R\$ 1,00

Item	2013	2012	2011
Número de membros:	5	5	5
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	218.685,90	190.203,55	142.056,38
a) Salário ou pró-labore	218.685,90	190.203,55	142.056,38
b) Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	0,00	0,00	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	218.685,90	200.350,05	142.056,38
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Quadro 60 - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal*Valores em R\$ 1,00*

Item	2013	2012	2011
Número de membros:	3	3	3
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	131.211,54	112.919,05	84.970,68
a) Salário ou pró-labore	131.211,54	112.919,05	84.970,68
b) Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	0,00	0,00	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	131.211,54	112.919,05	84.970,68
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

3.4. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A EMGEA apura indicadores de desempenho empresarial, que estão vinculados aos objetivos estratégicos da Empresa e são utilizados para mensurar o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício, conforme descrito no subitem 2.3.1 deste Relatório.

A avaliação e a descrição do Sistema de Controles Internos da Empresa constam do Quadro 55 deste Relatório.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Realização das Despesas

4.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Em 2013, a EMGEA realizou 102 procedimentos licitatórios à luz da legislação vigente, frente a 86 realizados em 2012. Os procedimentos objetivaram aquisição de bens e serviços necessários ao pleno funcionamento da Empresa.

No quadro adiante, demonstra-se o montante de despesas homologadas em 2013, comparadas com o realizado em 2012, onde se verificou o aumento percentual de 222,72% no último período. Ademais para a demonstração das despesas pagas nos exercícios mencionados, foram considerados, além dos certames licitatórios finalizados nos períodos, os contratos em vigência firmados sob as modalidades de Pregão, Tomada de Preços e Contratações Diretas.

Quadro 61 - Despesas por Modalidade de Contratação - 2013 e 2012*Valores em R\$ 1,00*

Modalidade de Contratação	Despesa Homologada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação				
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	369.900,00	0,00	406.172,77	603.809,59
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	11.330.813,83	1.728.580,43	7.479.560,50	6.357.853,19
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Ata de Registro de Preços	0,00	187.815,56	4.437,15	224.407,97
2. Contratações Diretas				
i) Dispensa	374.889,87	1.638.283,59	1.825.750,91	1.577.599,93
j) Inexigibilidade	249.709,20	264.500,00	508.956,58	417.089,67
3. Outras				
k) Outras	0,00	0,00	112.257,44	90.597,97
TOTAIS	12.325.312,90	3.819.179,58	10.337.135,35	9.271.358,32

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

4.1.1. Análise crítica

As alterações observadas nas despesas originárias da modalidade Pregão foram motivadas pela preferência por aquela modalidade, na contratação de serviços e bens comuns, renovação nos contratos que cumpriram seus interregnos máximos de vigência, como também pelo investimento na modernização da infraestrutura de ar condicionado e equipamentos de uso de tecnologia da informação.

A contratação de serviços realizada por meio de Tomada de Preços deveu-se à sua especificidade, e impossibilidade de se aferir a capacitação da empresa a ser selecionada apenas pelo critério de menor preço.

O decréscimo nas despesas realizadas por meio de contratações diretas decorreu da homologação, em 2012, da dispensa de licitação do contrato de locação de imóvel, junto à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia, onde funciona a sede da EMGEA, no valor anual de R\$ 1,26 milhão.

As despesas previstas pela EMGEA para o exercício de 2013, não sofreram contingenciamento, ou qualquer outro impacto interno ou externo que interferisse nos resultados planejados.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**5.1. Estrutura de pessoal da EMGEA****5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho**

A Empresa não possui quadro de pessoal próprio e os cargos de direção e comissionados são, em sua maior parte, ocupados por empregados originários da Administração Pública Federal.

A estrutura atual foi aprovada pelo Ministério da Fazenda em dezembro de 2008 e apresenta a seguinte distribuição, que conta com dotação para 115 colaboradores.

Quadro 62 – Força de Trabalho da EMGEA – 2013

Em quantidades

Descrição	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Cargos de Direção	5	5	0	0
Diretor-Presidente	1	1	0	0
Diretor	4	4	0	0
Com Cargo Comissionado	102	97	5	5
Chefe de Gabinete	1	1	0	0
Assessor Especial da Presidência	2	2	0	0
Assessor da Presidência	2	2	0	0
Chefe da Auditoria	1	1	0	0
Consultor Jurídico	1	0	0	0
Chefe de Contabilidade	1	1	0	0
Superintendente Executivo	8	6	0	1
Gerente	22	22	1	1
Assessor de Comunicação Social	1	1	0	0
Auditor	3	3	1	1
Assessor Sênior	29	29	0	0
Assessor	31	29	3	2
Sem Cargo Comissionado	8	5	3	1
Requisitados sem Cargo Comissionado	8	5	3	1
Contrato suspenso	0	2	0	0
Contrato suspenso	0	2	0	0
Totais	115	109	8	6

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Em 31.12.2013, a Empresa contava ainda com 73 postos de serviços terceirizados, referentes a serviços de vigilância, limpeza e conservação e apoio administrativo.

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 63 - Força de Trabalho por Faixa Etária

Descrição	Quantidade por Faixa Etária				Totais
	≤ 30 anos	> 30 ≤ 40 anos	> 40 ≤ 50 anos	> 50 anos	
Direção	0	0	0	5	5
Próprio	1	31	11	24	67
Cedido pela Administração Pública Federal	0	1	13	23	37
Postos de Serviços Terceirizados	22	35	8	8	73
Totais	23	67	32	60	182

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Quadro 64 - Força de Trabalho por Nível de Escolaridade

Pessoal por Nível de Escolaridade	Quantidade por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Direção	0	0	0	0	0	1	4	0	0
Próprio	0	0	0	0	12	33	21	1	0
Cedido pela Administração Pública Federal	0	0	0	0	0	20	17	0	0
Postos de Serviços Terceirizados	0	0	0	8	29	31	5	0	0
Totais	0	0	0	8	41	85	47	1	0

Legenda:

1- Analfabeto; 2- Alfabetizado em cursos regulares; 3- Ensino Fundamental incompleto; 4- Ensino Fundamental; 5- Ensino Médio; 6- Ensino Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 -Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência.

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

5.1.3. Custos com Pessoal da EMGEA

Os custos com o pessoal da EMGEA são demonstrados no quadro adiante.

Quadro 65 - Custos com Pessoal - 2013, 2012 e 2011

Natureza	Valores em R\$ 1,00		
	2013	2012	2011
Salário e Gratificações	9.488.916,24	9.344.159,84	9.132.745,38
Honorários - Diretoria e Conselheiros	1.726.330,80	1.269.658,97	1.105.485,50
Provisões – Férias e 13o. Salário	2.077.801,04	1.658.247,42	1.835.935,35
Encargos Sociais	3.162.614,53	2.762.541,28	2.986.079,49
Salário Maternidade - Lei nº 11.770/2008	51.808,01	8.585,54	13.303,63
Assistência Médica e Social	172.671,12	164.940,81	272.831,03
Segurança e Medicina do Trabalho	23.829,67	17.519,25	16.283,84
Diárias de Viagens	360.820,64	479.306,19	465.282,50
Passagens Aéreas	248.853,58	308.238,82	290.146,85
Auxílio-Alimentação	531.601,52	431.602,22	366.765,37
Mudanças e Ajuda de Custo	0,00	10.488,19	0,00
Auxílio-Moradia	0,00	0,00	3.115,00
Rescisões Contratuais	266.570,24	266.327,83	315.769,80
Treinamento (Geral + TI)	409.545,78	426.605,35	377.438,65
Totais	18.521.363,17	17.148.221,71	17.181.182,39

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

O comportamento da composição e dos custos com Recursos Humanos ocupantes de cargos comissionados está representado nos quadros a seguir.

Quadro 66 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2013, 2012 e 2011

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valores em R\$ 1,00	
			Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Totais
2013	3	246.221,51	560.665,85	806.887,36
2012	3	252.245,41	514.423,38	766.668,79
2011	3	221.387,77	465.562,67	686.950,44

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

(*) Não inclui custos previdenciários e com o FGTS

Quadro 67 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT - Função Comissionada - 2013, 2012 e 2011

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valores em R\$ 1,00	
			Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2013	31	1.726.954,96	10.099.800,35	11.826.755,31
2012	29	1.996.629,70	8.020.648,12	10.017.277,82
2011	22	1.835.243,90	9.302.980,34	11.138.224,24

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

(*) Não inclui custos previdenciários e com o FGTS

Obs.: Dos 32 colaboradores cedidos, ocupantes de cargo comissionado, apenas 1 recebe remuneração integral pela EMGEA. Nesse caso, não há reembolso à UJ Cedente

Quadro 68 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado - 2013

Ano	Quantidade	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2013	8	1.673.234,20	1.673.234,20

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Obs.: No exercício, houve movimentação de 8 colaboradores, tendo 1 retornado à UJ de origem e 2 designados para cargo comissionado.

5.1.4. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Até o momento não foi identificado colaborador nessa situação.

Encontra-se em desenvolvimento sistemática de controle para identificar possível acumulação de cargos, funções e empregos públicos, para ser aplicada a partir de 2014.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A EMGEA utiliza-se dos seguintes indicadores para o gerenciamento dos Recursos Humanos.

- **Índice de Rotatividade do Pessoal (Turnover)*:** Apurou-se a taxa de 6,42% no exercício, considerando-se a mobilidade do quadro, decorrente de desligamentos e contratações para preenchimento de cargos de livre provimento.
(* Apuração = (Número de demissões (6) + Número de admissões) (8) / 2 x 100 / Número de empregados ativos no último dia do ano anterior (109).
- **Demandas Trabalhistas:** A EMGEA figura no polo passivo em uma única demanda trabalhista impetrada por ex-comissionada que pleiteia, entre outras questões, a sua reintegração ao quadro de funções comissionadas. O processo foi julgado no TRT, que negou provimento. A impetrante recorreu ao TST que, por sua vez, acolheu a decisão do TRT julgando improcedente o pedido. O processo transitou em julgado em 25.11.2013, e os autos estão retornando à origem.
- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:** Não houve acidentes de trabalho nem doenças ocupacionais no período.
- **Contratos Suspensos:** Existem 2 contratos de trabalho suspensos, sendo 1 por afastamento por auxílio doença pela Previdência Social, e outro por aposentadoria por invalidez.
- **Educação Continuada:** A Educação Continuada na EMGEA ocorre de várias formas e em todos os instantes, por meio de reuniões, instruções, trocas de experiências entre colaboradores e as capacitações contidas no PDC, que inclui treinamentos presenciais com profissionais externos – abertos e fechados, além de capacitações com profissionais internos no ambiente de trabalho.
- **Satisfação e Motivação:** Com a implantação do PQVT, a EMGEA se inseriu no contexto das empresas que instituíram uma política de qualidade de vida no trabalho segundo as concepções individual (ser biopsicossocial) e estratégica, procurando viabilizar as variáveis relativas à saúde integral e aos resultados organizacionais, em um esforço integrado de gestão.
- **Disciplina:** No tocante à disciplina, a EMGEA, em seu Regulamento de Pessoal estabelece os deveres, proibições, responsabilidades e penalidades cabíveis.
- **Desempenho Funcional:** Atualmente o desempenho funcional é avaliado pelo gestor da unidade em que atua o colaborador.
- **Níveis Salariais:** Os valores dos cargos comissionados são estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, após a manifestação do DEST, dentro da política salarial definida pelo Governo Federal.

5.1.5. Análise Crítica da Gestão de Pessoas

A EMGEA, sempre em busca do aperfeiçoamento profissional e pessoal dos seus colaboradores, por acreditar que quanto mais capacitados e desenvolvidos, melhores e maiores serão os resultados para a Empresa, tornando-a mais eficiente nos cenários econômico e social, elaborou o Plano de Capacitação de Competências – 2013, objetivando a capacitação dos colaboradores nos níveis gerencial e técnico.

O referido Plano foi orientado para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário ao desempenho das funções dos colaboradores, buscando aperfeiçoar e potencializar o perfil individual de cada um, mediante ações de desenvolvimento.

Visando maximizar os resultados do Programa de Desenvolvimento de Competências - PDC 2013, as ações de capacitação foram adotadas de acordo com o trabalho realizado por consultoria especializada, que deu condições de desenvolvimento favorável às competências estabelecidas, minimizando as lacunas existentes.

No decorrer do exercício, foram realizados 97 eventos de capacitação aprovadas no PDC 2013, complementados com os treinamentos ministrados pelo Programa de Desenvolvimento de Dirigentes – PDD, no âmbito do PAEX, da FDC.

A participação dos colaboradores no PDC 2013 foi definida de acordo com as lacunas identificadas no mapeamento das competências, considerando a natureza e a responsabilidade das funções desempenhadas, bem como o nível de prontidão e aptidão individual, assegurando a melhor relação custo/benefício para a Empresa e para os colaboradores.

Em continuidade ao desenvolvimento e implantação de ações voltadas ao conceito de saúde integral, foi instituído, no âmbito do PQVT, o Projeto Clube da Caminhada e da Corrida da EMGEA – CCC, que tem como finalidade incentivar e apoiar hábitos saudáveis junto aos colaboradores, por meio da prática de atividade física como instrumento motivacional e saudável, visando à prevenção de doenças crônicas e reforçando a integração entre os participantes.

A participação dos colaboradores neste Programa ocorre não apenas nos encontros semanais, nos quais há a orientação de profissional de educação física devidamente qualificado para prescrever e acompanhar os treinamentos, como também em corridas de rua patrocinadas pela CAIXA, Corpo de Bombeiros do DF e pelo Jornal Correio Braziliense.

Destaque-se ainda a possibilidade de filiação ao Clube Social e Recreativo da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF-DF, nas mesmas condições dos funcionários da CAIXA, como forma de benefício para os colaboradores e familiares.

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

A terceirização de postos de serviços na EMGEA concentra basicamente as atividades meio de limpeza e conservação, apoio administrativo, copeiragem, operação de fotocopiadoras, de agente patrimonial e outras auxiliares.

A EMGEA não contrata estagiários.

O comportamento da composição dos custos e quantitativos dos postos de serviços terceirizados está representado no quadro a seguir.

Quadro 69 – Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados - 2013, 2012 e 2011

Valores em R\$ 1,00

Descrição	2013		2012		2011	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde	Valor
Vigilância/Limpeza	19	641.052,72	16	485.544,24	16	468.335,60
Apoio Administrativo	49	3.262.999,48	41	2.855.547,38	41	2.630.276,83
Outras Atividades	5	199.532,76	5	176.672,76	5	169.935,52
Totais	73	4.103.584,96	62	3.517.764,38	62	3.268.547,95

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

5.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene

No primeiro semestre de 2013, a EMGEA manteve contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação, agente patrimonial, apoio administrativo e atividades auxiliares, com a empresa Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda., findo em 5.6.2013. A partir de 6.6.2013, firmou-se contrato com a empresa União Serviços Gerais Ltda.

As informações sobre os contratos mencionados constam do quadro a seguir, esclarecendo que a Empresa não mantém contratos para vigilância ostensiva.

Quadro 70 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene

Nome: Empresa Gestora de Ativos-EMGEA													
UG/Gestão:179102/25301						CNPJ:04.527.335/0001-13							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	34/2007	Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda.	1º.1.2008	7.7.2013	10	10					E
2013	L	O	15/2013	União Serviços Gerais Ltda.	6.6.2013	-	10	10					A
Observações: Os contratos contemplam além dos postos de limpeza e higiene, os seguintes: Assistente Administrativo, Arquivista, Garçom, Copeira, Encarregado, Recepcionista e Agente Patrimonial.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL													

5.2.2. Análise Crítica

Em 2013, a EMGEA realizou Pregão Eletrônico com vistas à contratação de serviços de apoio administrativo, agente patrimonial, limpeza e conservação, recepção, operador de fotocopiadora para a consecução de atividades meio imprescindíveis ao seu funcionamento.

Durante a elaboração do procedimento licitatório, deparou-se com dificuldades decorrentes da limitação da legislação vigente à época da contratação, tais como a impossibilidade de exigência de comprovação mínima de capital de giro e disposição que caracterizasse como falta grave o atraso no pagamento de salários, cuja ocorrência desse ensejo à rescisão do contrato.

Com vistas a mitigar os riscos de responsabilização trabalhista e previdenciária, a EMGEA envidou esforços quanto à efetiva disponibilização e prestação dos serviços contratados, assim como padrão de qualidade e cumprimento de prazos.

Foram aplicadas multas previstas no instrumento contratual, sem prejuízo de eventuais glosas, pelo não fornecimento de Plano de Saúde, atraso de pagamento de vale alimentação e 13º salário.

Ademais, para corroborar a eficiência da fiscalização desses contratos, são realizadas com periodicidade mensal, verificações amostrais acerca de documentos comprobatórios do registro de funcionários, pagamento de salários, vale transporte, vale alimentação e demais benefícios previstos.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

A EMGEA não possui frota de veículos próprios e para prestação de serviços de transporte de pessoas, documentos e pequenos volumes, contrata empresa especializada, por meio da modalidade de licitação denominada pregão eletrônico.

São 2 veículos disponibilizados para a prestação de serviços, sendo um destinado aos deslocamentos dos membros da Diretoria Executiva e outro para os demais serviços.

Em 2013, esses veículos percorreram cerca de 22.000 quilômetros.

Os dados do contrato vigente e do contrato anterior constam do Quadro 71 e do Quadro 72 adiante.

Quadro 71 - Veículos contratados - Dados do contrato vigente

Nome da Empresa:	Exclusive Service Locadora de Veículos EIRELI-ME
CNPJ:	07.234.161/0001-99
Modalidade da licitação:	Pregão Eletrônico
Número do Contrato:	26/2013
Ano da Contratação:	2013
Prazo:	12 meses
Idade Média dos Veículos:	1 ano
Valor Contratado:	R\$ 179.280,00
Valor Pago até o fim de 2013:	R\$ 31.652,32
Custos de Manutenção:	Incluídos no valor do contrato

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Quadro 72 - Veículos contratados - Dados do contrato anterior

Nome da Empresa:	Exclusive Service Locadora de Veículos Ltda-ME
CNPJ:	07.234.161/0001-99
Modalidade da licitação:	Pregão Eletrônico
Número do Contrato:	11/2011
Ano da Contratação:	2011
Prazo:	12 meses
Idade Média dos Veículos:	2 anos
Valor Contratado:	R\$ 115.025,31
Valor Pago até o fim de 2013:	R\$ 97.993,51
Custos de Manutenção:	Incluídos no valor do contrato

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

A gestão dos veículos locados é disciplinada em normativos da Empresa, os quais estabelecem parâmetros para utilização exclusiva no serviço, assim como procedimentos dentre os quais estão a identificação de nome do usuário, unidade do usuário, motivo da requisição, local de destino, data do compromisso, horário do compromisso, necessidade de espera pelo motorista.

Considerando os custos envolvidos com a aquisição de frota própria quais sejam, depreciação do bem, combustíveis, lubrificantes e seguros obrigatórios, a EMGEA optou pela locação da frota, que contempla, além de dois veículos, manutenção, fornecimento de motoristas e todos os demais custos que envolvem a prestação dos serviços.

6.2. Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

A EMGEA mantém sua sede em Brasília-DF, em imóvel locado, cujos desembolsos em 2013, foram de:

- aluguel: R\$ 1.315.990,80;
- despesas condominiais: R\$ 63.054,68;
- manutenção predial: R\$ 324.142,78.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O quadro a seguir mostra avaliação da Área de TI da Empresa.

Quadro 73 - Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p. ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
1. O Plano Diretor de Tecnologia foi instituído em 20.12.2013.	
2. No ano de 2013, as normas e procedimentos da Política de Segurança da Informação da SUTEC foram revisados e publicados.	

Fonte: Informações Gerenciais da SUTEC

7.1.1. Análise Crítica

Com a aprovação do PDTI, pretende-se elevar o nível de desempenho das soluções de tecnologia da informação, mantendo agilidade e qualidade dos serviços prestados, trazendo flexibilidade e capacidade de resposta para suportar novos cenários de negócios.

Os sistemas e estruturas de informática contidos no PDTI aprovado abrangem toda a Empresa, incluindo-se os Conselhos de Administração e Fiscal e outras unidades que venham a surgir durante o período de validade.

No referido documento foi definida a missão da TI da EMGEA: “Prover e sustentar soluções de Tecnologia da Informação com foco na inovação e evolução contínua de seus processos para atendimento de seus clientes e fortalecimento do relacionamento com fornecedores e parceiros”.

O PDTI, por ser o primeiro construído pela EMGEA, terá validade de 2 anos, de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Em sua vigência, ocorrerão 3 revisões semestrais. Para outubro de 2015, estão previstas atividades e ações para a construção do próximo PDTI.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 74 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - 2013

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? ➤ Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil polibromados, éteres defenil-polibromados em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>). O acondicionamento deverá ser em embalagem que utilize materiais recicláveis.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	X				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei nº 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei nº 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei nº 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). 1. Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). 2. Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto nº 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

<ul style="list-style-type: none"> ➤ A EMGEA, constantemente preocupada com a responsabilidade socioambiental, instituiu em 2007 a Comissão para Coleta Seletiva Solidária – CCSS, criada nos moldes do Decreto nº 5.940/2006, cujo objetivo é incentivar o consumo responsável dos insumos e recursos materiais na Empresa. ➤ A CCSS também implantou e supervisiona a coleta seletiva dos resíduos recicláveis gerados na EMGEA, e a sua destinação para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis legalmente habilitadas para essa finalidade. ➤ Além disso, a CCSS promove campanhas de conscientização e educação ambiental junto aos colaboradores da EMGEA, como o concurso fotográfico com o tema “Natureza do Cerrado”, cujo objetivo era despertar nos colaboradores um olhar para um dos mais importantes biomas brasileiro e estimular a interação humana com a natureza, sensibilizando para o exercício da vida cotidiana com a responsabilidade ambiental. ➤ No exercício de 2013 foram entregues à cooperativa selecionada 2.252 Kg de material reciclável como papel, material plástico, vidro e metal, contribuindo para a gestão ambiental sustentável e a inclusão social de famílias de cooperados do Distrito Federal. 					
<p>Considerações Gerais: O questionário foi respondido pelo gestor da Unidade de Logística.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. 					

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Em 2013 foram recolhidos e entregues às cooperativas selecionadas 2.252 Kg de material reciclável.

Os recursos consumidos são detalhados no quadro adiante.

Quadro 75 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água - 2013, 2012 e 2011

Valores em R\$ 1,00

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (*)	562	423	956	53.807,64	42.955,92	39.297,79
Energia Elétrica (**)	576.480	673.120	683.280	193.356,06	270.060,72	271.764,16
Água (***)	1.096,20	4.042,50	2.409,40	17.458,46	21.818,03	29.995,22
Totais				264.622,16	334.834,67	341.687,17

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Obs:

(*) Em quantidades de resmas, mensuradas por meio *software* de gerenciamento no último triênio.

(**) Em kWh, mensurados pelo consumo real da EMGEA.

(***) Em m³, mensurados de acordo com o consumo estimado, pelo percentual de 70% da parcela que cabe a esta EMGEA no rateio condominial.

8.3. Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

A EMGEA não aderiu a programas de gestão ligados à temática da sustentabilidade. No entanto, instituiu e mantém, desde 2007, a Comissão para Coleta Seletiva Solidária – CCSS, cujos objetivos e atividades desenvolvidas encontram-se mencionados no Quadro 72 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - 2013, deste Relatório.

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

A EMGEA possui apenas o Processo TC 027.263/2012-6 em aberto no TCU, o qual se destina ao monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 1152/2012-TCU/PLENÁRIO - Gestão dos Créditos da EMGEA contra o FCVS.

As informações sobre as providências adotadas pela EMGEA foram encaminhadas ao TCU por meio do Ofício nº 1109/2012 – PRESI, de 13.11.2012, conforme informado no RAIN/2012.

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

Não houve recomendação ou determinação por parte da CGU para esta Empresa no exercício de 2013.

9.3. Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna

As inconformidades e recomendações formuladas pela Auditoria Interna no exercício de 2013 constam dos relatórios de auditoria, já encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno, da CGU.

Essas inconformidades e recomendações são controladas pela Auditoria Interna por meio de Plano de Ação no Sistema de Auditoria.

Para tanto, as unidades responsáveis inserem as ações e providências relativas aos apontamentos de auditoria diretamente no SISAUD , para avaliação pela Auditoria Interna.

9.4. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/1993

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/1993

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

A EMGEA, em cumprimento à Lei nº 8.730/1993, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação da declaração de bens e rendas para os ocupantes de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, efetuou o controle de entrega das declarações de imposto de renda - exercício 2013/ano base 2012 de seus colaboradores, por meio do recolhimento do Formulário de Declarações de Bens e Rendas, em envelopes lacrados contendo as respectivas declarações, e do Formulário de Autorização de Acesso Exclusivamente aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, arquivados na Gerência de Gestão de Pessoas. Todos os colaboradores entregaram a declaração no prazo definido em regulamento.

9.5. Medidas adotadas em caso de danos ao Erário

Foram identificados três casos de falhas na execução de serviços, gerando danos à Empresa, os quais foram apurados internamente e ressarcidos pelos responsáveis.

Dessa forma, não houve danos ao Erário em 2013.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

Conforme mencionado no subitem 1.2 deste Relatório, a EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas.

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de mais de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do SFH.

Dispõe de autorização legislativa, contida no Art. 11 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, para “...contratar diretamente instituições financeiras federais para gerir seus bens, direitos e obrigações e representá-la judicialmente, nas questões a eles relativas.”

Assim, desde a sua criação, a Empresa terceiriza as atividades relacionadas à cobrança desses créditos, mediante contratação da CAIXA, na condição de prestadora de serviços, tendo em vista que a quase totalidade dos bens, direitos e obrigações da EMGEA provém daquela Instituição, e ainda a sua reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e presença em todo o território nacional.

Nesse contexto, o relacionamento com os mutuários e demais clientes da EMGEA é efetuado pela CAIXA, por meio de sua rede de agências e demais canais de atendimento.

Além disso, a EMGEA oferece ao público, em seu sítio na internet, Canal de “Perguntas Mais Frequentes”, como também disponibiliza informações públicas e do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Outras informações, como estatísticas dos contratos imobiliários, Relatórios da Administração e Demonstrações Contábeis são também disponibilizadas no sítio da Empresa na internet.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade

Em razão de suas peculiaridades, mencionadas no subitem 10.1, a EMGEA não adota tais mecanismos.

10.3. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Em razão de suas peculiaridades, mencionadas no subitem 10.1, a EMGEA não realiza pesquisas de opinião com os usuários dos produtos e serviços resultantes da sua atuação.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

A EMGEA encerrou o exercício com Ativo Total de R\$ 17.026,43 milhões, destacando-se R\$ 11.530,69 milhões relativos ao saldo de créditos a receber do FCVS, R\$ 2.645,13 milhões em operações de crédito imobiliário e R\$ 764,39 milhões em recebíveis por cessão de créditos da União, líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Comparando-se os exercícios de 2013 e 2012, na forma do gráfico adiante, observa-se redução de 8,66% no Ativo Total, ocasionada principalmente pela liquidação antecipada e reestruturação de dívidas das operações de crédito imobiliário, decorrente das medidas de incentivo implementadas pela Empresa para reduzir a inadimplência e promover a retomada do fluxo de pagamentos, pelo recebimento de parcela dos créditos cedidos pela União e pelo recebimento de restituição de parte dos créditos tributários junto à Receita Federal do Brasil.

Quanto ao Passivo, comparando-se os exercícios de 2013 (R\$ 7.568,08 milhões) e 2012 (R\$ 9.386,66 milhões), observa-se uma queda de 19,37% no total, conforme gráfico a seguir, ocasionada, sobretudo, pela redução de 20,37% do Passivo Financeiro, representado pelas dívidas de longo prazo perante o FGTS.

O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 9.458,34 milhões, com acréscimo de 2,20% em relação ao ano anterior, em decorrência do lucro líquido apurado no exercício.

No fechamento do exercício, o lucro líquido apurado foi de R\$ 267,11 milhões, atribuído, notadamente, as receitas:

- provenientes da recuperação dos ativos resultante das medidas de incentivo implantadas pela Empresa;
- da variação cambial sobre os saldos dos recebíveis da Itaipu Binacional e da União decorrente da desvalorização do real frente ao dólar (US\$);
- com a recuperação de créditos tributários; e
- das aplicações financeiras, devido à disponibilidade da Empresa no exercício.

Os destaques nos principais itens patrimoniais e de resultado estão evidenciados no quadro adiante:

Quadro 76 – Destaques dos Itens Patrimoniais e de Resultado

Descrição	R\$ milhões		
	2012	2013	Varição
Ativo Total	18.641,33	17.026,43	-8,66%
Patrimônio Líquido	9.254,66	9.458,34	2,20%
Resultado do Exercício	257,93	267,11	3,56%
Aplicações Financeiras	682,85	449,97	-34,10%
Créditos com o FCVS	10.849,26	11.530,70	6,28%
Operações de Crédito Imobiliário	3.681,86	2.645,14	-28,16%
Cessão de Créditos União	1.333,25	764,40	-42,67%
Descontos Concedidos	1.102,98	751,10	-31,90%
Passivos Financeiros	8.968,89	7.142,31	-20,37%

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOR

Essencial para os resultados alcançados em 2013 foram os trabalhos constantes de aprimoramento dos controles internos, com vistas à integridade e conformidade dos números apresentados.

Com ênfase na transparência e nas melhores práticas de governança corporativa, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil adequadas às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

11.2. Composição acionária

11.2.1. Composição acionária do Capital Social como investida

O Capital Social da EMGEA é de R\$ 9.057.993 mil, totalmente integralizado pela União.

11.2.2. Composição acionária da EMGEA como investidora

A EMGEA não detém participação no capital de outras empresas.

II. CONTEÚDO ESPECÍFICO

12. DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Nos termos do Decreto nº 6.555/2008, a EMGEA é integrante do SICOM e apresentou o seguinte demonstrativo no exercício de 2013.

Quadro 77 – Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda – 2013

Valores em R\$ 1,00

Ações	Valores
Publicidade	
Legal	98.634,02
Mercadológica	0,00
Institucional	0,00
Utilidade Pública	0,00
Patrocínio	0,00
Contrato Administrativo nº 12/2013, de 21.5.2013 Contratada: Associação dos Servidores da Justiça Federal na Bahia - ASSERJUF CNPJ/MF: 02.797.217/0001-08 Evento: VI Encontro de Diretores da Justiça Federal da Bahia	37.982,90
Contrato Administrativo nº 29/2013, de 13.11.2013 Contratada: Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal – ADVOCEF CNPJ/MF: 37.174.109/0001-55 Evento: II Encontro Técnico dos Advogados da Caixa Econômica Federal	90.000,00
Total	226.616,92

Fonte: Relatórios Gerenciais da ASSES, ASCOM e SUPEL

No exercício de 2013, a EMGEA não firmou contrato com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS –
EMGEA – EXERCÍCIO 2013**

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(R\$ milhares)

Ativo	Nota	31.12.2013	31.12.2012
Circulante		2.517.465	2.824.614
Caixa e equivalentes de caixa		373.531	571.226
Disponibilidades	4	373.531	571.226
Títulos e valores mobiliários		76.435	111.620
Títulos públicos federais	5	76.435	111.620
Recebíveis de mutuários		1.091.285	1.279.178
Operações de crédito imobiliário	6.a	1.091.285	1.279.178
Outros recebíveis		976.214	862.590
Recebíveis por cessão de créditos	7	764.399	672.472
Créditos adquiridos	8	63.593	60.187
Outros créditos a receber	9	148.222	129.931
Ativos não circulantes mantidos para venda		209.768	259.768
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	209.768	259.768
Não circulante		14.299.197	15.556.950
Realizável a longo prazo		14.296.243	15.554.245
Recebíveis de mutuários		1.553.853	2.402.680
Operações de crédito imobiliário	6.a	1.553.853	2.402.680
Outros Recebíveis		11.576.470	11.562.404
Créditos vinculados - SFH	11	11.530.698	10.849.257
Recebíveis por cessão de créditos	7	-	660.783
Outros créditos a receber	12	45.772	52.364
Tributos a recuperar		<u>1.165.920</u>	<u>1.589.161</u>

Impostos e contribuições a recuperar	13	1.165.920	1.589.161
Imobilizado		2.954	2.705
Imobilizado de uso	14	2.954	2.705
Total do Ativo		17.026.430	18.641.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(R\$ milhares)

Passivo	Nota	31.12.2013	31.12.2012
Circulante		2.603.106	2.523.515
Passivos financeiros		2.190.696	2.115.299
Financiamentos	15	2.190.696	2.115.299
Outras obrigações		412.410	408.216
Obrigações com pessoal	16	3.775	2.871
Obrigações com fornecedores	17	21.708	19.188
Obrigações tributárias	18	1.659	2.065
Juros sobre capital próprio / Dividendos a pagar	24.c	63.440	61.259
Obrigações por repasses	19	27.913	31.004
Obrigações com mutuários	20	179.845	176.730
Provisão para riscos cíveis	21	13.482	20.384
Demais obrigações	22	100.588	94.715
Obrigações relacionadas a ativos mantidos para venda		13.369	9.560
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	23	13.369	9.560
Não circulante		4.951.612	6.853.590
Passivos financeiros		4.951.612	6.853.590
Financiamentos	15	4.951.612	6.853.590
Patrimônio líquido		9.458.343	9.254.667
Capital social	24.a	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros	24.b	400.350	196.674
Reserva legal		26.253	12.897
Reserva de retenção de lucros		374.097	183.777
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		17.026.430	18.641.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012

(R\$ milhares)

Descrição	Nota	2013	2012
Receitas com juros e similares	25.a	1.246.429	1.638.393
Despesas com juros similares	25.b	(513.152)	(638.575)
Resultado líquido com juros e similares		733.277	999.818
Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros		(564.836)	(797.130)
Reversões de provisões com ativos financeiros	25.c	235.569	379.789
Descontos concedidos	25.c	(751.100)	(1.102.977)
Perdas em operações de adjudicações e arrematação		(49.305)	(73.942)
Outras receitas (despesas) operacionais	25.d	(50.174)	(49.457)
Resultado Intermediário		118.267	153.231
Ganhos (perdas) líquidos com outros ativos financeiros		182.537	184.974
Provisões com outros ativos financeiros	25.e	(12.069)	(4.608)
Variações cambiais (líquidas)	25.e	178.010	167.103
Outras receitas (despesas)	25.e	16.596	22.479
Despesas com reversões (provisões) para riscos cíveis	21	6.902	(4.260)
Resultado com tributos a recuperar	25.f	137.575	61.349
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	25.g	37.415	26.910
Despesas administrativas		(237.535)	(229.903)
Despesas com pessoal	25.h	(16.653)	(14.615)
Outras despesas administrativas	25.h	(220.882)	(215.288)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		245.161	192.301
Outras Receitas Financeiras	25.i	30.111	71.680
Outras Despesas Financeiras	25.i	(8.156)	(6.048)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		267.116	257.933
Imposto de renda e contribuição social	26.a	-	-
Resultado líquido do exercício		267.116	257.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ milhares)

Descrição	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	267.116	257.933
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	267.116	257.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Abrangentes

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA – EXERCÍCIO 2013

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ milhares)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos	Total
		Realizado	Legal	Retenção de Lucros	Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		20.010.219	-	-	(10.952.226)	9.057.993
Redução do capital social	24.a	(10.952.226)			10.952.226	-
Lucro líquido do exercício					257.933	257.933
Destinação do lucro:						-
Reserva legal	24.b		12.897		(12.897)	-
Reserva para Retenção de Lucros	24.b			183.777	(183.777)	-
Dividendos declarados	24.c				(61.259)	(61.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		9.057.993	12.897	183.777	-	9.254.667
Lucro líquido do exercício					267.116	267.116
Destinação do lucro:						-

Reserva legal	24.b	13.356		(13.356)	-
Reserva para Retenção de Lucros	24.b		190.320	(190.320)	-
Dividendos declarados:					
Juros sobre Capital Próprio	24.c			(63.440)	(63.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		9.057.993	26.253	374.097	-
					9.458.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ milhares)

Descrição	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	1.124.736	1.504.603
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuições	267.116	257.933
Depreciação e amortização	749	742
Resultado na baixa de ativos imobilizados	16	(210)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(733.750)	(823.379)
Provisão para perdas	417.222	448.426
Reversão (provisão) para riscos cíveis	(6.902)	4.260
Descontos concedidos	751.100	1.102.977
Despesas financeiras sobre financiamentos	513.152	638.575
Despesas financeiras sobre dividendos	2.284	-
Resultado nas variações cambiais não realizadas	(79.935)	(111.207)
Resultado da inflação norte americana na cessão de créditos	(6.316)	(13.514)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos títulos públicos federais	35.185	184.277
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	1.019.370	612.006
(Aumento) redução dos recebíveis por cessão de créditos	655.107	611.335
(Aumento) redução de créditos adquiridos	(3.406)	2.787
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos para venda	59.647	41.030
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	(1.179.621)	(800.773)
(Aumento) redução de outros créditos a receber	(23.768)	10.070
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	506.621	(45.500)
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	904	495
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	2.094	(1.726)
Aumento (redução) de obrigações tributárias	(406)	600
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(3.091)	3.407
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	3.115	(73.325)
Aumento (redução) de demais obrigações	5.873	5.621
Aumento (redução) em passivos relacionados a ativos mantidos para venda	3.809	(872)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.206.169	2.054.035
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(588)	(996)
Alienação de imobilizado	-	212
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(588)	(784)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de financiamentos	(1.833.800)	(1.721.944)
Juros pagos de financiamentos	(505.933)	(615.311)
Dividendos pagos	(63.543)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(2.403.276)	(2.337.255)
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	(197.695)	(284.004)
Modificação na posição financeira		
No início do exercício	571.226	855.230
No fim do exercício	373.531	571.226
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	(197.695)	(284.004)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(R\$ milhares)

Contexto operacional

a) *Introdução*

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.122, de 03 de março de 2010 e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja e 1º Subsolo – Edifício São Marcus, em Brasília (DF) – CEP 70.070-902.

b) *Informações sobre a constituição e forma de atuação*

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

A administração da carteira de financiamentos imobiliários, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

Apresentação das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A aprovação e autorização para conclusão e publicação destas demonstrações contábeis foram concedidas pela Administração por meio da Diretoria em 1 de abril de 2014 e pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2014.

b) Continuidade

A Administração avaliou a viabilidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que a EMGEA possui recursos para dar continuidade a suas atividades em um cenário projetado contemplando no mínimo o prazo de 1 (um) ano. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando diante dos objetivos para a qual foi constituída conforme mencionado na Nota nº 1. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto normal de continuidade operacional.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, principalmente, dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado conforme critérios descrito na Nota 3.c.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da EMGEA. As informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Os ajustes originários das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os itens patrimoniais mais relevantes sujeitos a essas estimativas são os seguintes:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 3.c);
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3.e);
- Provisão para perdas na novação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Nota 3.f);
- Provisão sobre o saldo de impostos e contribuições a recuperar (Nota 3.k);
- Provisão para desvalorização dos ativos não circulantes mantidos para venda, quando o valor contábil dos bens excede o valor justo (Nota 3.h);
- Provisão para riscos cíveis (Nota 3.j).

Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da EMGEA, a saber:

Receita líquida de juros e de atualização monetária – As receitas e as despesas de juros e atualização monetária decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros e atualização monetária, são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, observando-se as condições previstas nos itens “3c e 3e” abaixo. Vide detalhamento na Nota 25.

Receita de taxas e comissões – Refere-se às taxas e comissões para cobertura de riscos de crédito e administração de contratos, relativas às operações de créditos imobiliário, reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, e às rendas de encargos moratórios por atraso, considerando os aspectos mencionados na Nota 25.a.

b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional nas datas dos balanços (Nota 7).

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos monetários são reconhecidos no resultado do exercício (Nota 25.e).

c) Instrumentos financeiros não derivativos ativos e passivos

i. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A EMGEA classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Na data das demonstrações contábeis somente as categorias a seguir possuíam ativos financeiros registrados para as quais detalhamos o critério de mensuração:

- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a EMGEA gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado incluem principalmente o caixa e os equivalentes de caixa (Notas 3.d e 4) e os Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5).

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os recebíveis de mutuários do sistema financeiro de habitação (Notas 3.e e 6), créditos vinculados ao SFH (Notas 3.f e 11), recebíveis por cessão de créditos (Notas 3.g e 7) e outros créditos (Notas 9 e 12).

- ii. *Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (“impairment”)*

Em cada data de balanço, a EMGEA avalia o saldo contábil líquido dos ativos financeiros com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se há evidências objetivas de que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o saldo contábil líquido ao valor recuperável.

Nas notas a seguir estão sendo destacados os aspectos detalhados do reconhecimento e mensuração da redução ao valor recuperável para cada grupo de ativos financeiros não derivativos relevantes, quando aplicável.

- iii. *Passivos financeiros não derivativos*

A EMGEA classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de

quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos incluem principalmente os financiamentos (Nota 15), obrigações com mutuários (Nota 20), fornecedores (Nota 17) e outras contas a pagar (Nota 22).

iv. Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

v. Instrumentos financeiros derivativos

Referem-se a operações realizadas no mercado futuro de derivativos registradas na rubrica Títulos e Valores Mobiliários pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pelo fundo na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa S.A (Nota 5).

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, com baixo risco de mudança de valor, em razão de alteração nas taxas de juros e que são usados pela Empresa para atender a compromissos de curto prazo (Nota 4).

e) Recebíveis de mutuários e redução ao valor recuperável

Recebíveis de mutuários incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, relativos a operações de créditos imobiliários realizadas originalmente pela CAIXA e cedidas à EMGEA.

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função das taxas efetivas de juros de acordo com a fluência dos prazos contratuais das operações e deduzida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. A partir desse momento, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento do mutuário.

i. Redução ao valor recuperável dos recebíveis de mutuários (“impairment”)

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada de acordo com o provável valor de realização dos créditos. A Administração revisa periodicamente sua carteira de operações de crédito imobiliário a mutuários e outros recebíveis, para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações. Nas análises, entre outros aspectos, são considerados agrupamentos de operações com características de riscos semelhantes, qualidade do crédito,

níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

Ao avaliar o valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas dos valores de perdas incorridos, probabilidade de inadimplência e prazo de recuperação, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas. Também são consideradas as influências econômicas que possam afetar a carteira de créditos.

Adicionalmente, são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos de operações de crédito imobiliário, de responsabilidades de mutuários pessoas físicas firmados com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e de pessoas jurídicas. Para os recebíveis de mutuários que atingem a faixa acima de 360 dias de atraso, é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa do total do valor contábil, com exceção da parcela do saldo que possui cobertura de responsabilidade do FCVS.

A Administração monitora periodicamente os contratos individualmente para detectar as perdas específicas. Os resultados dessas análises, com base principalmente no comportamento histórico das operações, são utilizados como indicadores para avaliar e permitir que a Administração verifique se as provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa estão constituídas em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As reversões subsequentes de provisão, por recuperação ou liquidação da dívida, são apresentadas na demonstração de resultado e creditadas na rubrica Provisões (reversões) líquidas do grupo Ganhos (Perdas) com Ativos Financeiros.

A apuração das estimativas com a redução ao valor recuperável de financiamentos a mutuários é divulgada com mais detalhes nas Notas 6.c e 6.d.

- **Perdas decorrentes de execução de garantias**

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido.

Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Perdas em operações de adjudicações e arrematação.

- **Perdas decorrentes de reestruturação de contratos**

Quando possível, a EMGEA procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.

Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos originais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em “perdas com ativos financeiros”.

A EMGEA revisa continuamente os contratos reestruturados para garantir o cumprimento dos critérios e a realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito no item anterior.

- **Perdas decorrentes por incentivo a liquidações antecipadas**

A EMGEA aprovou medidas de incentivo à aceleração de liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e ratificou outras medidas de igual natureza adotadas pela CAIXA, as quais podem resultar na redução substancial do saldo devedor.

As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos, e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em “perdas com ativos financeiros”.

- ii. *Baixa*

Os ativos e as correspondentes provisões são baixados quando há remota probabilidade de recuperação.

A recuperação de valores previamente baixados é reconhecida na demonstração de resultados em “outras receitas operacionais”.

- f) **Créditos vinculados – SFH e redução ao valor recuperável**

Créditos vinculados ao SFH se referem aos valores residuais de contratos habitacionais encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União.

- i. *Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)*

A gestão de créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) objetiva tornar líquido e certo o valor devido pela Empresa, para permitir que a União possa saldá-lo com títulos CVS emitidos pelo Tesouro Nacional. A realização desses créditos compreende as etapas de habilitação, validação e novação dos créditos, conforme a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 e legislações sucedâneas.

A Administração da EMGEA implementou processo de análise e conferência das condições dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes dos contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Dessa forma a provisão para créditos com o FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, considerando-se o histórico de perdas por negativas de cobertura atribuídas pelo referido Fundo.

A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS. A apuração das estimativas relacionadas ao valor de FCVS a receber é divulgada com mais detalhes na Nota 11.

g) Recebíveis por cessão de créditos

Recebíveis por cessão de créditos se referem aos créditos em moeda estrangeira (US\$) junto a Itaipu Binacional, transferidos pela União à EMGEA com a finalidade de aumento do capital social. Referidos créditos são atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação do fator de inflação, a partir de janeiro de 2008, são de responsabilidade da União. Os recursos se destinam ao pagamento do fluxo mensal de prestações do passivo da EMGEA para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os saldos são convertidos em R\$ pelo valor de realização nas datas dos balanços e não há inadimplência desses recebíveis e nenhum outro indicador de imparidade (Nota 7).

h) Ativos não circulantes mantidos para a venda

Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário. São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria e o seu valor líquido de venda é mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vender o bem.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em “Provisões para desvalorizações” na demonstração consolidada do resultado.

Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas provisões.

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado, em “Lucro na alienação de bens não de uso”, quando positiva, e em “Prejuízo na alienação de imóveis”, quando negativa.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação disponibilizado pela CAIXA e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 10).

i) Ativo imobilizado

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 14).

As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis, máquinas e equipamentos	10 anos
Sistemas de informática	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando existe uma obrigação legal ou não formalizada como resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base nas melhores estimativas disponíveis.

i. Provisão para riscos cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Uma provisão deve ser reconhecida quando:
 - a. A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;
 - b. Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
 - c. Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a EMGEA reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A apuração das provisões relacionadas a passivos contingentes é divulgada na Nota 21.

k) Impostos e contribuições correntes e diferidos

i. Tributos correntes

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão apresentados na demonstração de resultados incluídos nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem (Nota 25).

ii. Tributos diferidos

A EMGEA não registra nenhum ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças intertemporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social em razão da ausência de previsibilidade quanto à realização futura de tais impostos diferidos.

iii. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no exercício corrente foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

A provisão vem sendo ajustada periodicamente e leva em consideração além do potencial de realização, o fato dos respectivos impostos e contribuições contarem ou não com pedidos de restituição/compensação e/ou revisão do órgão regulador com relação à apuração desses valores.

Os créditos são corrigidos à taxa SELIC conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250/95 e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a compensar estão divulgados na Nota 13.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pró-rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	643	748
Operações Compromissadas – BB (i)	-	3.790
Operações Compromissadas – CAIXA (ii)	17.783	14.334
Fundo BB Extramercado (iii)	355.105	552.354
Total	373.531	571.226

(i) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31 Fundo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A.

(ii) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela CAIXA Econômica Federal. A rentabilidade anual foi de 7,29% em 2013 (3,31% no período de 17 de julho a 31 de dezembro de 2012).

(iii) Refere-se ao valor das cotas referentes ao Fundo BB Extramercado com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média anual bruta foi de aproximadamente 12,03% em 2013 (9,17% em 2012).

Esses ativos possuem classificação nível 1 de hierarquia de valor justo.

Títulos e valores mobiliários

Apresentamos abaixo as informações referentes à carteira de títulos e valores mobiliários mantidos por meio de fundo de investimento exclusivo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como a sua forma de classificação:

i. Em 31 de dezembro de 2013:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	44.764	44.764	-	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	31.669	31.671	2	7 a 12 meses
Total	76.433	76.435	2	

ii. Em 31 de dezembro de 2012:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	46.248	46.261	13	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	26.554	26.589	35	7 a 12 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN) - garantia	-	152		01.04.2013
Notas do Tesouro Nacional - série F (NTN-F)	14.260	14.260	-	até 06 meses
Total	87.062	87.262	48	

Os títulos possuem classificação nível 1 de hierarquia de valor justo.

O Fundo operou no mercado de derivativos até o limite das posições detidas a vista, com o objetivo de adequar a carteira à política de investimento, cujas operações no mercado futuro estavam distribuídas em 31 de dezembro de 2012 conforme quadro a seguir:

Futuros	Ativo	Passivo	Valor de referência	Faixas de vencimento
DI 1 (i)	1	-	5.222	7 a 12 Meses
Total	1	-	5.222	

(i) As operações de mercado futuro foram registradas pelo fundo na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa S.A e apresentaram um resultado líquido de R\$ (259) no período.

BB Extramercado Exclusivo 31 Fundo de Investimento Renda Fixa:**Vencimento (em dias)**

Descrição	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento (em dias)	
			Até 365	Acima de 365
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	18.512	18.899	6.734	12.165
Notas do Tesouro Nacional - série F (NTN-F)	5.065	5.459	-	5.459
Total	23.577	24.358	6.734	17.624

Recebíveis de mutuários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2029.

a) Composição da carteira de crédito imobiliário

Descrição	31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo devedor (i)	1.599.888	2.418.281	4.018.169
Valores a receber (ii)	12.021.550	647	12.022.197
Rendas a apropriar (nota 3e)	(5.946.567)	-	(5.946.567)
Diferencial de juros (iii)	-	(151.331)	(151.331)
Fundo de equalização (iv)	(656.330)	-	(656.330)
Outros valores (v)	(9.698)	-	(9.698)
Subtotal	7.008.843	2.267.597	9.276.440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.917.558)	(713.744)	(6.631.302)
Total	1.091.285	1.553.853	2.645.138

Descrição	31.12.2012		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	1.915.235	3.990.304	5.905.539
Valores a receber (ii)	11.986.906	585	11.987.491

Rendas a apropriar (nota 3e)	(5.755.470)	(194.351)	(5.949.821)
Diferencial de juros (iii)	(187.216)	(92.669)	(279.885)
Fundo de equalização (iv)	(618.279)	-	(618.279)
Outros valores (v)	1.865	-	1.865
Subtotal	7.343.041	3.703.869	11.046.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.063.863)	(1.301.189)	(7.365.052)
Total	1.279.178	2.402.680	3.681.858

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(iii) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

(iv) O Fundo de Equalização corresponde ao valor de uma reserva transferida pela CAIXA, na época da constituição da EMGEA, para a cobertura dos descontos quando concedidos para contratos amparados em legislação específica, cuja origem de recursos se refere a repasses do FGTS. A regra de utilização desse Fundo estabelece que 50% dos prejuízos gerados nas operações de crédito oriundas de empreendimentos com condições especiais definidas pelo Voto CAIXA nº 25/97 serão amortizados até o limite do saldo do Fundo, e o restante será amortizado pelo detentor do crédito.

(v) Outros valores incluem os valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

b) Distribuição por tipo de financiamento

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2013:

Descrição	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa física	754.501	6.066.630	6.821.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(405.640)	(4.059.949)	(4.465.589)
Total pessoa física	348.861	2.006.681	2.355.542
Pessoa jurídica - Setor privado	-	3.020.219	3.020.219
Pessoa jurídica - Setor público	-	101.118	101.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor privado	-	(2.165.680)	(2.165.680)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -	-	(33)	(33)

Setor público

Fundo de equalização	-	(656.330)	(656.330)
Total pessoa jurídica	-	299.294	299.294
Outros valores	-	(9.698)	(9.698)
Total	348.861	2.296.277	2.645.138

ii. Em 31 de dezembro de 2012:

Descrição	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa física	1.333.199	6.996.176	8.329.375
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(571.474)	(4.616.924)	(5.188.398)
Total pessoa física	761.725	2.379.252	3.140.977
Pessoa jurídica - Setor privado	-	3.157.940	3.157.940
Pessoa jurídica - Setor público	-	176.009	176.009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor privado	-	(2.175.903)	(2.175.903)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor público	-	(751)	(751)
Fundo de equalização	-	(618.279)	(618.279)
Total pessoa jurídica	-	539.016	539.016
Outros valores	-	1.865	1.865
Total	761.725	2.920.133	3.681.858

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição por vencimento e perfil da carteira está demonstrada abaixo:

i. Em 31 de dezembro de 2013:

Faixa de Atraso	Saldo devedor	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	1.720.327	289.426
De 61 a 180 dias	146.966	45.213
De 181 a 360 dias	123.708	75.351

Acima de 360 dias	6.144.578	5.853.975
Depósito em juízo / Outros	1.039.743	367.304
Setor Público		
De 0 a 60 dias	101.085	-
De 61 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	33	33
Acima de 360 dias	-	-
Total	9.276.440	6.631.302

ii. *Em 31 de dezembro de 2012:*

Faixa de Atraso	Saldo devedor	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	2.661.675	469.679
De 61 a 180 dias	295.683	78.329
De 181 a 360 dias	190.665	113.097
Acima de 360 dias	6.494.189	6.273.135
Depósito em juízo	1.228.746	430.061
Setor Público		
De 0 a 60 dias	175.105	-
De 61 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	96	-
Acima de 360 dias	751	751
Total	11.046.910	7.365.052

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

No exercício, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	(7.365.052)	(8.188.431)
Reversão de provisões	1.422.282	1.627.515
Reforço de provisões	<u>(688.532)</u>	<u>(804.136)</u>

Movimentação líquida nas provisões	733.750	823.379
Saldo final	(6.631.302)	(7.365.052)

Recebíveis por cessão de créditos

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Valores a receber:		
Itaipu Binacional (i)	646.463	573.899
União (ii)	117.936	98.573
Total do circulante	764.399	672.472
Valores a receber:		
Itaipu Binacional (i)	-	563.924
União (ii)	-	96.859
Total do não circulante	-	660.783
Saldo total a receber de Itaipu Binacional	646.463	1.137.823
Saldo total a receber da União	117.936	195.432
Saldo total	764.399	1.333.255

(i) Referem-se a créditos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos da América - US\$) da Itaipu Binacional que foram repassados pela União à EMGEA em 31 de maio de 2005, com a finalidade de aumento de capital social. O fluxo de recebíveis está previsto para os meses de setembro a dezembro de cada ano, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF firmado entre a União e a EMGEA.

No exercício, foi apropriada variação cambial positiva no montante líquido de R\$ 178.010 (variação positiva de R\$ 167.103 em 2012).

(ii) Os referidos créditos são atualizados pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América e convertidos em moeda nacional na data do balanço, sendo que os valores resultantes da aplicação desse fator, a partir de 1º de janeiro de 2008, com saldo de R\$ 117.936 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 195.432 em 2012), são de obrigação da União para com a EMGEA, e são liquidados até agosto de cada ano, conforme disposto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos.

No exercício, foi apropriada variação daquele fator no montante líquido positivo de R\$ 6.315 (R\$ 13.514 positivo em 2012).

Não há inadimplência desses créditos na data das demonstrações contábeis.

Créditos adquiridos

Referem-se aos créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à resolução da condição *pro solvendo*, estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente. No exercício de 2013 foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R\$ 3.405 (R\$ 1.820 em 2012).

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Valores a receber do governo do estado de MG (i)	63.593	60.187
Total	63.593	60.187

(i) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em títulos CVS ou créditos com o FCVS, com vencimento em dezembro de 2014, conforme Sexto Termo Aditivo ao Instrumento de Aquisição de Ativos, formalizado em 20 de dezembro de 2013.

Outros créditos a receber – Circulante

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Outros créditos a receber - circulante	232.093	210.755
Movimentação financeira - CAIXA (i)	73.341	60.160
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	50.422	47.699
Débitos em novações de créditos FCVS (iii)	31.175	30.170
Títulos CVS (iv)	19.087	17.949
Débitos remanescentes (v)	11.881	11.876
Pendências de repasse	26.609	26.020
Valores a apropriar (vi)	10.201	9.416
Indenizações de sinistros a receber (vii)	8.273	6.057
FGTS a receber (viii)	696	842
Outros recebíveis (ix)	289	289
Bloqueios judiciais (x)	119	277
Provisões para perdas – circulante	(83.871)	(80.824)
Provisão para perdas no desembolso com execução judicial e extrajudicial	(45.381)	(42.929)
Provisão para perdas débitos remanescentes	(11.881)	(11.875)
Provisão de pendências de repasse	(26.609)	(26.020)
Líquido de outros créditos a receber - circulante	148.222	129.931

(i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iii) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS.

(iv) Títulos CVS recebidos nas 10º (Décima) Assunção de Dívida com o FGTS e da negociação com a

Economisa.

(v) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.

(vi) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vii) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(viii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de crédito imobiliário.

(ix) Referem-se, principalmente, à remuneração de seguros a receber decorrente da estipulação da apólice dos contratos de crédito imobiliário.

(x) Referem-se basicamente a valores bloqueados nas disponibilidades da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de financiamentos imobiliários.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Ativos não circulantes mantidos para venda	256.534	316.181
Provisão para desvalorização	(46.766)	(56.413)
Total	209.768	259.768

A movimentação ocorrida nos exercícios foram as seguintes:

i. Em 2013:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2012	316.181
Adições	35.853
Alienações	(95.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	256.534

ii. Em 2012:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2011	357.211
Adições	61.090

Saldo em 31 de dezembro de 2012**316.181**

Estes ativos, representados por imóveis não de uso de propriedade da EMGEA, podem não ser alienados em sua totalidade no prazo de 1 (um) ano, em razão das características dos imóveis quanto ao estado de ocupação, localização pulverizada pelo país, despesas próprias do bem vencidos a regularizar, estado físico dos imóveis e impedimentos judiciais à venda. Tais características implicam na necessidade de ações de administração para disponibilização do imóvel ao mercado, inclusive com participação de audiências de conciliação na Justiça Federal, ressaltando que na venda a EMGEA deve seguir o rito licitatório definido pela Lei 8.666/93.

Para os imóveis com pendências judiciais impeditivas de venda, é constituída provisão para desvalorização correspondente ao percentual de 100% do valor contábil.

Créditos vinculados – SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 15.898.913 (R\$ 14.719.292 em 2012), e provisões de R\$ 4.368.215 (R\$ 3.870.035 em 2012), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

A composição do saldo é a seguinte:

Situação dos contratos	31.12.2013		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.569.335	(443.093)	1.126.242
Habilitados e ainda não homologados (ii)	678.672	(166.750)	511.922
Habilitados e homologados (iii)	13.650.906	(3.758.372)	9.892.534
Saldo	15.898.913	(4.368.215)	11.530.698

Situação dos contratos	31.12.2012		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.312.714	(271.344)	1.041.370
Habilitados e ainda não homologados (ii)	504.823	(135.717)	369.106
Habilitados e homologados (iii)	12.901.755	(3.462.974)	9.438.781
Saldo	14.719.292	(3.870.035)	10.849.257

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Outros créditos a receber – Não circulante

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Outros créditos a receber - não circulante	337.562	335.132
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (i)	159.560	166.351
Créditos a Receber da União - retenção indevida de IR (ii)	154.426	149.587
Depósitos Judiciais (iii)	18.718	15.116
PLD - Seguro de Crédito (iv)	4.858	4.078
Provisões para perdas - não circulante	(291.790)	(282.768)
Provisão de créditos a receber da UNIÃO - retenção indevida de IR (v)	(154.426)	(149.587)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes -	(132.506)	(129.103)

devolução de créditos (vi)		
Provisão de PLD - seguro de crédito	(4.858)	(4.078)
Líquido de outros créditos a receber - não circulante	45.772	52.364

(i) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(ii) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(iii) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrente de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais até o ajuizamento e encerramento do processo.

(iv) Perda líquida definitiva – seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(v) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 154.426 (R\$ 149.587 em 31 de dezembro de 2012), tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como “possível”.

(vi) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos dos impostos e das contribuições pagos a maior em exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no corrente exercício apresentam crédito de R\$ 1.209.048 (R\$ 1.715.669 em 2012) que estão deduzidos da provisão no valor de R\$ 43.128 (R\$ 126.508 em 2012), demonstrados a seguir:

Tributos	Saldo em 31/12/2012	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31/12/2013
IRPJ	1.244.764	14.524	36.889	(529.674)	(41.350)	725.153
CSLL	467.530	5.213	17.178	(9.522)	-	480.399
COFINS	3.343	-	126	-	-	3.469
PASEP	26	-	1	-	-	27
IRRF - FOPAG	<u>6</u>	-	-	(6)	-	-
Total dos créditos	1.715.669	19.737	54.194	(539.202)	(41.350)	1.209.048
Provisão para perdas na recuperação	(126.508)	83.380	-	-	-	(43.128)
Crédito Líquido	1.589.161	103.117	54.194	(539.202)	(41.350)	1.165.920

Para todos os créditos tributários, a Administração encaminhou também Pedidos de Restituição à Receita Federal do Brasil - RFB, que ainda estão pendentes de manifestação daquele Órgão.

A Administração tem expectativa de realização dos créditos tributários nos próximos exercícios, mediante a sua restituição ou compensações com pagamentos de tributos futuros.

Em 2013 foram restituídos pela RFB créditos tributários no valor de R\$ 539.202 referentes a tributos recolhidos a maior de IRPJ e CSLL (R\$ 13.168 em 2012).

Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

i. Em 31 de dezembro de 2013:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2012	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2013	Custo em 31.12.2013	Depreciação acumulada em 31.12.2013
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e Equipamentos	876	182	(16)	(147)	895	2.278	(1.383)
Sistemas de informática	1.829	832	-	(602)	2.059	5.880	(3.821)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	0	0	0	0	375	(375)
Total	2.705	1.014	(16)	(749)	2.954	8.533	(5.579)

ii. Em 31 de dezembro de 2012:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2011	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2012	Custo em 31.12.2012	Depreciação acumulada em 31.12.2012
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e Equipamentos	860	200	-	(183)	877	2.268	(1.391)
Sistemas de informática	1.583	796	(212)	(339)	1.828	5.484	(3.656)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	-	-	(10)	-	503	(503)
Total	2.453	996	(212)	(532)	2.705	8.255	(5.550)

Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

A composição dos saldos é a seguinte:

Credor	31.12.2013	31.12.2012	Vencimento Final	Encargos
--------	------------	------------	------------------	----------

FGTS	7.133.900	8.956.797	2017	TR + juros de 6,234% a.a.
FDS	8.408	12.092	2019	TR + juros de 0,5% a.a.
Total	7.142.308	8.968.889		
Circulante	2.190.696	2.115.299		
Não circulante	4.951.612	6.853.590		

O saldo dos financiamentos classificados no “Não circulante - Passivos financeiros - Financiamentos” tem o seguinte vencimento:

Vencimento	31.12.2013	31.12.2012
2014	-	2.082.093
2015	2.159.488	2.079.919
2016	2.157.791	2.078.367
2017	633.846	612.530
2018	487	481
2019	203	200
Total	4.951.612	6.853.590

Os Contratos mantidos com o FGTS e FDS não contêm condições restritivas financeiras.

Obrigações com pessoal

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Férias a pagar	1.237	1.091
Salários a pagar	741	752
Participação no lucro - Administradores	541	353
Participação no lucro - Empregados	486	-
INSS a recolher	555	486
FGTS a recolher	215	189
Total	3.775	2.871

Obrigações com fornecedores

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
CAIXA – prestação de serviços (i)	17.559	16.378
Pessoal requisitado de terceiros	3.004	2.010
Fornecedores (ii)	1.145	800
Total	21.708	19.188

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração e de escrituração contábil dos contratos de financiamentos imobiliários, conforme contrato de prestação de serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA.

(ii) Referem-se, principalmente, a contas a pagar relativas aos treinamentos, bens de informática, telefone e outras.

Obrigações tributárias

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
COFINS	607	860
Impostos e contribuições retidos na fonte	496	599
IRRF	420	414
PASEP	132	187
ISS	4	5
Total	1.659	2.065

Obrigações por repasses

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Valores a ressarcir (i)	17.086	18.548
Seguros a pagar	10.717	12.256
FCVS a pagar	75	156
Subsídios contratos do FGTS - Resolução CC FGTS 289/1998 (ii)	35	44
Total	27.913	31.004

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Tratam-se de valores a serem restituídos ao FGTS relativo ao subsídio concedido aos mutuários detentores de financiamentos habitacionais contratados na forma da resolução CC FGTS 289/1998, em função desses contratos terem sido liquidados antecipadamente, amortizados extraordinariamente ou transferidos.

Obrigações com mutuários

A composição dessa rubrica se refere basicamente aos valores referentes a prestações recebidas a maior ou oriundos dos pagamentos antecipados e às pendências de arrecadação credoras:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Pendências de arrecadação e cadastro (i)	82.484	86.502
Diferença de prestações pagas a maior	78.590	70.915
Valores a apropriar (i)	16.574	16.427
FGTS-SFH - quotas utilizadas na prestação	2.190	2.828
Créditos pendentes (ii)	7	58
Total	179.845	176.730

(i) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9.

(ii) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos.

Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

a) Contingências cíveis – Risco provável

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 13.482 (R\$ 20.384 em 2012), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

Em 2013:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2012	20.384
Adições	3.878
Reversões	(10.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.482

Em 2012:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.124
Adições	8.680
Reversões	(4.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	20.384

b) Contingências – Risco possível

Não há outras contingências classificadas como de risco possível.

Demais obrigações

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Ajuste de cessão CAIXA/EMGEA (i)	100.588	94.715
Total	100.588	94.715

(i) Refere-se aos valores de pendências originárias dos Contratos de Cessão celebrados entre a CAIXA, a EMGEA e a União, aguardando ajuste entre as Instituições. Os valores são atualizados com base na Taxa Referencial (TR) e na taxa de juros de 6% a.a, conforme acordado entre as partes.

Passivos relacionados a ativos mantidos para venda

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Desembolso com Imóveis não de uso	12.461	8.596
Tarifa de administração de imóveis não de uso	908	964
Total	13.369	9.560

Patrimônio líquido

a) Capital Social

De acordo com o despacho do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, datado de 11 de dezembro de 2012, foi autorizada a redução do Capital Social da EMGEA, mediante a absorção de prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 10.952.226, conforme discriminado a seguir:

Descrição	Capital Social
Saldo em 31/12/2011	20.010.219
Absorção dos prejuízos acumulados	(10.952.226)
Saldo em 31/12/2012	9.057.993

Dessa forma, o Capital Social da EMGEA, em 31 de dezembro de 2013, permanece no valor de R\$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal e reserva de retenção de lucros:

Descrição	2013	2012
Saldo no início do exercício	196.674	-

Movimentação das Reservas de Lucros	<u>203.676</u>	<u>196.674</u>
Reserva legal	13.356	12.897
Reserva de retenção de lucros	190.320	183.777
Saldo no final do exercício	400.350	196.674

A reserva legal, no valor de R\$ 13.356, refere-se à parcela de 5% sobre o lucro líquido de 2013.

A reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 190.320, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do exercício para a reserva legal e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório (vide Nota 24.c), e foi constituída com a finalidade de financiar investimentos conforme Proposta de Orçamento de Capital destinados à aquisição de novos créditos junto a instituições financeiras federais. Estes investimentos terão por objetivo a diversificação da atual carteira de créditos da Empresa de forma a maximizar a rentabilidade de suas operações.

c) Juros sobre capital próprio / Dividendos

São assegurados à União Juros sobre Capital Próprio (JCP) ou dividendos, sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da EMGEA, de no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado.

Conforme Proposta de Destinação do Resultado Líquido do Exercício foi provisionado o pagamento de juros sobre Capital Próprio relativo ao exercício de 2013 no valor de R\$ 63.440, a título de dividendo mínimo obrigatório. Em 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 61.259.

i. Juros sobre Capital Próprio (JCP) 2013:

Base de cálculo	
Lucro líquido	267.116
Reserva legal 5%	(13.356)
Base para cálculo do JCP mínimo obrigatório	253.760
JCP / Dividendo mínimo obrigatório 25%	(63.440)

ii. Dividendos 2012:

Base de cálculo	
Lucro líquido	257.933
Reserva legal 5%	(12.897)
Base para cálculo do dividendo mínimo obrigatório	245.036
Dividendo mínimo obrigatório 25%	(61.259)

Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados

a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos valores de juros e demais receitas acumulados no exercício, calculados pelo método dos juros efetivos, sobre o saldo devedor das operações de crédito imobiliário e créditos com o FCVS:

Descrição	2013	2012
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (i)	385.721	562.438
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (ii)	534.284	642.755
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (i)	78.568	80.513
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (ii)	57.487	38.939
Receitas de taxas e comissões e encargos moratórios (iii)	192.098	315.800
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(1.729)	(2.052)
Total	1.246.429	1.638.393

(i) Equivale à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,29% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS, de 9,73% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, e de 11,04% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP, e UPRD).

(ii) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(iii) Referem-se às taxas para cobertura de riscos de crédito e administração dos contratos, relativas às operações de créditos imobiliários, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso.

b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos encargos de juros acumulados no exercício, calculados pelo método de taxa efetiva de juros, e demais despesas apropriadas sobre o saldo devedor dos passivos financeiros com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Atualmente, esses saldos são corrigidos com base na TR e juros de até 6,234% ao ano.

Descrição	2013	2012
Despesas com juros	(499.231)	(609.093)
Despesas com atualização monetária	(13.921)	(29.482)
Totais	(513.152)	(638.575)

c) Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros

Os ganhos e as perdas com ativos financeiros incluem os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas, bem como os

descontos concedidos nas operações de reestruturações e liquidações antecipadas de dívidas e prejuízos apurados nas operações de arrematação e adjudicação de imóveis.

i. Provisões (reversões) líquidas

Descrição	2013	2012
Resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa - operações de crédito imobiliário	733.750	823.378
Provisão para perdas na novação de dívidas com o FCVS	(498.181)	(443.589)
Totais	235.569	379.789

ii. Descontos concedidos

Descrição	2013	2012
Contratos com cobertura do FCVS	(43.810)	(39.346)
Contratos sem cobertura do FCVS	(607.798)	(917.558)
Total pessoa física	(651.608)	(956.904)
Pessoa jurídica	(99.492)	(146.073)
Total dos descontos	(751.100)	(1.102.977)

d) Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Outras receitas operacionais	17.600	29.637
Receitas de atualização monetária sobre indenizações de sinistro	10.338	13.251
Recuperação de despesas - mutuários em execução	5.252	5.627
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários	412	1.360
Recuperação de créditos comerciais	566	1.029
Recebimento em espécie - novações FCVS	-	123
Receitas de financiamentos de vendas parceladas de imóveis	1.613	8.997
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP e COFINS	(581)	(750)
Outras despesas operacionais	(67.774)	(79.094)
Despesas de juros e atualização monetária - Fundo de equalização	(39.322)	(37.640)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis	(12.486)	(22.599)
Despesas com sobras e diferenças de prestações de créditos imobiliários	(11.196)	(18.727)

Despesas com internalização de carteira	(4.254)	-
Despesas com manutenção de créditos imobiliários	(516)	(128)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(50.174)	(49.457)

e) Ganhos (perdas) líquidos com outros ativos financeiros

i. Provisão para perdas com outros ativos financeiros

Inclui os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas:

Descrição	2013	2012
Provisão sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(4.839)	(4.992)
Provisão para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira – CAIXA	(589)	(2.289)
Provisão - perda líquida definitiva	(780)	(644)
Provisão para débitos remanescentes em operação de arrematação imóveis	(6)	(44)
Reversão (provisão) para perdas nos desembolsos com execução	(2.452)	3.361
Provisão para perdas - devolução de créditos a agentes cedentes	(3.403)	-
Totais	(12.069)	(4.608)

ii. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos e as perdas nas conversões do saldo dos itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional, relativas aos recebíveis por cessão de créditos de responsabilidade de Itaipu Binacional e da União.

Descrição	2013	2012
Ganhos com variações cambiais	335.067	395.252
Perdas com variações cambiais	(157.057)	(228.149)
Total	178.010	167.103

iii. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Ganhos - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	7.535	21.891
Perdas - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	<u>(1.220)</u>	<u>(8.377)</u>
Resultado - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América (i)	6.315	13.514

Valores a receber – Entes da Federação	3.405	1.820
Valores a receber – IR Itaipu	4.840	4.992
Valores a receber – FCVS	1.005	936
Remuneração por intermediação de seguro habitacional	1.202	1.419
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(171)	(202)
Total	16.596	22.479

(i) Refere-se ao resultado da aplicação do fator de atualização, com base na inflação dos Estados Unidos da América, sobre o saldo dos recebíveis da Itaipu Binacional, relativos à cessão de créditos da União.

f) Receitas com tributos a recuperar

O resultado de créditos com impostos e contribuições a recuperar inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar, bem como as reversões de provisão apropriadas no exercício.

Descrição	2013	2012
Reversão (provisão) sobre impostos a recuperar	83.380	(8.156)
Juros compensatórios sobre impostos a recuperar	54.195	69.505
Total	137.575	61.349

g) Resultado líquido com ativos mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Lucro na alienação de imóveis não de uso	71.977	66.063
Despesas com laudo de avaliação	(2.529)	(2.598)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(4.397)	(4.555)
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(11.402)	(12.584)
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(19.224)	(21.234)
Reversão de provisão para desvalorização de imóveis não de uso	9.648	7.929
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(6.658)	(6.111)
Total	37.415	26.910

h) Despesas administrativas

A composição da rubrica “Despesas administrativas” está demonstrada a seguir:

i. Despesas com pessoal

Descrição	2013	2012
Salários e gratificações	(7.892)	(7.454)
Encargos sociais - INSS / FGTS	(3.371)	(2.984)
Férias e 13º salário	(1.842)	(1.668)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(1.570)	(1.081)
Participações a dirigentes e empregados	(882)	(353)
Auxílio alimentação	(521)	(422)
Treinamento de pessoal	(387)	(427)
Assistência médica e social	(166)	(160)
Rescisões contratuais	(21)	(56)
Mudanças com ajuda de custo e auxílio moradia	(1)	(10)
Total	(16.653)	(14.615)

A EMGEA não dispõe de benefícios pós-emprego.

ii. Outras despesas administrativas

Descrição	2013	2012
Tarifa de prestação de serviços - CAIXA (i)	(196.708)	(194.751)
Reembolso aos órgãos de origem – pessoal requisitado	(14.342)	(11.785)
Serviços de terceiros (ii)	(5.687)	(4.809)
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(1.508)	(1.044)
Depreciação	(749)	(742)
Despesas gerais (associação de classe, representação e outros)	(653)	(616)
Utilidades e serviços	(433)	(552)
Diárias de viagens	(278)	(348)
Passagens aéreas e rodoviárias	(258)	(303)
Reembolso e hospedagem	(77)	(123)
Propaganda, publicidade e divulgação	(252)	(247)
Material de consumo	(42)	(46)
Segurança e medicina no trabalho	(29)	(20)
Taxas e contribuições locais	(7)	(7)
Créditos de impostos sobre aluguel e energia - PASEP/COFINS	141	105
Total	(220.882)	(215.288)

(i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA pela prestação de serviços de administração e contabilização das operações cedidas à EMGEA, conforme Contrato de Prestação de Serviços, firmado com aquela Instituição.

(ii) Referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, consultoria tributária, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

i) Resultado financeiro

i. Outras Receitas financeiras

Descrição	2013	2012
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento	22.280	60.197
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	7.199	9.217
Receitas sobre levantamentos de depósitos judiciais - prestações de crédito imobiliário	225	577
Receitas de aplicações financeiras - Títulos e valores mobiliários	599	1.689
IOF - Imposto sobre operação financeira	(192)	-
Total	30.111	71.680

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

ii. Outras Despesas financeiras

Descrição	2013	2012
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (i)	(5.865)	(6.034)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (ii)	(2)	(10)
Atualização monetária sobre dividendos	(2.284)	-
Atualização monetária sobre PLR	(4)	-
Tarifas bancárias	(1)	(4)
Total	(8.156)	(6.048)

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

(ii) Referem-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

Ativos e passivos fiscais

a) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em razão da apuração do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2013 e 2012.

Descrição	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	267.116	267.116	257.933	257.933
IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9%	(66.779)	(24.040)	(64.483)	(23.214)
Encargos sobre JCP	15.860	5.710	-	-
Efeitos tributários das adições e exclusões	86.685	31.207	105.671	38.042
- Reversão (provisão) para PCLD	197.620	71.143	206.938	74.498
- Reversão (provisão) perdas Novação FCVS	(123.065)	(44.303)	(100.496)	(36.179)
- Reversão (provisão) débitos remanescentes	(2)	(1)	(11)	(4)
- Reversão (provisão) desvalorização imóveis	2.412	868	1.982	713
- Reversão (provisão) pendências de repasses	(1.160)	(418)	(987)	(355)
- Reversão (provisão) perdas outros créditos	19.635	7.069	(3.287)	(1.183)
- Reversão (provisão) rendas a apropriar	(9.527)	(3.430)	2.688	968
- Reversão (provisão) perdas na devolução de créditos	(851)	(306)	-	-
- Reversão (provisão) para causas contingenciais/fiscais	1.726	621	(1.065)	(383)
- Despesas indedutíveis	(103)	(37)	(91)	(33)
Efeito tributário compensação prejuízos fiscais	-	-	-	-
Efeito tributário do prejuízo fiscal a compensar	-	-	-	-
Ajuste do adicional (10% de R\$ 240.000,00)	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	-
Receita/(Despesa) total de IRPJ e CSLL	35.766	12.876	41.188	14.828
b) Ativo fiscal diferido não ativado				
Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Reversão	Saldo em 31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.545.308	42.239	277.601	1.309.946
Provisão para perdas na novação do FCVS	1.240.928	167.368	-	1.408.296
Provisão para débitos remanescentes	114.957	13.371	13.369	114.959
Provisão para pendências de repasses	34.811	1.577	19.288	17.100
Provisão para desvalorização de imóveis	17.321	-	3.280	14.041
Provisão para perdas na alienação de imóveis	2.693	-	-	2.693
Provisão para causas contingenciais	6.930	512	2.858	4.583
Provisão para perdas de créditos tributários	91.063	1.645	28.349	64.359
Diferenças temporárias	3.054.011	226.712	344.745	2.935.978
Prejuízo fiscal / base negativa	1.122.468	48.642	-	1.171.110
Créditos tributários não ativados	4.176.479	275.354	344.745	4.107.089
Imposto de renda	3.070.940	202.570	253.592	3.019.918
Contribuição social	1.105.539	72.925	91.293	1.087.171

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa possuía créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos não foram registrados, tendo-se em vista que a EMGEA apresenta um histórico de prejuízos passados.

Remuneração a colaboradores

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, são apresentados como segue:

Descrição	Em R\$1,00	
	2013	2012
Comissionados		
Maior remuneração	18.993,00	17.586,02
Menor remuneração	4.590,00	4.249,73
Remuneração média	9.478,99	8.776,54
Dirigentes		
Presidente	36.595,74	34.333,18
Diretoria:		
Maior remuneração	34.853,08	32.698,26
Menor remuneração	34.853,08	29.964,96
Remuneração média	35.201,61	31.385,27
Conselheiros		
Conselho Fiscal	3.813,51	3.138,53
Conselho de Administração	3.813,51	3.138,53

Partes relacionadas

a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

b) Operações com Administradores

Descrição	2013	2012
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	1.202	967
Conselho de Administração	218	190
Conselho Fiscal	131	113
Total	1.551	1.270

(i) Os valores informados referem-se a Honorários, Férias, Substituição de Dirigentes e Gratificação Natalina.

c) Transações com partes relacionadas

i. Entidade/Operações

Entidades/operações	2013		2012	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Secretaria do Tesouro Nacional				
Itaipu binacional (i)	646.463	178.010	1.137.823	167.103
União (i)	137.023	6.315	195.433	13.514
Dividendos a pagar (ii)	-	(2.284)	(61.259)	-
Juros sobre capital próprio (ii)	(63.440)	(63.440)	-	-
Fundos e Programas				

FCVS (iii)	11.530.698	93.590	10.849.257	238.105
FGTS (iv)	(7.133.900)	(513.084)	(8.956.796)	(638.462)
FDS (iv)	(8.408)	(68)	(12.092)	(112)
Caixa Econômica Federal (v)				
Depósito à vista	391	(1)	393	(3)
Valores a receber	73.341	7.174	60.160	9.217
Prestação de serviços	(18.467)	(208.110)	(17.342)	(207.335)
Valores a pagar	(29.547)	(5.865)	(27.144)	(6.034)
Aplicações financeiras (vi)	94.218	10.154	101.595	3.662
Banco do Brasil S/A				
Depósito à vista	253	(111)	355	-
Aplicações financeiras (vi)	355.105	12.126	682.226	56.535

(i) Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF, firmado entre a União e a EMGEA, por meio do qual foram transferidos à EMGEA créditos em moeda estrangeira (USD\$), atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América.

(ii) Valor do juros sobre capital próprio ou dividendos mínimos obrigatórios, calculado no percentual de 25%, consoante Art. 16 do Estatuto Social.

(iii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).

(iv) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,234% ao ano (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).

(v) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.

(vi) A EMGEA aplica suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio do Banco do Brasil (BB DTVM) e da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.

d) Empregados cedidos de órgãos externos

Órgão de origem	2013	2012
Caixa Econômica Federal - CAIXA	12.665	9.754
Banco do Brasil - BB	917	1.239
Controladoria Geral da União - CGU	331	290
Secretaria Tesouro Nacional - STN	186	292
Ministério do Planejamento Orçamento - MPO	132	106
Previdência Social - INSS	111	104
Total	14.342	11.785

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem, conforme evidenciado na Nota 25.e.

Gerenciamento de Riscos Financeiros

A EMGEA está exposta aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e sua Administração adota postura prudencial no processo de gerenciamento destes riscos.

A gestão dos riscos, inerentes ao exercício de suas atividades, visa contribuir para o adequado equilíbrio entre a sua exposição e o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Em 2013 foi implementado o modelo de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Empresa, com a formalização da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos e a edição de normas e procedimentos complementares e a criação do Relatório de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os montantes dos ativos sujeitos ao risco de crédito e respectivas exposições encontram-se detalhados nas Notas 4 a 8, 11 e 13, e sintetizados no quadro a seguir:

ATIVO	2013	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	373.531	571.226
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	76.435	111.620
Créditos Imobiliários (Nota 6)	2.645.138	3.681.858
Créditos FCVS (Nota 11)	11.530.698	10.849.257
Recebíveis Cessão de Créditos (Nota 7)	764.399	1.333.255
Crédito Tributário (Nota 13)	1.165.920	1.589.161
Créditos Adquiridos (Nota 8)	63.593	60.187
TOTAL	16.619.714	18.196.564

Conforme mencionado na Nota 1.b, a EMGEA, quando de sua constituição, tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Com isso, a definição do risco de crédito na concessão desses créditos foi operacionalizada pela instituição originária, a CAIXA, de acordo com a sua política institucional.

Na EMGEA, a mensuração e classificação do risco de crédito dos recebíveis de mutuários e devedores decorrentes das operações de créditos imobiliários e demais operações de crédito são efetuados de acordo com o provável valor de realização dos créditos baseados nas estimativas dos impactos das medidas negociais implementadas pela Empresa para sua recuperação. Adicionalmente, são considerados os dias de atrasos para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos. O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso da provisão para perda por recuperabilidade e o montante é reconhecido no resultado, demonstrado na rubrica “perdas com ativos financeiros”. Esse montante provisionado nas demonstrações contábeis, de acordo com a avaliação da Administração, que leva em conta principalmente o histórico da efetividade das perdas de crédito, é suficiente para fazer face ao potencial de risco contido na carteira atualmente registrada nas demonstrações contábeis (Vide Nota 3.e).

Não houve aquisições ou incorporações de outras carteiras de crédito além daquelas já mencionadas.

Com relação aos ativos financeiros mantidos como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, para mitigar o risco de crédito, a EMGEA mantém tais recursos no Banco do Brasil e CAIXA e em fundos de investimento, administrados por tais instituições, cujas carteiras são lastreadas por títulos públicos federais.

b) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado do instrumento financeiro e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

Os itens e valores de exposição, e respectivos indexadores e taxas médias de juros dos ativos e passivos da EMGEA são demonstrados nos quadros a seguir:

Itens de Exposição do Ativo		
Descrição	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Disponibilidades	449.966	IRFM-1
Créditos Imobiliários	2.645.138	TR+9,0% a.a.
Créditos FCVS	11.530.698	TR+4,7% a.a.
Recebíveis por Cessão de Créditos	764.399	Variação Cambial Inflação Americana
Créditos Adquiridos	63.593	TR+4,7% a.a.
Crédito Tributário	1.165.920	Selic
TOTAL	16.619.714	

Itens de Exposição do Passivo		
Item de Exposição - Passivo	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Financiamentos (FGTS e FDS)	7.142.308	TR+6,2% a.a.
Outros Passivos	425.779	TR+6% a.a.
TOTAL	7.568.087	

c) Risco de Taxa de Juros

A mensuração das perdas ou ganhos decorrentes da exposição ao risco de taxas de juros das aplicações financeiras da EMGEA é realizada pelas instituições financeiras que administram os fundos de investimento e os resultados registrados diariamente em suas cotas, conforme as normas estabelecidas para esta modalidade de ativo.

O método adotado para a mensuração e o controle do risco de mercado dos fundos de investimento é o modelo estatístico Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*), que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 (um) dia e nível de confiança de 95%.

Considerada a metodologia adotada, o montante de aplicações financeiras em fundos de investimentos, correspondente a R\$ 449.403 em 31.12.2013, exposto ao risco de taxas de

juros, não produz impacto relevante sobre o resultado e o patrimônio líquido da Empresa, na avaliação da Administração.

Os demais ativos e passivos da Empresa, expostos ao risco de taxa de juros, estão representados pelas carteiras de operações de créditos imobiliários (Notas 3.e e 6), recebíveis por cessão de créditos (Notas 3.g e 7), créditos a receber do FCVS (Notas 3.f e 11), e os passivos financeiros (Nota 15), sujeitos a flutuações dos indexadores aos quais estão vinculados, descritos nas respectivas Notas.

Os montantes de operações ativas e passivas expostos à Taxa Referencial de Juros (TR) são, respectivamente, R\$ 14.239.429 e R\$ 7.568.087, com taxas médias de juros de 5,5% e 6,2% ao ano. Assim, considerando a diferença de R\$ 6.671.342 entre estas operações no fim do exercício, majoritária aos ativos, e que a TR foi de 0,14% em 2013, a Administração avalia que o efeito da variação deste indexador não é relevante neste nível, afetando positivamente o resultado e o patrimônio líquido da EMGEA, se houver aumento desse índice.

d) Risco Cambial

O risco de mercado proveniente dos créditos em dólar dos Estados Unidos da América (US\$), devidos pela Itaipu Binacional e pela União, tem seu resultado reconhecido e registrado mensalmente nos balancetes da Empresa.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição ao risco de moeda estrangeira é demonstrado a seguir:

Devedor	2013			2012		
	R\$ mil	USD\$ mil	Taxa de câmbio 31.12.2013	R\$ mil	USD\$ mil	Taxa de câmbio 31.12.2012
Itaipu Binacional	646.463	275.960	2,3426	1.137.823	556.801	2,0435
União	117.936	50.344	2,3426	195.432	95.636	2,0435
Exposição Total	764.399	326.304		1.333.255	652.437	

No exercício houve redução de 50,00% do valor de exposição a este risco, expresso em dólar dos Estados Unidos da América, em decorrência dos pagamentos efetuados pelos devedores no período.

Na análise de sensibilidade com base no saldo total dos créditos em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2013, que representou US\$ 326.304 e R\$ 764.399, indica que para cada 1% de variação cambial entre estas moedas haveria um impacto de R\$ 7.644 no resultado e no patrimônio líquido da EMGEA, sem considerar os efeitos tributários.

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado a eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

O acompanhamento e a gestão diária, pela Unidade Financeira, do fluxo de caixa que é projetado anualmente, permitem a tomada de ações preventivas pela Administração da EMGEA para a mitigação desta modalidade de risco.

O risco da liquidez da Empresa também é acompanhado pela União (Acionista Controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

O fluxo das obrigações da EMGEA, ao fim dos anos de 2012 e 2013, por período de vencimento está sintetizado no quadro a seguir:

PASSIVO	Principal	
	2013	2012
Período de vencimento (dias)		
0 a 30	453.902	269.911
31 a 60	180.155	173.508
61 a 90	180.155	173.508
91 a 180	604.702	581.995
181 a 270	641.054	520.524
271 a 360	556.507	813.629
361 a 720	2.159.488	2.082.093
721 a 1.080	2.157.791	2.079.919
1.081 a 1.440	633.644	2.078.367
acima de 1.440	689	613.211
Total do Passivo	7.568.087	9.386.665

Josemir Manguiera Assis

Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado

Diretor

Eduardo Pereira

Diretor

Euclides Renato Deponti

Diretor

Eugen Smarandescu Filho

Diretor

Marilene Beatriz Brum Paiva

Chefe de Contabilidade

Téc. Cont. CRC MG 076097/0-2 S DF

2. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e ao Conselho de Administração da

Empresa Gestora de Ativos – EMGEA

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria incluiu, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus

fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamentos habitacionais. Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, e ainda não homologados, totalizam o montante líquido de R\$ 1.638.164 mil, e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos acordados na regulamentação definida pelo FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, registrados no montante líquido de R\$ 9.892.534 mil em 31 de dezembro de 2013, está condicionada ao processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Impostos e contribuições a recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a EMGEA registra em seu ativo valores referentes a impostos e contribuições a recuperar, cuja realização está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros e à apuração de demais impostos e contribuições federais, e que dependem do deferimento, por parte da Receita Federal do Brasil, do pedido de restituição ou de compensações. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais pode variar da atual estimativa da Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Brasília, 11 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

3. PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto no art. 13, incisos II e III, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122, de 3 de março de 2010, e no exercício de suas atribuições legais, examinou, nesta data, os seguintes documentos emitidos pela EMGEA:

- Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- Proposta de Orçamento de Capital relativa ao exercício de 2013; e
- Proposta de Distribuição de Dividendos na forma de juros sobre o capital próprio relativa ao exercício de 2013.

2. Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Administração e levando em consideração as observações apresentadas no relatório dos Auditores Independentes da KPMG, o qual a despeito de ter registrado duas ênfases não apresentou ressalvas, entendem que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação dos documentos descritos no item 1 deste Parecer.

Brasília, 11 de abril de 2014.

Vanessa Silva de Almeida
Presidenta

Kátia Aparecida Zanetti de Lima
Conselheira

Leopoldo Araújo Rodrigues
Conselheiro

4. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto no art. 6º, Inciso V, Alínea “a”, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122, de 3.3.2010, após ter examinado as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e considerando o Relatório da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da EMGEA, da Destinação do Lucro Líquido no exercício e do Relatório da Administração 2013, conforme proposta constante do Voto CA nº 03/2014 de 3 de abril de 2014.

Brasília, 11 de abril de 2014.

Sérgio Eugênio de Rísios Bath
Presidente

Ana Paula Lima Vieira
Conselheira

Maricy Valletta
Conselheira

Josemir Manguiera Assis
Conselheiro